

**ROSELI NYCHAI**

**CHÁCARAS DE LAZER: UM ESTUDO SOBRE A VIVÊNCIA NAS RURALIDADES  
DE GUARAPUAVA - PR**

**GUARAPUAVA, 2012**

**ROSELI NYCHAI**

**CHÁCARAS DE LAZER: UM ESTUDO SOBRE A VIVÊNCIA NAS RURALIDADES  
DE GUARAPUAVA - PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Geografia (Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos).

**Orientador:** Prof. Dr. Sergio Fajardo

**GUARAPUAVA, 2012**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG




TERMO DE APROVAÇÃO


ROSELI NYCHAI

CHÁCARAS DE LAZER: UM ESTUDO SOBRE A VIVÊNCIA NAS  
RURALIDADES DE GUARAPUAVA - PR

Dissertação **APROVADA** em 10/8/2012 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sérgio Fajardo – presidente  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Cecília Hauresko  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luciano Zanetti Pessoa Candioto  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

  
\_\_\_\_\_  
Roseli Nychai

Guarapuava (PR), 10 de agosto de 2012.

A meu filho, Matheus Eduardo, que viveu esta dissertação e, mesmo privado de atenção, soube ser paciente nas ausências da mãe.

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, pela oferta do Curso de Mestrado em Geografia, de forma a contribuir para meu aprendizado e realização profissional e pessoal.

Ao Prof. Dr. Sergio Fajardo, pelo empenho, compreensão e profissionalismo nas orientações e colaboração com sábias sugestões para a conclusão desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Luciano Zanetti Pessoa Candioto e à Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cecília Hauresko, por aceitarem participar da Banca de Defesa, contribuindo com sugestões que servirão para crescimento, aprendizado e incentivo à pesquisa e a minha vida profissional.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, do Mestrado em Geografia, Prof. Dr. Edivaldo Lopes Thomaz e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia da Silva, e à Coordenadora Adjunta Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karla Rosário Brumes, pela confiança em mim depositada.

Aos Professores do Programa de Mestrado em Geografia, pelo aprendizado e pela socialização do conhecimento.

À Professora Doutora Maria José Boavida Caldeira, pela atenção e colaboração em ceder sua dissertação em Geografia Humana e Planejamento Local e Regional “Residência Secundária na área metropolitana de Lisboa: outros espaços, outras vivências”, que oportunizou um importante referencial para a pesquisa apresentada.

Aos colegas do Programa de Mestrado, pela curta, porém intensa convivência durante a integralização de disciplinas e atividades complementares do Curso.

Aos respondentes dos questionários que colaboraram e que, sem eles, este trabalho não estaria completo.

Aos proprietários das chácaras de lazer de Guarapuava-PR, que cooperaram e doaram o seu tempo fornecendo informações fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

A meus pais, Camilla e Estanislau Nychai, pelo amor incondicional e exemplo de vida e perseverança.

A meu filho Matheus Eduardo, “presente de Deus”, pelo seu amor e carinho que me faz especial, e que desejou todo tempo a conclusão desta dissertação para então aproveitar os mimos maternos com maior primor.

A Guilmar Ronald Schulze, pelo amor e companheirismo, que sempre me estimulou na realização desta pesquisa.

A minhas filhas do coração, Camila Cristina e Ana Beatriz, meu agradecimento eterno por vocês existirem e fazerem parte da minha vida.

A meus irmãos, Nair Sueli, Francisco Izidoro e, em especial, a Luci, minha imensa gratidão pelo apoio e pela incondicional ajuda.

Ao Professor José Luiz Andrade Vigil, meu mentor profissional, pelo exemplo de vida, profissionalismo, competência e disciplina.

A meus colegas de trabalho da UNICENTRO, pelo apoio e amizade.

Aos Professores Aldo Nelson Bona e Vitor Hugo Zanette, meus sinceros agradecimentos pelo incentivo e valorização.

A meus amigos e amigas que entenderam minha ausência e que me aconselharam e me incentivaram com carinho e dedicação.

À todas as pessoas que se envolveram, de uma maneira ou outra, ajudando e contribuindo para a execução dessa dissertação.

Enfim, dou graças ao Senhor Meu Deus por tudo que vivenciei durante o Curso de Mestrado e louvo pelo cumprimento de mais esse plano de Deus para minha vida.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>X</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>XI</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>XII</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 O ESPAÇO RURAL EM TRANSFORMAÇÕES E AS VIVÊNCIAS NAS RURALIDADES.....</b>	<b>25</b>
1.1 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL.....	25
1.2 O ESPAÇO RURAL: SUAS RELAÇÕES, DELIMITAÇÕES E ATIVIDADES NAS RURALIDADES.....	31
1.3. AS VIVÊNCIAS SOCIAIS DE LAZER NAS RURALIDADES.....	44
<b>1.3.1 A partir de um espaço de lazer.....</b>	<b>44</b>
<b>1.3.2 A partir de um espaço para as ruralidades.....</b>	<b>51</b>
1.4 A CHÁCARA DE LAZER, NA CONDIÇÃO DE DOMICÍLIO DE USO OCASIONAL, NAS RURALIDADES.....	58
<b>2 ANÁLISE DO CASO DAS CHÁCARAS DE LAZER NO CONTEXTO DAS RURALIDADES DE GUARAPUAVA-PR.....</b>	<b>74</b>
2.1 ASPECTOS DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS.....	74
2.2 A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO DE GUARAPUAVA - PR NAS RURALIDADES DAS CHÁCARAS DE LAZER.....	76
<b>2.2.1 A vivência nas ruralidades a partir do lazer.....</b>	<b>87</b>
2.3 O CENÁRIO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES DE USO OCASIONAL.....	91
2.4 CARACTERIZAÇÃO DAS CHÁCARAS DE LAZER NO ESPAÇO LOCAL DAS RURALIDADES.....	96
<b>2.4.1 Aspectos da posse, existência e preferência das chácaras de lazer.....</b>	<b>100</b>
<b>2.4.2 Perfil socioeconômico do usuário das chácaras de lazer.....</b>	<b>106</b>
<b>2.4.3 A função de demanda da ocupação das chácaras de lazer.....</b>	<b>110</b>

2.5 DINÂMICA DA RURALIDADE LOCAL PROPORCIONADO PELAS CHÁCARAS DE LAZER.....	112
2.6 AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS DA CHÁCARA DE LAZER COM A COMUNIDADE LOCAL.....	114
2.7 ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO LOCAL NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS CHÁCARAS DE LAZER.....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE A</b> - Questionário aplicado aos cidadãos proprietários e/ou ocupantes de chácaras de lazer.....	141
<b>APÊNDICE B</b> - Roteiro de entrevista aplicada aos proprietários das chácaras de lazer.....	147
<b>APÊNDICE C</b> - Roteiro de entrevista aplicada aos trabalhadores/funcionários das chácaras de lazer.....	148
<b>APÊNDICE D</b> - Roteiro de entrevista aplicada aos moradores das proximidades das chácaras de lazer.....	149
<b>APÊNDICE E</b> - Fotos de chácaras de lazer localizadas nos Distritos de Guarapuava – PR.....	150



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Denominações atribuídas ao fenômeno dos domicílios de uso ocasional.....	61
Figura 1	Parque do Jordão, localizado na Vila do Jordão, no perímetro urbano.....	76
Figura 2	Salto São Francisco, distrito de Guairacá.....	76
Figura 3	Morro do Chapéu e Serra da Esperança.....	77
Figura 4	Área Urbana de Guarapuava.....	77
Figura 5	Mapa de Localização de Guarapuava.....	79
Figura 6	Mapa de Guarapuava-PR com seus respectivos distritos e municípios limítrofes.....	84
Figura 7	Chácara de Lazer localizada no distrito sede – perímetro urbano.....	88
Figura 8	Chácara de Lazer localizada no Distrito do Guará.....	88
Figura 9	Chácara de Lazer localizada no Distrito de Guairacá.....	89
Figura 10	Evolução do perímetro urbano de Guarapuava-PR.....	99
Figura 11	Modelo de Lundgren (1974) sobre a expansão urbana e os domicílios de uso ocasional.....	111

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da população em Guarapuava – 1970/2010.....	82
Gráfico 2	Demonstrativo das chácaras de lazer em Guarapuava, segundo o tempo de existência.....	101
Gráfico 3	Motivação para escolha do local de instalação da chácara de lazer – Guarapuava.....	102
Gráfico 4	Razões da aquisição da chácara de lazer em Guarapuava.....	103
Gráfico 5	Modo de obtenção e/ou ocupação da chácara de lazer – Guarapuava	105
Gráfico 6	Renda <i>per capita</i> dos proprietários das chácaras de lazer em Guarapuava.....	107
Gráfico 7	Estado civil dos proprietários das chácaras de lazer – Guarapuava....	109
Gráfico 8	Contratação de serviços para as chácaras de lazer em Guarapuava....	113

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Possíveis efeitos positivos e negativos das chácaras de lazer.....	72
TABELA 2	Municípios mais populosos do Paraná – 2010.....	80
TABELA 3	Evolução da população em Guarapuava – 1970/2010.....	81
TABELA 4	Grau de urbanização e taxas anuais de crescimento geométrico populacional – Guarapuava - 1991/2000 e 2000/2010.....	82
TABELA 5	Taxa anual de crescimento populacional segundo a situação de domicílio – Paraná – 1940/2000.....	83
TABELA 6	Número de domicílios segundo uso/tipo – 1991/2000/2010 – Guarapuava.....	94
TABELA 7	Domicílios de uso ocasional recenseados por distrito – 2000/2010 – Guarapuava.....	95
TABELA 8	Distribuição da localização das chácaras de lazer segundo a finalidade de uso – Guarapuava.....	97
TABELA 9	Modo de obtenção e/ou ocupação da chácara de lazer – Guarapuava.....	104
TABELA 10	Ocupação dos proprietários das chácaras de lazer – Guarapuava.....	108
TABELA 11	Faixa etária dos proprietários das chácaras de lazer – Guarapuava.....	109
TABELA 12	Média de indivíduos ocupantes de cada chácara de lazer – Guarapuava.....	110
TABELA 13	Origem das contratações de serviços para as chácaras de lazer – Guarapuava.....	114

## RESUMO

O objetivo é sinalizar a ressignificação dos espaços de Guarapuava-PR, a partir da caracterização da vivência dos cidadãos nas ruralidades do município, que se manifesta acompanhando o ritmo do desenvolvimento nacional. O cidadão busca esse tipo de ambiente como forma de fuga frente à expansão urbanística aliada à modernização da agricultura. Processo refletido em significativas mudanças no cotidiano tradicionalmente conhecido, principalmente nas relações de produção e trabalho e entre homem e natureza. O estudo foi respaldado pelos censos demográficos do IBGE, referentes aos anos de 2000 e 2010, nos quais se identificou a espacialização do fenômeno das chácaras de lazer a partir das variáveis dos domicílios de uso ocasional no município. Os sujeitos de pesquisa respondentes assinalaram a relação campo - cidade, personalizando uma nova nuance onde as ruralidades extrapolam a fixidez espacial e surgem na forma de enclaves no espaço urbano. Os resultados revelaram que o fenômeno já constitui uma realidade com representativa expansão, atraindo uma importante parcela da população urbana para as ruralidades do município, além de promover o elemento natural local, moldando uma nova territorialização desse espaço voltado para o lazer e que contribui para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** atividades não-agrícolas; chácaras de lazer; domicílio de uso ocasional; espaços rurais, Guarapuava-PR.

## ABSTRACT

The aim is to indicate the resignification of spaces of Guarapuava-PR, from the characterization of townspeople's experience in the ruralities of municipality, which is unveiled according the rhythm of national development. The townsman/townswoman seeks such type of environment as an escape way up against the urban expansion coupled with the modernization of agriculture. Process reflected in meaningful changes in the daily traditionally known, especially in the relations of production and work and between human and nature. The study was based on IBGE censuses regarding to the years 2000 and 2010, in which was identified the phenomenon of spatialization of leisure smallholdings based on the variables of homes held for occasional use in the municipality. The answering subjects of research marked the relation countryside-city, turning a new aspect into personality where the rurality exceeds the fixed character of space and appears as enclaves in the urban space. The results revealed the phenomenon already constitutes a reality with representative expansion, attracting an important part of urban population to the ruralities of municipality, over there to promote the natural local element, molding a new territorialization of this space designate as leisure and that contributes for the local development.

**Keywords:** non-agricultural activities; leisure smallholdings; homes held for occasional use; rural spaces, Guarapuava-PR.

## INTRODUÇÃO

A dinâmica da sociedade é moldada de acordo com o comportamento do homem que recria os espaços de vida e estes se configuram como territórios de expressão da vivência. Esses territórios fazem parte de uma mesma expressão, não podendo ser segmentados. Entretanto, são lapidados com especificidades distintas de e em cada lugar, o que faz com que o lugar seja único e singular com expressões da reprodução humana.

Ademais, a sociedade moderna apresenta-se em meio a inúmeras contradições vividas em uma realidade virtual, tendo em vista profundas transformações dos valores sociais tradicionalmente construídos. Essa sociedade substitui valores financeiros por bens imobiliários; reconfigura famílias por meio de uma recomposição genealógica; e o lar passa a ter endereço plural, pulverizado em diferentes cidades e também entre o campo e a cidade.

Dessa forma, o rural e o urbano apresentam uma nova espacialidade decorrente das demandas da sociedade contemporânea, estabelecidas pela modernização e expansão das fronteiras agrícolas, pela urbanização e valorização das cidades médias, bem como pela revalorização das novas ruralidades, que marcaram as relações entre esses dois espaços no Brasil do século XX.

As relações rural-urbano são definidas pelas mudanças promovidas pela humanidade e dinamizadas, principalmente, pelo desenvolvimento das comunicações e dos transportes, que permitem a unificação das partes do globo. As mudanças culturais socioeconômicas da sociedade moderna possibilitam um intenso fluxo de pessoas, bens e serviços que resultam na melhoria do tempo e da qualidade de vida, além de contribuir para a ressignificação do espaço geográfico como um bem de uso.

A mobilidade dos tempos atuais, de ordem global, tem se configurado em um novo paradigma para a sociedade, que transforma diferentes espaços, e, paradoxalmente, resulta em uma crise social e estrutural em decorrência da acelerada urbanização de cidades. Processo decorrente, principalmente, do desenvolvimento de novas atividades, industriais e de serviços, bem como pelo desenvolvimento das forças produtivas.

No Brasil, esse processo está aliado também à crise do setor agrícola, provocada por uma série de fatores internos e externos, principalmente, pela tecnificação agrícola iniciada em meados da década de 1970 e de forma mais acentuada a partir de 1990.

As transformações concebidas pelo desenvolvimento desencaderam uma pressão social contínua, mas também possibilita à sociedade contemporânea usufruir da mobilidade espacial como forma de aliviar as tensões do dia-a-dia. Uma situação leva a outra e ambas estão atreladas a um mesmo processo, que se respalda nas mudanças socioeconômicas e no modo de viver da sociedade. Ou seja, a otimização da produtividade resulta no aumento do tempo do não-trabalho e possibilita às pessoas aproveitar novas formas de lazer e recreação nesse tempo.

Dessa forma, a sociedade está cada vez mais buscando outras vivências, mesmo que temporariamente, para poder recuperar sua vitalidade e encontrar um pouco de liberdade. É comum pessoas procurarem paisagens diferentes das vivenciadas nos centros urbanos para usufruírem no tempo do não-trabalho.

O homem moderno vive em grandes cidades, congestionadas, barulhentas e opressivas, provocando a necessidade de procurar novos espaços mais libertos e calmos onde se possa descansar e encontrar ar puro e liberdade de circulação. Este progresso deve-se também a uma alteração da estrutura social, melhorias econômicas de motorização e de acessibilidades, bem como o alargamento dos tempos livres (WILDE, 1968 apud CALDEIRA, 1995, p. 4).

Os novos espaços que o homem moderno busca são, normalmente, encontrados nas paisagens com alguma característica de ruralidade, conforme também destacado por Silva (2000), em sua tese de doutorado. A autora evidencia que as pessoas são motivadas não apenas a se voltarem para um passado rural, como também a aguçar a imaginação de uma vivência melhor junto a essa paisagem, com a natureza em volta e com mais qualidade de vida, fora do modelo urbano. O censo realizado pelo IBGE (2010) representa muito bem esse dilema vivido pelas pessoas cidadinas em decorrência da urbanização acelerada do país, já que a grande maioria dos brasileiros vive nas cidades.

Carneiro (1998) também ressalta que as transformações dos espaços são decorrentes das demandas da atual sociedade, considerando que:

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos "purificadores" do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O

campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência (CARNEIRO, 1998, p. 55).

A autora destaca a procura crescente de novas formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, cujo fenômeno é legitimado no Brasil pela divulgação do pensamento ecológico nos anos 90, engajado nas possibilidades de pluriatividades para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura.

Assim, pode-se entender que o espaço rural apresenta ruralidades associadas às pluriatividades e às multifuncionalidades. Isso em meio ao tradicional papel de produtor de alimentos e matérias-primas desse espaço, o que permite a diversificação das atividades não-agrícolas e das fontes de renda das famílias que residem no campo.

Essa contextualização instiga a compreender as expressões da realidade local, que se apresenta com diferentes concepções em decorrência desse lugar reproduzir as expressões humanas de seus habitantes.

A temática em estudo corrobora para deflagrar situações com respeito aos problemas socioeconômicos e de desenvolvimento local, além do planejamento e ordenamento do território. Nesse sentido, a contribuição da Geografia é fundamental, já que o campo de preocupação dessa ciência é o espaço da sociedade humana onde se vive e da qual o homem é parte integrante, produzindo e recriando o espaço.

Outra contribuição é a vivência desta pesquisadora nos espaços locais, tanto rural como urbano, do município de Guarapuava, estado do Paraná, o que motiva a busca por respostas sobre a realidade local, em especial, no que se refere ao espaço rural enquanto lugar de lazer. Destaca-se que, quando criança, os agradáveis fins de semana e férias na residência de parentes, localizada no espaço rural, são memórias inesquecíveis. Depois de adulta, a melhoria das possibilidades de mobilidade tornaram o usufruto de uma chácara de lazer mais recorrente nos finais de semana e até mesmo nos finais de tarde.

A paisagem natural concebida como espaço de lazer representa um importante marco decorrente das mudanças da sociedade e se mostra como um elo nas relações campo - cidade. As atividades desenvolvidas nesses espaços promovem ações recíprocas entre o campo e a cidade, tendo em vista a mobilidade espacial e as constantes interações desses dois espaços. Eles deixam de ser heterogêneos e passam a ser interdependentes, entretanto singulares, por apresentarem cada qual suas diferentes qualidades que se contrapõem e se complementam para o equilíbrio da vida. Dessa forma, o então espaço rural rústico é associado às modernas



atividades não agrícolas, abrindo um leque de possibilidades de pluriatividades. Esse espaço - que era então conhecido apenas como rural agropecuário - apresenta-se hoje com uma roupagem valorizada pela capacidade de partilhar sua função de produtor de alimentos com um espaço plural, com inúmeras responsabilidades e, entre elas, a premissa enquanto espaço de lazer, propiciando uma vida mais agradável e saudável.

Nessa contextualização, o objeto principal de estudo desta pesquisa é as chácaras de lazer na condição de domicílios de uso ocasional. O estudo do modo de utilização desses locais indica uma evolução da sociedade, bem como os problemas decorrentes dessa demanda. Além disso, apresenta características das alterações da atividade produtiva associadas a tais chácaras, consequência da importância que o elemento natural ganhou nas últimas décadas, o molda uma nova territorialização desse espaço.

Assim, a realidade local representa uma oportunidade para o estudo a respeito do fenômeno dos domicílios de uso ocasional que se instalam nos arredores de grandes centros urbanos e de cidades de porte médio. E, acompanhando a tendência globalizada, o espaço rural local também está agregando uma nova performance à tradicional condição agropecuária, como espaço de lazer.

Destaca-se que a nova territorialização assume o perfil identificado por Haesbaert (2006), como sendo a apropriação pelo homem do espaço social por meio do uso de algum tipo de poder dominante, considerando que o espaço abordado nesta pesquisa está estreitamente vinculado às ideias do racionalismo. Dessa forma, a relação do homem com a natureza deixa de ocorrer apenas pelo seu valor de uso e passa, com a prática do capitalismo, a ser considerado também como recurso, agregando um valor de troca, em que “[...] a natureza (abstrata) e seus elementos são mercantilizados, seja indiretamente (ideia de reencantamento da natureza, apropriada pela atividade turística) ou diretamente (através da comercialização das riquezas naturais)” (MOREIRA SCHNEIDER, 2009, p. 72).

Ademais, essa territorialização é marcada por profundas mudanças de ordem existencial do homem contemporâneo, principalmente na relação do tempo de trabalho com o tempo do não-trabalho. Isso ocorre em função da demanda globalizada e da transitoriedade das relações, que forjam novas propostas para o tempo das pessoas e possibilidades de diferentes formas de convivência sociais. Tal perspectiva promove a descaracterização da “[...] relação que o homem estabelece com as coisas, com seus semelhantes, com as instituições, com seus próprios valores e consigo mesmo” (BENI, 2004, p. 76).

Nesse entedimento, desvenda-se uma realidade local que contempla um espaço contemporâneo com crescente urbanização e com um considerável aumento de atividades rurais não-agrícolas, aliada às multifuncionalidades, que interagem na organização sócio-espacial do município de Guarapuava-PR.

E, ainda, é importante compreender a amplitude da manifestação das chácaras de lazer em Guarapuava-PR. Esse fenômeno também referenciado na literatura como domicílio de uso ocasional, residência secundária ou segunda residência, sítios de lazer ou recreio, que se manifesta e é caracterizado de forma diferenciada em cada lugar que se instala.

O fenômeno é definido pelo IBGE como “[...] domicílio particular permanente que serve ocasionalmente de moradia de pessoas que possui sua residência principal em outro local e que são usadas para descanso de fins de semana, férias ou outro fim” (IBGE, 2010), ou seja, está definido por meio da variável domicílios de uso ocasional.

Dessa forma, o interesse pelo estudo sobre as chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, está respaldado pelos seguintes fatores:

- a) pela proximidade da pesquisadora ao tema, visto que é uma usuária das chácaras de lazer;
- b) pelo reduzido número de pesquisas acadêmicas a respeito desse tema, especialmente no espaço rural da região centro-sul do estado do Paraná; e
- c) por ser relevante para o planejamento e ordenamento do território, além de refletir a evolução da sociedade e de seus problemas (CALDEIRA, 1995, p. 9).

Segundo Assis (2003), o fenômeno recebe diferentes enfoques de estudo por ser um evento complexo e ainda necessita de um consenso terminológico a fim da construção de um conceito amplo, capaz de envolver uma variedade de aspectos, tais como: “[...] o deslocamento de pessoas, ocupação de domicílios de forma não permanente, geração de oportunidades e ampliação da infraestrutura, dentre outros, vindo a, inclusive, ocasionar mudanças substanciais quando de sua instalação” (WANDSCHEER; LINDNER; SOUZA, 2011, p. 36). Dessa forma, nesta pesquisa é editada uma nomenclatura própria que representa a proposta de estudo, conforme contextualização no segundo capítulo.

Entretanto, independente da terminologia adotada neste estudo, a abordagem a respeito desse fenômeno representa um rural plural que, além das atividades agrícolas, contempla também atividades destinadas ao lazer, à recreação e ao ócio, integrando-se com um possível contingente para a oferta de emprego às famílias de agricultores, além de agregar valor ao

lugar.

Assim, apresenta-se Guarapuava, município do estado do Paraná, caracterizada como predominantemente agrícola, que não referencia suas ruralidades, cuja paisagem está passando por transformações merecedoras de estudos a respeito das relações rural-urbano.

A proposta de estudo está direcionada na busca de respostas para a seguinte pergunta: as chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, instaladas em Guarapuava-PR influenciam as redes de relações que se estabelecem entre o espaço rural e o urbano?

Nesse caminho, apresenta-se como objetivo principal dessa pesquisa analisar o fenômeno das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, no município de Guarapuava-PR, sua manifestação, dinâmica e relações que se estabelecem no espaço onde se instala.

A abordagem desse fenômeno sobre o enfoque Geográfico permite deflagrar reflexões acerca de ruralidades inseridas no espaço rural local, bem como as novas relações campo-cidade, por meio dos seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar uma abordagem teórica sobre as ruralidades contemporâneas, enfocando a relação campo-cidade no processo de conformação do espaço onde se instalam as chácaras de lazer, na condição do domicílio de uso ocasional;
- b) caracterizar as chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, no espaço local, enfatizando questões sociais, econômicas e culturais;
- c) analisar a dinâmica do fenômeno das chácaras de lazer instaladas no espaço local;
- d) definir as relações da chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, com a comunidade onde se instala;
- e) identificar se a manifestação das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, influencia na relação campo-cidade e/ou no desenvolvimento local.

Na prerrogativa da estruturação da pesquisa, após percorrer o caminho pelos referenciais teóricos, bem como da realização da pesquisa empírica e organização dos dados coletados, apresenta-se a estrutura dos capítulos.

Nesta **introdução** contextualiza-se genericamente a temática, a problemática e o problema de pesquisa, bem como a relevância do estudo e dos objetivos, incluindo seus vários aspectos. Estão apresentados também as estratégias metodológicas adotadas, incluindo a caracterização das ações de pesquisa, procedimentos exploratórios e de tratamento dos dados.

No **primeiro capítulo** está exposta a revisão teórica-conceitual das partes constitutivas

que envolvem a temática e o objeto de estudo, inserindo-os na abordagem das ruralidades e enfocando a relação campo-cidade. Nesse capítulo também é apresentada uma abordagem do fenômeno das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, sua história, difusão, além dos diversos fatores que influenciam a sua instalação com o propósito de subsidiar o estudo empírico.

No **segundo capítulo** é caracterizado o município de Guarapuava-PR no contexto das ruralidades, por meio dos resultados alcançados a partir de informações dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010, bem como dos dados e informações coletadas durante a realização da fase exploratória da pesquisa. E, ainda, por meio dessas análises, é apresentada a distribuição desses domicílios em Guarapuava, sua manifestação e relevância, bem como suas relações com o local onde se instala. Foram feitas tabelas e gráficos para melhor visualização da temática e do objeto de estudo, de modo a possibilitar considerações mais apuradas.

Nas **considerações finais**, são evidenciados que os objetivos propostos foram alcançados, visto que o fenômeno em estudo já se constitui uma realidade no município de Guarapuava-PR, com visível expansão.. As análises sobre a organização socio-espacial das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, instaladas nos distritos administrativos do município em estudo permitiram levantar um perfil dos aspectos socioeconômicos e cultural dos atores sociais pesquisados. Entre as descobertas, desvendou-se peculiaridades a respeito das vivências de cada sujeito, o que corrobora na relação entre o rural e o urbano de modo a intensificar cada vez mais as suas singularidades espaciais e de contribuir para a intercomplementaridades desses dois espaços.

Metodologicamente, a pesquisa apresenta uma abordagem empírica qualitativa, com levantamentos de dados primários e secundários. Entretanto, destaca-se que a pesquisa quantitativa também foi utilizada para a análise.

A abordagem qualitativa permite estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais estabelecidos em diversos ambientes geográficos. Para que o fenômeno possa ser compreendido dentro de seu contexto e em uma perspectiva integrada, o pesquisador deve ir a campo captar os diversos aspectos do evento, a partir da percepção das pessoas e do próprio pesquisador, considerando todas as visões e opiniões relevantes (GODOY, 1995).

Segundo Richardson (1999), a metodologia pretendida justifica-se por considerar o

objeto de estudo como elemento produtor do espaço geográfico e por acreditar que:

[...] a metodologia qualitativa pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Entretanto, a metodologia qualitativa utilizada não é generalista, havendo necessidade de um estudo de caso, em que o real é visto de uma forma abrangente e complexa. No estudo de caso, os elementos de diferentes tempos históricos vão se integrando em movimentos constantes em uma sociedade bastante dinâmica, uma vez que se almeja um “[...] conhecimento do real consubstanciado em um projeto que inclui desde a visão de mundo do pesquisador até os detalhes de sua execução em termos de métodos e técnicas” (HAGUETTE, 1990, p. 194). Considera-se essa prática como sendo um “[...] estudo em amplitude e em profundidade, visando a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo que o resultado das observações são sempre parciais” (MARTINS, 2004, p. 295).

Sendo assim, optou-se pela pesquisa do tipo “estudo de caso”, que tem por finalidade investigar uma determinada realidade, com contornos claramente definidos no decorrer da pesquisa.

Dessa forma, o objeto de estudo constitui-se em uma expressão concreta e delineadora da paisagem do espaço rural local, tido essencialmente como agropecuário, com relevante extensão territorial, com um conjunto de atividades não-agrícolas relacionados ao lazer, distribuídas entre os distritos administrativos que integram os domínios do município de Guarapuava-PR, propiciando um cenário ideal para o debate sobre os usos desse espaço e sua relação campo-cidade.

Para tanto, a pesquisa fundamenta-se, primeiramente, por meio do levantamento de informações e fundamentação teórica, essenciais para a aquisição de dados e respaldo da revisão bibliográfica.

Destaca-se que os principais dados secundários foram fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

A partir dos dados secundários, foi realizado o registro da ocorrência das chácaras de lazer no município de Guarapuava-PR, com a seguinte caracterização:

I) Categoria: domicílios não-ocupados;

II) Variáveis:

a) domicílios de uso ocasional e;

b) domicílios vagos/fechados.

Segundo Gomes (2008, p. 2), a categoria dos domicílios não-ocupados agrega “novas formas urbanas para a efetivação do fenômeno”, considerando que a variável “domicílios de uso ocasional” é um indicador para a investigação do fenômeno da chácara de lazer e a variável “domicílios vagos/fechados” representa uma possível potencialidade desse tipo de domicílio.

A partir desses procedimentos, a pesquisa caracteriza a manifestação, a dinâmica e as relações das chácaras de lazer na condição do domicílio de uso ocasional no município de Guarapuava, que apresenta uma relevante extensão territorial, com 3.053,83 km<sup>2</sup>, e está situado na região Centro-Sul do Estado do Paraná, a 260 km de Curitiba, a capital do Estado. O município possui população estimada de 167.463 habitantes (IBGE, 2010), sendo que mais de 90% dessa população está hoje concentrada na área urbana, distribuídos entre o distrito sede e mais cinco outros que integram os domínios territoriais do município.

Na fase exploratória, foram planejadas e manuseadas as técnicas de coleta de dados, por meio de questionários, entrevistas e observações, com o objetivo de apreender a totalidade das relações do evento com o local da sua inserção.

Nesta fase, mesmo não havendo um esquema rígido de ações, foi necessária a divisão em etapas, considerando a multiplicidade das dimensões da realidade local e por ser tratar de uma estudo descritivo.

Assim, em um primeiro momento, foi aplicado aos proprietários das chácaras de lazer um questionário com perguntas fechadas (APÊNDICE A), estruturado de forma a constituir uma ferramenta quantitativa que possibilitasse a padronização e a coleta de um número de dados em um menor tempo, considerando que esse tipo de questionário permite “[...] descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social ” (RICHARDSON, 1999, p. 189).

Justifica-se a utilização desse tipo de pesquisa, considerando a abrangência da área territorial rural do município de Guarapuava-PR, que tornaria inviável o trabalho de campo, na sua totalidade, no prazo previsto.

A aplicação do questionário foi direcionado aos seguimentos da comunidade de

Guarapuava que apresentam características e padrões que possibilitam o cidadão à possuir ou frequentar uma chácara para lazer, no espaço em estudo.

Entre o universo de possibilidades em escala municipal, optou-se pelos seguintes seguimentos da comunidade:

a) Associados dos três Rotary Clubes da Cidade: Rotary Clube Guarapuava, Rotary Clube Lagoa e Rotary Clube Guaracá;

b) Associados das três Lojas Maçônicas de Guarapuava: Loja Acácia do Terceiro Planalto, Loja Philantrophia de Guarapuava e Loja Saint Germain;

c) Servidores da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO: Professores e Funcionários; e

d) Funcionários das Agências Bancárias de Guarapuava: Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Dessa forma, o questionário foi aplicado intencionalmente, de acordo com o julgamento da pesquisadora, às pessoas que poderiam revelar a população alvo, entretanto, não necessariamente representativos.

Destaca-se que os respondentes representam uma amostragem não probabilística e a seleção dos indivíduos da amostra não é estatisticamente representativa da população.

Como resultado dessa amostragem foi elaborado um mapa do perfil do cidadão proprietário, bem como de sua propriedade identificada como chácara de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, localizada em Guarapuava-PR.

Segundo Samara e Barros (1997, p. 70), os elementos da amostragem não probabilística “[...] são selecionados de acordo com a conveniência do pesquisador. São Pessoas que estão ao alcance do pesquisa e dispostas a responder a pesquisa [...]”. E, ainda, de acordo com Almeida (1989), a amostragem intencional é preestabelecida em função da razão objeto de estudo e consiste em “[...] selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas” (ALMEIDA, 1989, p. 87).

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário e de entrevistas semi-estruturas, conforme Apêndices A a D, aplicados aos cidadãos, proprietários de uma chácara de lazer; aos empregados das chácaras de lazer; e aos moradores vizinhos das chácaras de lazer. Esses documentos foram respondidos voluntariamente e sem nenhuma identificação da fonte, ou seja, estabeleceu-se antes da aplicação do questionário ou da entrevista que o respondente não seria identificado.

Nessa fase, a fim de melhor sentir as relações existentes entre os atores envolvidos, foram mantidos diversos diálogos e registradas imagens por meio de fotografias. As entrevistas foram realizadas durante as visitas para observação *in loco* do objeto de estudo.

Esse procedimento permitiu analisar a interação e dinâmicas do objeto de estudo e, concomitantemente a essas ações, foi deflagrada a discussão a respeito da pluriatividade e da relação estabelecida entre os diversos fatores e elementos que cercam o objeto de estudo e sua relação entre o rural-urbano.

Esses procedimentos, aliados ao estudo de caso (qualitativo), possibilitou identificar e relacionar o objeto de estudo ao perfil do indivíduo pesquisado (proprietário).

Na sequência, em outro momento, foram realizadas visitas para coleta de informações junto ao poder público municipal, como importante fonte para identificar as preocupações e possíveis propostas sobre o objeto de estudo, bem como para resgatar informações das transformações que podem estar ocorrendo no espaço rural do município, especificamente acerca do planejamento e ordenamento do território.

Destaca-se que, dos 150 questionários distribuídos, foram devolvidos 89 respondidos. Justifica-se que o universo que restou inquirido representa um número consideravelmente aceitável para o estudo que se propõe, tendo em vista que representa uma amostra de 12,91% do total de domicílios de uso ocasional recenseados pelos IBGE, no ano de 2010<sup>1</sup>.

Concluída a fase exploratória, iniciou-se o procedimento de análise dos dados e informações levantadas ao longo da pesquisa, que consistiu basicamente na tabulação e cruzamento de dados. Foram estabelecidas e analisadas as relações entre as variáveis, considerando que a “[...] interpretação desses dados deverá ser feita levando-se em consideração os objetivos e as hipóteses formuladas no início do trabalho” (ALMEIDA, 1989, p. 159).

Os resultados obtidos foram analisados em aplicativos computacionais, avaliando-se a qualidade e a quantidade das informações obtidas no desenvolvimento do trabalho.

Primeiramente, foram tabulados e analisados os questionários, efetuando a transcrição das respostas, e depois sua categorização, com a finalidade de verificar as similaridades e diferenças entre as respostas, para maior riqueza da análise. Posteriormente, foram definidas as categorias de respostas, computando-se a frequência relativa de cada categoria.

---

1 O IBGE (2010) registrou 689 domicílios de uso ocasional situados nas ruralidades de Guarapuava, incluído o distrito sede do município.



Após a tabulação, foram feitos os cruzamentos previstos, em que foram tratadas as variáveis do perfil dos proprietários, com as variáveis motivacionais que obtiveram maior frequência relativa no processo de tabulação, que resultaram em tabelas e gráficos.

Os procedimentos adotados serviram para a função de identificar a realidade do espaço rural de lazer de Guarapuava-PR, e contribuíram para equacionar acontecimentos relevantes e que normalmente não seriam revelados somente pela análise estatística ou quantitativa, considerando que todos os pontos de vista são importantes e esclarecem as relações existentes no local em estudo (GODOY, 1995).

Essas considerações identificam as estratégias gerais adotadas e os aspectos particulares são apresentados no decorrer da pesquisa. Entretanto, importante considerar, ainda, alguns fatores limitantes deste estudo.

Primeiramente, cabe salientar o reduzido tempo para se edificar um projeto e levantar estruturalmente uma pesquisa, no prazo previsto nos programas de pós-graduação. Ademais, se considerar o limite temporal para integralização de todos os créditos exigidos, além da elaboração e publicação de artigos, entre outras atividades exigidas, aliada às atividades profissionais que não possibilitam usufruir de afastamento.

A escassez bibliográfica e a dificuldade para localização de dados e informações a respeito do tema são outros limitantes a este estudo, já que os dados estatísticos atualizados do município não permitiram abordagens mais pontuais do fenômeno.

Aliado a esses fatores, defrontou-se com as dificuldades a respeito do manejo do produto requerido, em decorrência do tempo que a pesquisadora ficou afastada dos conhecimentos da ciência geográfica.

Destaca-se, ainda, que este estudo é o resultado de um sonho, em meio a um esforço pessoal, para desvendar um fenômeno local que, até então, era vivido e não compreendido. Finalmente, apresenta-se a pesquisa sobre as chácaras de lazer em Guarapuava -PR, por meio de um estudo sobre as vivências nas ruralidades locais.

# 1 O ESPAÇO RURAL EM TRANSFORMAÇÕES E AS VIVÊNCIAS NAS RURALIDADES

## 1.1 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL

A sociedade humana é dinâmica e, de acordo com a expansão e distribuição do homem no mundo, o espaço geográfico vai se transformando, nos moldes dos padrões do sistema capitalista, apresentando formas e organizações distintas que promovem diferentes modos de vivência.

O homem que vive nessa sociedade é produto da própria cultura a que pertence e é o único ser que habita segundo objetivos pré-determinados, promovendo sucessivas mudanças demográficas e sociais, no discurso de uma proposta de transformação qualitativa dos espaços habitados.

Na antiguidade, o homem era essencialmente agricultor e seu *habitat* compreendia apenas o espaço construído, lugar onde morava, trabalhava e mantinha as relações da vida social confinadas geograficamente.

A partir do início do século XIX, a agricultura transformou-se. O espaço rural foi considerado apenas pela sua produção, ignorando-se que esse espaço abriga um lugar de vida e que se apresenta com interações plurais em seus diversos aspectos.

Nesse mesmo processo, o comércio e os meios de transporte sofreram grande impulso técnicos, ocasionando uma transformação demográfica com múltiplos efeitos, incluindo mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais também no espaço rural.

Para entender melhor essas mudanças de ordem global, é preciso conhecer o processo histórico de constituição dos espaços enquanto produção e reprodução social da população, incluindo os fatores propulsores que marcaram a sociedade para se chegar ao atual estágio de desenvolvimento.

O desenvolvimento produtivo sempre esteve em destaque na maior parte da história econômica dos países e as mudanças observadas em âmbito global também são registradas no Brasil. Essas mudanças refletem a produção de alimentos e matérias-primas, bem como das relações com as atividades não agrícolas que integram o espaço rural.

Na proposta de um melhor entendimento a respeito das transformações que se apresentam no espaço rural brasileiro, torna-se importante contextualizar as mudanças

históricas a partir do século XX e as relações que se apresentam nesse espaço na atual sociedade.

Inicia-se a história a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, marco do processo dos avanços tecnológicos nas atividades agropecuárias, tendo em vista que os países que se industrializaram nesse período modernizaram os seus sistemas de cultivo, elevaram a produção e a produtividade. A proposta era produzir cada vez mais com menos terra e mão-de-obra, por meio da introdução de novas técnicas e o desenvolvimento de instrumentos agrícolas.

Na segunda metade do século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial, os países desenvolvidos criaram uma estratégia de elevação da produção agrícola mundial chamada de Revolução Verde.

A Revolução Verde ocorreu por meio das inovações tecnológicas que promoveram a agricultura para restabelecer as instituições privadas que abasteciam a indústria bélica. O objetivo era a reprodução do capital dessas instituições, que começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, além de incentivarem a produção e o uso de agrotóxicos como herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos. Nessa proposta também foi incentivado o uso de maquinário pesado como tratores e colheitadeiras.

O fim da Segunda Guerra Mundial impulsionou a Revolução Verde nos seus aspectos sociais, econômicos e políticos, já que os blocos de poder disputavam ideológica e economicamente a hegemonia do mundo. Mas, o principal desafio das então superpotências era a fome, discurso esse que tinha como objetivo tentar produzir mais para vender mais. Esse cenário levou os países capitalistas a fazerem grandes investimentos na agricultura.

Destaca-se que a Revolução Verde foi alicerçada no pacote tecnológico desenvolvido para os padrões de produção dos Estados Unidos e Europa Ocidental, fundamentado na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola através da substituição dos moldes de produção local por um conjunto de práticas tecnológicas.

Segundo Andrades e Ganami (2007), a Revolução Verde teve sua criação em 1966, em uma conferência em Washington para o desenvolvimento de países com *déficit* de alimentos, por meio de sementes modificadas em laboratórios. As sementes manipuladas apresentam alta resistência a diferentes tipos de pragas e doenças e seu manejo - aliada à utilização de agrotóxicos, fertilizantes, implementos agrícolas e máquinas para o plantio dessas sementes - aumentou significativamente a produção agrícola.

Entre as estratégias desse pacote tecnológico está a monocultura, que provocou desequilíbrios sistêmicos além de expor a própria espécie cultivada a ataques maciços de pragas e aumentar o uso de agrotóxicos.

Além dos impactos ambientais, a Revolução Verde apresentou também impactos sociais por ser extremamente desigual e excludente, já que o processo de modernização agrícola privilegiou os poucos grandes produtores em detrimento de outros pequenos produtores familiares. A mecanização pesada também acentuou o desemprego no campo e a concentração fundiária, devido a perda das terras pelos pequenos produtores.

Os produtores que não receberam investimentos, ou seja, os pequenos produtores, não conseguiram acompanhar essa modernização, muitas vezes sendo obrigados a vender suas terras aos grandes produtores o que acarretou uma grande expropriação de terras. Esses produtores expropriados de suas terras migraram para cidades grandes (ANDRANDES; GANAMI, 2007, p. 5).

Muitos países, incluindo o Brasil, introduziram as inovações do pacote tecnológico na produção agrícola, o que, por conseguinte, reduziu a autonomia dos pequenos produtores familiares. Esse processo resultou em distintas reconfigurações compreendendo aspectos econômicos, sociais e territoriais, principalmente com o surgimento do Complexo Agroindustrial.

Segundo Delgado (1983), no final dos anos 60 foi instituído o Complexo Agroindustrial com a finalidade de implantar um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura e pelo desenvolvimento de um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária.

Segundo Zamberlam e Fronchetti (2001), o processo de modernização da agricultura no Brasil, iniciado a partir da década de 1970, apresentou-se de diferentes formas e níveis, promovendo a transformação no campo, principalmente, no que diz respeito à heterogeneidade das formas da sua organização. Dessa forma, as relações existentes entre agropecuária e indústria a partir do processo de modernização do campo alteraram profundamente as relações socioeconômicas nesse espaço, considerando que “[...] o pacto político fundamental que viabiliza esse padrão de modernização tecnológica se sedimenta entre 1964 e 1968 e consiste na manutenção do elevado padrão de concentração da propriedade e uso da terra” (MOREIRA, 1999, p. 38).

Maluf (1997) destaca que o Brasil foi profundamente marcado pela política de

modernização agrícola com o propósito de produzir alimentos mais baratos, seguindo o discurso das então grandes potências mundiais. Tal fato concretizou-se, principalmente, para exportação dos produtos, de forma que garantisse divisas para o país, de liberar mão-de-obra do campo para serem absorvidas pelas indústrias, além de constituir consumidores para os produtos industrializados.

As políticas agrícolas que priorizaram a produção para exportação fizeram com que se alterasse a distribuição de renda no campo, aumentando dessa forma as desigualdades, o que, por consequência, promoveu aumento da pobreza e dos impactos sobre o ambiente.

No discurso da modernização agrícola mundial, foi desencadeado o intenso processo de reestruturação produtiva da agricultura, que se pautou na transformação da base técnica produtiva, identificada com o processo de integração de capitais<sup>2</sup>. Esse processo proporcionou a autonomia e intensificação de áreas produtivas, por meio da incorporação de sistemas de informações ou do modelo tecnológico extensivo, seguido pelo modelo tecnológico intensivo.

Foi a partir de 1990 que a agricultura brasileira incorporou o modelo tecnológico intensivo, modelo caracterizado pela utilização de tecnologias produzidas pelas indústrias química, mecânica e biológica. Esse processo foi baseado na biotecnologia e na engenharia genética, considerado o modelo que apresentou as “[...] mais revolucionárias e controvertidas tecnologias já desenvolvidas pelo homem [...] afeta a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, por meio da redução do período de produção e da potencialização dos efeitos das inovações químicas e mecânicas” (SILVA apud ELIAS, 2002, p. 14).

Elias (2006) destaca que o modelo tecnológico intensivo foi considerado uma etapa transitória para o novo modelo biotecnológico. Dessa forma, a modernização da agricultura continuou seu processo por meio de pesquisa em laboratório e da manipulação de transgênicos.

Essas transições dos modelos agrícolas desencadearam transformações profundas na organização do espaço rural, tanto no desenvolvimento geográfico desigual, como no aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e dos territórios. Esse processo desencadeou modificações das condições naturais do solo e do ritmo da jornada de trabalho, o que ocasionou mudança socioespacial e refletiu na reestruturação do mercado de trabalho rural, uma vez que houve a redução contínua de postos de trabalho.

---

2 Para melhor entendimento a respeito do processo de integração de capitais ver ELIAS (2006).

Destaca-se que o território rural brasileiro no processo de desenvolvimento foi caracterizado, por muito tempo, apenas como um espaço que servia de

[...] suporte ao processo de desenvolvimento de outros setores da economia: a) liberação da mão-de-obra para o setor industrial; b) fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas; c) suprimento de capital para o financiamento de investimentos industriais; d) suprimento de divisas estrangeiras através da exportação de produtos agrícolas; e) criação de um mercado interno para produtos industriais. (ELESBÃO, 2007, p. 49).

A organização da produção bem como as relações de trabalho alavancaram a reorganização social e colocaram em evidência as atividades não agrícolas no espaço rural. Essas atividades serviram também para promover a permanência da força de trabalho da unidade familiar do pequeno produtor no campo, já que esses foram excluídos do processo agrícola nacional

Destaca-se que as transformações técnicas introduzidas pela modernização apenas enfocaram a produção agrícola e não o rural em sentido mais amplo, deixando a natureza, por muito tempo, dissociada do processo.

Segundo Marques (2002), somente a partir de 1990 foi deflagrado o debate a respeito da identidade do rural plural, com o devido destaque para a natureza, o que permitiu à sociedade contemporânea outro olhar, capaz de visualizar nova qualificação desse espaço, que agrega diferentes usos e atividades.

Essa nova visão possibilitou uma mudança de foco objetivando o desenvolvimento rural (não somente da produção agrícola), permitindo ajustes técnicos, normativos e espaciais para a produção, a preservação e a sustentabilidade.

Dessa forma, as diferenças entre os espaços geográficos foram consideradas e abriu-se a possibilidade de análise local.

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e na recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa (MARQUES, 2002, p. 109).

Esse autor defende as características e elementos naturais da terra como fatores que identificam o espaço rural, além de destacar a importância das questões acerca da identidade local, o que permite desenvolver maior territorialidade em relação aos cidadãos.

Rua (2005, p. 54) também defende que, diante da complexidade das relações que envolvem a sociedade global, são conformadas “[...] múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar), que marcam o momento atual de re-significação do rural e da natureza”.

Assim, pautam-se as recentes transformações no setor a partir do fim do ciclo do café, que passou por três modelos agrícolas diferentes no processo de modernização da agricultura engendrados pelas crises políticas e econômicas do país.

Observa-se que o processo de modernização da agricultura brasileira não foi homogêneo, considerando que o espaço rural foi dividido entre dois atores sociais. De um lado, espaços com rápida modernização e personagens que conseguiram acompanhar o processo. E, de outro, onde a modernização foi lenta e os pequenos produtores não conseguiram acompanhar a modernização do campo. As repercussões e reflexos desse processo também foram bem diferentes em cada lugar, considerando que

[...] os agricultores que se modernizaram e passaram a utilizar os insumos modernos de produção, conseguiram se inserir no mercado, ao passo que os que não conseguiram essa condição – o que constitui a grande maioria – ficaram à margem do sistema, passando a fazer parte de uma massa de excluídos (ELESBÃO, 2007, p. 54).

Muitos desses excluídos foram forçados a percorrer o caminho da migração campo/cidade, influenciados diretamente pelas desigualdades. Também, observa-se que alguns ainda resistem no campo, tendo em vista que esse reflexo é o resultado de um processo global de mudança e a “[...] a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas” (SINGER, 1998, p. 29).

Segundo esse autor, os fatores que levam à migração podem ser decorrentes de mudanças promovidas pelas relações de produção capitalistas no campo - pois o aumento da produtividade do trabalho reduziu o nível de emprego -, e pelos fatores de estagnação - concebidos pela crescente pressão populacional sobre os meios de produção, em decorrência da monopolização do campo pelos latifúndios.

Esses dois fatores podem ser os responsáveis pelo processo das migrações campo/cidade, haja visto que, ao analisar os resultados demográficos do Brasil ao longo do século XX, verifica-se que até 1960 a maioria da população era rural. No entanto, essa relação

inverteu-se durante a década de 1960, pois em 1970 a população urbana já representava 55,9, conforme dados do IBGE.

Nesse caminho, tem-se o registro de que a elevação percentual da população urbana também foi desencadeada pelo processo de aperfeiçoamento das comunicações e do transporte, haja visto que a modernização permitiu a mobilidade da população, acelerando as migrações internas e externas e, ainda, a diminuição proporcional da população rural, responsável pela produção agrícola.

Dessa forma, o sistema econômico tornou-se cada vez mais urbano, com seus fluxos de informação, energia, capital, comércio e pessoas que movimentam todo o desenvolvimento global. Como destaca Singer (2008), a urbanização é intensificada pelo desenvolvimento de novas atividades, industriais e de serviços, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, o que, por conseguinte, influencia no crescimento populacional.

## 1.2 O ESPAÇO RURAL: SUAS RELAÇÕES, DELIMITAÇÕES E ATIVIDADES NAS RURALIDADES

O espaço rural apresentado é resultado das mudanças estabelecidas, principalmente, ao longo do século XX, a partir das relações entre a sociedade e a natureza. Relações que apresentam aspectos complexos, muito além do desenvolvimento da agricultura ou da tipologia a ser adotada pelas ruralidades. Essas transformações interferem nas relações internas e externas dos territórios e modificam o modo de vivência das pessoas.

As redes de relações que se estabelecem a partir da nova perspectiva de desenvolvimento científico-tecnológica redefinem os espaços rurais e os serviços urbanos, possibilitando, com a intensificação dos fluxos de transportes e comunicações, a reestruturação e interação das ruralidades e urbanidades, promovendo também estudos direcionados na relação rural/urbano.

Os estudos destacam como eventos desencadeantes dessas relações a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura, que permitem a incorporação de novas dinâmicas para os espaços rurais ou formas de produção que, segundo Veiga (1991, p. 197), “[...] teve seu desenvolvimento apoiado em todos os países capitalistas centrais”.

Nesse contexto, diante da complexidade e dinamismo dos espaços geográficos, é



necessário identificar os debates que interpretam a relação rural/urbano, apresentados de diferentes formas, diante de ações e atividades que se agregam a esses espaços. Segundo Marques (2002), existem duas principais leituras:

a) visão dualista e dicotômica: apresenta o rural como uma realidade específica, com características próprias e isoladas, que reflete o atraso, e se contrapõe à realidade urbana.

A leitura unilateral do rural, vista a partir do espaço urbano que gera a dominação sobre o espaço rural, foi substituída no Brasil pela corrente do *continuum* rural-urbano.

b) visão do *continuum* rural-urbano: apresenta o rural inserido nas transformações advindas do desenvolvimento da sociedade, incorporando a modernidade da realidade urbana.

A corrente do *continuum* rural-urbano destaca-se perante os estudiosos de diferentes áreas, por ser essa, nos dias atuais, a que mais se identifica com a dinâmica espacial contemporânea. Essa corrente de leitura apresenta duas interpretações:

A primeira interpretação privilegia o polo urbano do *continuum*, sendo conhecida como urbano centrada, que defende a homogeneização espacial e social e o fim da realidade rural.

[...] a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.43).

Segundo esse autor, a urbanização do rural no Brasil é apenas física, decorrente da industrialização agrícola e da absorção da modernidade urbana pelo rural. O que se destaca é a inserção de novas atividades econômicas no meio rural, principalmente no que diz respeito às atividades não-agrícolas, que incorpora novos postos e novas formas de organização do trabalho. Na visão do autor, esse processo apresenta um “novo rural”, formado pelos seguintes fatores:

- a) agropecuária moderna (agroindústrias e complexos agroindustriais);
- b) atividades rudimentares de subsistência (trabalhadores excluídos do processo de modernização);
- c) atividades não-agrícolas (ligadas ao lazer, moradia, prestação de serviços e atividades industriais);
- d) “novas” atividades agropecuárias (criação de aves exóticas, animais para

alimentação e venda e cultivo de espécies vegetais ornamentais).

As novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc.) (GRAZIANO DA SILVA, 2001b, p. 44).

Nessa perspectiva, os processos rurais são consequência da dinâmica urbana, fazendo com que o campo aproxime-se cada vez mais da cidade, face a homogeneidade econômicas e sociais de organização e da produção.

O autor salienta também que os pequenos produtores ainda resistem nas propriedades rurais, considerando a possibilidade de membros dessas famílias obterem ocupações e rendas por meio de atividades não-agrícolas vinculadas ao meio.

A segunda interpretação da visão do *continuum* rural-urbano enfatiza e reafirma o valor do espaço rural diante das transformações que a sociedade contemporânea está vivendo. Segundo Wanderley (2000, p. 4), a realidade do rural não desaparece, “[...] as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade”, haja vista a relação não excludente que aproxima e integra os espaços rurais e urbanos com suas particularidades.

O conceito de *continuum* rural-urbano permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, e reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural. (WANDERLEY, 2000, p. 107).

Nessa perspectiva existe uma tendência pela valorização das diferenças dos espaços rurais e urbanos que se complementam com suas singularidades, devido às facilidades de comunicação e de mobilidade. Essa vertente de interpretação é conhecida no Brasil como “novas ruralidades” (WANDERLEY, 2002; CARNEIRO, 1999; ALENTEJANO, 2003).

As teorias e interpretações apresentadas acerca do que está ocorrendo no espaço rural não são consensuais. Contudo, entre as divergências existe um ponto em comum: de que o rural adquire novas funções no cenário atual e mesmo que haja a diluição das diferenças entre o rural e o urbano em alguns territórios, o rural manterá características peculiares que permitirão sua identificação.

Evidencia-se nas discussões levantadas sobre os destinos das áreas rurais, que o principal objetivo é encontrar uma (re)definição do conceito de rural, que passa por

significativas transformações - desde a inversão radical dos fluxos migratórios até o surgimento de novas atividades econômicas não necessariamente agrícolas -, existindo uma tendência quanto à valorização da ruralidade pela população rural e também pela urbana.

Não se refuta nesta pesquisa nenhuma das duas vertentes, considerando que a dinâmica das relações diferencia-se diante das singularidades de cada lugar e nas dimensões espaciais do rural e do urbano. Esses dois espaços estão intimamente articulados em âmbitos sociais, econômicos e culturais, decorrentes da interdependência e complementariedade que existe no campo com relação aos serviços implantados na cidade e na cidade com relação a produção e atividades originárias do campo.

Dessa forma, a compreensão desses espaços não pode ocorrer de forma isolada ou dicotômica em que o urbano significa moderno e o rural, arcaico, ao tempo em que se deve “[...] desmistificar as associações tradicionalmente feitas entre rural de agrícola, natural e atrasado e urbano como sinônimo de moderno, industrial e artificial” (ALENTEJANO, 2003, p. 31).

Segundo Veiga (2001), há duas opções antagônicas idealizadas pela sociedade brasileira acerca do destino do espaço rural, considerando que “[...] é inimaginável que a sociedade brasileira não venha a se dar conta do preço que está pagando por acreditar no mito da maior eficiência da agricultura patronal [...] nem de longe compensa sua absurda ineficiência distributiva” (VEIGA, 2003, p. 136).

Existe a proposta da maximização da competitividade em detrimento da minimização dos custos de produção por meio da especialização crescente da produção agropecuária. Esse modelo exclui a mão de obra menos qualificada e reduz significativamente os postos de trabalho.

A segunda proposta é pela diversificação das economias locais e multissetoriais, por meio da valorização das dinâmicas gerada por famílias que vão se tornando pluriativas.

Essas duas opções, não podem ser desconsideradas, devendo, entretanto, atentar para a diversidade do meio rural brasileiro, que pode apresentar diferentes produções em alta escala, como também distintas diversificações da pluriatividade.

Nessa concepção do rural, torna-se importante ratificar que esse espaço é um território que agrega além das suas funções primárias (matéria-prima, alimentação e moradia), um leque de oportunidades diversas nas novas funções incorporadas à população que reside no campo.

Nesse debate, destaca-se uma terceira tese, como balizadora das ações e atividades necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

Veiga (2004) ressalta que a ruralidade não desapareceu, nem renasceu e que a sociedade urbana tende a revigorar a ruralidade por meio de mutação, onde emerge a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. O autor destaca que a nova ruralidade, que valoriza a relação com a natureza, pouco tem a ver com o rural do passado.

Esclarece-se que o rural de hoje está inovado, incorporando uma nova roupagem, preocupado com a preservação da natureza, aliando-se às mudanças trazidas por essa nova forma de concepção do espaço rural, em que se observa o fortalecimento e a consolidação na relação ou inter-relação campo-cidade, por meio de uma complementaridade e de uma articulação entre esses dois espaços, tanto nos seus aspectos tecnológicos, culturais ou produtivos.

Concorda-se com Veiga (2004), já que é possível de se notar empiricamente e várias pesquisas indicam a revitalização do meio rural brasileiro, com a ampliação da pluriatividade e da multifuncionalidade do rural, como alternativa de renda e trabalho, não mais associada somente à agricultura. Observa-se também que o espaço urbano não está mais relacionado a trabalho para um segmento significativo da população originária da agricultura. Entretanto, nessa nova reestruturação espacial, não estão sendo dignósticadas e ponderadas as consequências para a sociedade contemporânea.

Na tentativa de vislucrar uma resposta à problemática levantada, apresenta-se como propensa alternativa para as ruralidades um conjunto de diversidades de produtos, de atores e de atividades, relacionadas à natureza e que representa um estilo de vida diferenciado.

[...] o rural não é mais o agrícola, é o campo, uma paisagem rural associada à natureza, à memória de uma sociedade camponesa, um patrimônio a preservar. Cai a lógica produtivista e vem à tona a da qualidade de vida. A nova ruralidade se torna um estilo de vida. Opondo-se ao rural agrícola homogêneo, a ruralidade torna-se o rural da diversidade; a noção de paisagem reproduz a estetização da ruralidade, associada à natureza (LIMA, 2005, p. 45).

Destaca-se que as teias de relações estabelecidas entre o campo e a cidade estão refletidas nos seus aspectos socioeconômicos e ambientais, caracterizando-se como espaços interdependentes e complementares.

Ademais, o espaço rural deixa de ser mono para se articular em diferentes configurações espaciais, com novas atividades e ocupações relacionadas na promoção da preservação e conservação do meio ambiente humano e natural, por meio do lazer, do descanso e do turismo, que podem levar à promoção de moradias de uso ocasional para o tempo do não-trabalho.

No debate sobre os estudos agrários realizados nas últimas décadas, destacam-se alguns nomes:

a) Santos (1996), concorda com a concepção do “novo rural”, argumentando que a constituição do espaço territorial brasileiro ocorre pelo crescente meio técnico-científico e de informações, não podendo haver distinção entre espaços rurais e urbanos;

b) Carneiro (1998; 2006), identifica esse processo como “ruralidade contemporânea”, questionando a hipótese de um novo rural. Argumenta que a combinação da atividade não-agrícola com a agricultura por membros de famílias rurais é uma prática tão antiga quanto é o campesinato brasileiro, concluindo que o rural exclusivamente agrícola nunca existiu;

c) Wanderley (2000), apresenta o termo “nova ruralidade”, argumentando a necessidade de se (re)conhecer o rural brasileiro a partir de suas relações com o urbano e também segundo suas relações internas específicas, ressaltando a sociabilidade que garante a manutenção do rural. Destaca também que é na apreensão da diversidade e da complexidade do rural, como um espaço próprio gestor de um modo de vida diferenciado daquele produzido no espaço urbano, que se constrói a noção de cidadania (etimologicamente derivada de ‘cidade’), da qual é compartilhada legitimamente pelo rural.

Não se refuta nenhum desses termos nesta pesquisa. Contudo, o uso da expressão “nova ruralidade” ou “novas ruralidades” é mais usual, tendo em vista que supõe:

[...] a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p. 2).

Quanto às categorias de uso dos termos ruralidade e urbanidade, destaca-se a perspectiva de Biazzo (2007), que caracteriza rural e urbano como formas de um espaço, ou seja, é a materialidade dos seus contornos, enquanto as ruralidades e urbanidades constituem-se em conteúdos, fruto de construções sociais que se manifestam por meio de atos e fatos das

práticas sociais.

No entendimento desse autor, as ruralidades e urbanidades estão presentes em diferentes proporções e combinações dependendo das práticas sociais, devendo ser usualmente referenciadas as categorias ruralidades e urbanidades pelo perfil analítico, no contexto das identidades sociais (BIAZZO, 2007).

Diante desse entendimento, observa-se a complexidade das definições das categorias rural e urbano e, assim, merece destaque os debates a respeito das limitações físicas desses dois espaços quando se estuda as relações da ruralidade e da urbanidade.

Porém, deve-se levar em consideração que os espaços rural e urbano reproduzem uma realidade social concreta (CARLOS, 2003) e que a delimitação espacial não é tão importante atualmente diante da dinâmica desses dois espaços, que são cada vez mais singulares e interligados nas suas complementaridades.

Nesse sentido, as transformações sentidas no meio rural corroboram com a problemática existente para a delimitação dos espaços, uma vez que não existe uma definição ou critério universal para demarcar os limites desses dois espaços (CAMARANO; ABROMOVAY, 1999).

Observa-se que cada país define suas fronteiras conforme considerar mais viável. O critério usualmente utilizado é o administrativo, não levando em consideração aspectos geográficos ou econômicos.

No que tange ao espaço urbano, entendemos que este decorre de uma densificação populacional no espaço, da inserção de objetos técnicos (tecnicização), e da racionalidade técnica, que percebe, nas aglomerações populacionais, possibilidades para o desenvolvimento de cidades e, conseqüentemente, facilidades para concentração da produção e da circulação de mercadorias, pessoas, atividades e capital. Ademais, cabe a ressalva de que toda paisagem/espaço considerado urbano, ou seja, toda cidade, sempre se sobrepõe ao rural ou ao “natural”. Assim, todo urbano já foi rural, mas nem todo rural será urbano (CANDIOTTO; CORREIA, 2008, p. 216).

Tradicionalmente, mesmo com os controversos debates, é utilizado o conceito de espaço urbano para se referir às cidades e às aglomerações com alta densidade populacional; e espaço rural para as demais áreas não urbanizadas e, de alguma forma, ocupadas, porém com uma pequena densidade populacional.

No Brasil, a metodologia oficial foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 311/1938, que

trata da divisão territorial do país, mas que não estabelece nacionalmente parâmetros para o quantitativo populacional que permitam delimitar a divisão entre espaço urbano e o rural. Fica a cargo de cada administração municipal o bom senso, aliado às conveniências locais, para a definição da área urbana para fins de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano, IPTU - o que passou a ser o parâmetro delimitador, fazendo com que

[...] todas as sedes municipais existentes virassem cidades, independentemente de quaisquer características estruturais ou funcionais. Foram consideradas urbanas todas essas sedes, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados. Para futuras cidades seria exigida a existência de pelo menos 200 casas, e para futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que àquela data eram cabeça de município, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas (VEIGA, 2001, p. 2).

O IBGE desconsidera, ainda hoje, as características dos assentamentos humanos e, com o respaldo do citado Decreto-lei, classifica o território brasileiro levando em consideração as cidades, as vilas e os distritos como perímetro urbano e o que resta a área rural. De acordo com a localização do domicílio, ou seja, considerados administrativamente pelos poderes públicos municipais:

[...] na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (IBGE, 1996).

Nessa perspectiva, o que estiver fora do perímetro urbano, caracterizado pelo mínimo do adensamento populacional, pela infraestrutura e serviços básicos, é considerado rural, ou seja, é toda a área remanescente, também identificada pelo atraso, com carências de serviços e falta de cidadania (ABRAMOVAY, 2003).

A ausência de uma delimitação operacional e técnica dos espaços rurais leva a maior dificuldade de entendimento das grandes transformações dessa área, principalmente nas relações de produção e trabalho decorrentes do processo de intensificação da globalização e modernização da agricultura, conforme já citado. É empírico o processo que as atividades agropecuárias estão enfrentando, com a desagregação das tradicionais formas de produção e a gradativa desagregação da força de trabalho do pequeno produtor familiar.

Em resposta a essa situação, o espaço rural brasileiro, assim como em outros países - principalmente os europeus - vem moldando um novo *status*, caracterizando-se como um lugar com singularidades e potencialidades que atraem as pessoas citadinas de grandes e médios centros urbanos, não somente pelo seu papel de fornecedor de alimentos, mas também como espaço de lazer.

Destaca-se que a construção espacial do rural, além de ser considerado como um lugar onde existe vida e se constroi uma cidadania, ocorre nas formas de dominação social a partir da posse e do uso do solo e de seus recursos naturais.

Nesse pensar, converte-se esse espaço em um lugar onde emergem residências de uso ocasional, dissociadas do local de trabalho, , com a finalidade do descanso e do lazer. Esse tipo de propriedade não apresenta como objetivo primário o trabalho agrícola nem a moradia permanente.

Em contrapartida, existem também nesse espaço o trabalhador da pequena propriedade familiar, que enfrenta dificuldades em manter uma renda suficiente para mante-se na terra, Entretanto, esse trabalho, que é o protagonístca da agricultura familiar, está longe de desaparecer definitivamente, ao contrário, “[...] parece consolidar-se como realidade estrutural e permanente, que forma parte dos sistemas agrários da quase totalidade dos países desenvolvidos” (ANJOS, 2003, p. 343).

Dessa forma, permite-se reconhecer a produção familiar como parte importante da composição do sistema rural, exercendo funções estratégicas para o desenvolvimento rural nos domínios do capitalismo contemporâneo. Isso considerando que “[...] não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante” (ABRAMOVAY, 1992, p. 209).

Neste contexto, as ocupações não-agrícolas podem apresentar-se como alternativas viáveis para os pequenos produtores rurais, já que a produção agrícola das grandes extensões agrícolas mecanizadas estão abarcando as possibilidades de ganhos monetários, já que possuem incentivos e estímulos governamentais para sua modernização.

Segundo Wanderley (2000), a criação de empregos não-agrícolas é uma estratégia possível para a unidade familiar da pequena propriedade, para aumentar a renda da família rural, direcionamento a sua mão de obra para atividades rurais não-agrícolas ou então à agricultura em tempo parcial, ou seja, a combinação de atividades agrícolas com não-



agrícolas por um ou vários membros da família. Dessa forma, a agricultura familiar estrutura-se

[...] como uma nova categoria política, portadora de uma considerável fonte de legitimidade social, que simultaneamente representa os interesses dos pequenos produtores rurais, das famílias assentadas, dos arrendatários, dos agricultores integrados aos complexos agroindustriais e de outros atores sociais do campo brasileiro (ANJOS, 2003, p. 245).

E, nesse conjunto de atividades exercidas no meio rural, aos poucos, o agricultor deixa de ser somente produtor de matéria-prima e adentra nas possibilidades de desenvolvimento de atividades não-agrícolas, destacando as pluriatividades direcionadas para o lazer, o turismo e o esporte, em compensação à crescente deterioração da qualidade de vida no meio urbano.

Assim, desponta o crescimento de atividades não-agrícolas necessárias para a manutenção de uma chácara de lazer no meio rural, cujo domicílio de uso ocasional caracteriza-se como um fenômeno dinâmico, capaz de redirecionar os processos de desenvolvimento local.

As atividades diversas incorporadas ao espaço rural são denominadas pluriatividade, cuja utilização e aplicação do conceito vem se tornando uma realidade.

Os limites territoriais da pluriatividade não se restringem pelo simples espaço físico, mas por um conjunto de relações sociais que dão origem e expressão a uma identidade, cuja personalidade é singular, compartilhada entre vários protagonistas.

Esse espaço dinâmico e plural que se configura na manutenção de estruturas e relações antigas também absorve relacionamentos com novos atores e assume papéis diversos, representando novas realidades rurais. Segundo Almeida (2003, p. 457), a pluriatividade possibilita “[...] repensar radicalmente a forma de conceber o desenvolvimento rural que passa de uma visão setorial para um visão integrada, coletiva e com ligações com outros setores da sociedade”.

Schneider (2003) defende que a pluriatividade do rural referencia a diversificação das atividades não-agrícolas e das fontes de renda das famílias que residem no campo, que podem ser desenvolvidas dentro e fora da propriedade, além de representar uma demanda de novas atividades que se instalam no meio rural.

Em outra obra, Scheneider (1999) relaciona o termo pluriatividade a múltiplas formas de trabalho, bem como à combinação das atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade rural, pela via das relações com o mercado através de atividades agrícolas e não-

agrícolas e não mais somente pela produção.

De acordo com Anjos (2003 apud MARAFON, 2006, p. 90) a pluriatividade é uma “[...] estratégia de sobrevivência no meio rural [...] marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista” e que

[...] remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno” (MARAFON, 2006, p. 24).

Diante dessas explicações a respeito do termo pluriatividade, é desmonstrada a complexidade de sua definição, levando-se em consideração que não se trata de um evento eminentemente novo. Alentejano (2001, p. 155 ) também apresenta a pluriatividade como sendo

[...] a diversificação das formas de organização na agricultura, com multiplicação de estratégias de produção dos agricultores, incluindo o recurso a outras formas de atividades, seja assalariamento urbano, transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural.

Carneiro (2005) discute a pluriatividade como um fenômeno que ganhou destaque associado às dinâmicas recentes do meio rural, estas identificadas por alguns como “novo rural”, por outros como “ruralidade”; e que essas dinâmicas estão associadas ao aumento das atividades não-agrícolas, à conformação de novas identidades sociais no meio rural e à crise de reprodução da agricultura de base familiar.

Ao refletir sobre as atividades pluriativas, Carneiro (2005) concluiu que a pluriatividade e a diversificação de cultivos e criações podem ser consideradas uma dimensão da multifuncionalidade, e que são fenômenos recentes concebidos pelas novas configurações das relações campo-cidade e das novas articulações entre agricultura e sociedade. É nesta dimensão que a agricultura familiar busca cada vez mais sua afirmação como grande promotora do desenvolvimento, na geração de renda e na manutenção do homem no campo.

Sacco dos Anjos e Caldas (2006) designam a pluriatividade como um tipo de

exploração em que os membros da família desempenham inúmeras atividades remuneradas, entre o trabalho agrícola dentro do estabelecimento e o não-agrícola, em setores diversos da economia, de forma a obter os meios necessários para a sua reprodução social e manutenção da unidade de produção.

Destaca-se que a pluriatividade também é apresentada como uma característica do homem do campo para descrever o processo de diversificação de atividades e diferentes tipos de remuneração e renda (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2002). Dessa forma, os membros da família passam a exercer outras atividades além das agrícolas para complementar a sua renda.

O caráter familiar da unidade agrícola é respaldado por Menegati (2005), que ressalta a pluriatividade como um dos processos produzidos no campo, fundamentado nas formas de trabalho de e para toda a família rural.

Atenta-se ao fato de as atividades não-agrícolas, absorvidas pelo pequeno agricultor familiar, podem ser fecundas diante da revalorização do meio rural.

Conclui-se que o fenômeno da pluriatividade também constitui-se em uma alternativa econômica, já que o padrão de desenvolvimento da agricultura no Brasil delineou-se insuficiente para manter a unidade familiar no campo. Assim sendo, a família rural passou a agregar outras funções além da agrícola, a exemplo da prestação de serviços em propriedades onde são desenvolvidas atividades como a apicultura, piscicultura, hortigranjeiros, ecoturismo, turismo rural e de lazer, entre outros.

De acordo com Santos (1985), as novas funções fazem a diferença quando a sociedade está em meio a uma metamorfose, considerando que essa mutação faz criar uma nova organização espacial.

Nesse sentido, podemos dizer que a agricultura familiar vive um momento de adaptação, por meio da pluriatividade, o que desvenda uma paisagem própria no meio rural para a instalação de chácaras de lazer que, por sua vez, referendam o acréscimo de atividades não-agrícolas no espaço rural, fechando o ciclo das interações e funções dos espaços da sociedade contemporânea.

A pluriatividade possibilita a permanência dos agricultores no campo, pois proporciona que estes continuem com as atividades agropecuárias mesmo não sendo estas rentáveis, considerando que

[...] dado um contexto de esvaziamento do campo associado à desvalorização

da profissão de agricultor e às dificuldades crescentes da agricultura em garantir o necessário à reprodução social dos produtores e de seus familiares, a pluriatividade surge como uma alternativa à emigração e à exclusão do processo produtivo, possibilitando a permanência no campo e assegurando a continuidade da atividade agrícola mesmo quando esta não é mais considerada rentável economicamente (CARNEIRO, 1998, p. 203).

[...] essas múltiplas estratégias representam o caminho, às vezes único, para assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes (ALENTEJANO, 2001, p. 155).

Esses autores evidenciam que a dinâmica produzida pelas atividades não-agrícolas possibilita que os agricultores familiares continuem independentes no campo, considerando que a “[...] pluriatividade da agricultura familiar, que sempre ignorou fronteiras entre o rural e o urbano, é o inverso da expulsão prematura de trabalho inerente à opção pela fazenda patronal” (VEIGA, 2003, p. 78).

O autor mostra ainda que a dinâmica da economia rural é determinada hoje pela presença crescente de aposentados, moradores de domicílios de uso ocasional e turistas, tendo em vista que

“[...] o desenvolvimento de inúmeras áreas rurais tenderá a depender muito mais da segmentação de mercados locais ou regionais impulsionada por residentes temporários, turistas, esportistas, aposentados, etc., do que de padronizados mercados nacionais ou externos que absorvem commodities e manufaturados” (VEIGA, 2000, p. 193).

Entretanto, Alentejano (2001) destaca que em algumas regiões, as condições para o desenvolvimento da pluriatividade não se faz presente. Neste caso, deve-se

[...] criar condições para a multiplicação de estratégias de desenvolvimento no meio rural, de forma a garantir condições de vida mais digna para a população que habita hoje o meio rural, assim como para aqueles que poderão vir a buscá-lo como alternativa de sobrevivência” (ALENTEJANO, 2001, p. 169).

Ele defende também que o rural está intrinsecamente relacionado à terra, elemento que se constitui como fundamental do espaço rural, salientando que o ponto central da particularidade do rural em relação ao urbano encontra-se nas “dimensões econômica, social com a terra” (ALENTEJANO, 2003, p. 29).

Assim, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida (ALENTEJANO, 2003, p. 29).

Alentejano (2003) define as características do rural e do urbano indicando que o elo está na terra e que, para se entender esses dois espaços, é necessário considerar a intensidade da territorialidade.

Nesse sentido, a compreensão da diversidade e das particularidades que permeiam os sistemas produtivos dos territórios rurais brasileiros é de suma importância no caminho da promoção das diferentes vivências que emergem no processo de evolução da sociedade. Dessa forma, deve-se olhar o rural contemporâneo através do caleidoscópio da sua diversidade, que, independentemente da sua dimensão, pode estar presente num espaço de lazer como importante estratégia de desenvolvimento.

### 1.3 AS VIVÊNCIAS SOCIAIS DE LAZER NAS RURALIDADES

#### 1.3.1 A partir de um espaço de lazer

O espaço é onde se conformam as relações sociais, eventos e fenômenos tridimensionalmente e infinitamente ilimitados. Lugar onde são acolhidos todos os seres e coisas visíveis e ocultas, concretas e abstratas, físicas e psicológicas, isoladas ou combinadas, para o caleidoscópio da imaginação humana.

O espaço pode ser um infinito nada e pode ser ilimitado tudo. Nada, diante do homem que se denomina controlador e atuante na formação desse espaço, em decorrência de suas vontades, necessidades e interesses. Tudo, diante do espaço que modela e forma o homem de acordo com suas combinações.

Processo complexo, de via dupla, que se dá de forma ininterrupta “[...] a medida que o homem age sobre o meio para manter a sua sobrevivência” (GARCIA, 2007, p. 17).

Dessa forma, o espaço para a Geografia é um fenômeno materializado, ou seja, “[...] é produto das relações entre homens e dos homens com a natureza, e, ao mesmo tempo, é fator

que interfere nas mesmas relações que o constituíram. O espaço é, então, a materialização das relações existentes entre os homens na sociedade” (ALVES, 1999, p. 192), e, assim, pode ser entendido como:

[...] um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de, outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (SANTOS, 1988, p. 26-27).

[...] um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004, p. 153).

O autor evidencia e constitui o homem como o principal indivíduo nesse conjunto social de formas em movimento, que age e reage no espaço pelas próprias ações na sociedade em que vive e que escreve sua história de forma desigual. É a vida em sociedade que fomenta o surgimento de diferentes e distintas formas e dimensões.

Nesta rede de relações que compreende objetos, ações, emoções e razões (SANTOS, 1996), está o objeto de estudo da Geografia, em que o homem é o agente modificador que se diferencia dos demais animais pelas suas ações e habilidades racionais, enquanto indivíduo social. Dessa forma, a sociedade absorve o sentido da Geografia, devido a sua produção, advinda do trabalho que transforma, cria e recria o espaço.

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso, a geografia estuda a ação do homem (SANTOS, 1988, p. 88).

Segundo esse autor, o espaço é resultado das ações sociais do homem que, por conseguinte, trabalha e está diretamente envolvido com os aspectos econômicos da dinâmica do espaço que habita, direcionando esforços qualitativos e quantitativos em prol dos

resultados da sua produção.

As áreas cada vez mais especializadas e direcionadas de distintos territórios são resultados mensuráveis da capacidade de geração de capital do homem, que, por meio do trabalho, pode redirecionar as relações sociais, bem como o espaço onde esse processo sucedeu-se. O trabalho sempre foi uma necessidade do ser humano e uma característica intrínseca a ele, com capacidade de produzir, modificar e recriar a natureza.

Entretanto, dentro do sistema capitalista a essência do homem inverteu-se, o trabalho deixou de ser um fim e tornou-se um meio, e o indivíduo alienado vive então para produzir, transformando o trabalho em uma atividade tediosa, monótona e cansativa. O trabalho resumiu-se a um meio de adquirir algo, de consumir e de ostentar seu poder.

Esse é um modelo capitalista de produção definido a duras penas físicas e psíquicas do homem que, em caráter reparador, obteve, em contrapartida, conquistas como a redução da jornada de trabalho, descanso semanal, férias remuneradas, décimo terceiro salário, entre outros direitos.

A partir dessas conquistas, “[...] resultado de um progresso da produtividade, proveniente da aplicação das descobertas científico-técnicas [...]” (DUMAZEDIR, 1979, p. 54-55), inicia-se no século XX a possibilidade de desfrute do tempo do não-trabalho, direcionando esse tempo para um lazer planejado.

Segundo Rodrigues (2001b, p. 89), o tempo para o lazer planejado é diferente do tempo livre, que se pode gastar “[...] sem executar nenhuma ação [...] de puro ócio [...]. Já o vocábulo 'lazer' tem a conotação de atividades, ou seja, ações desenvolvidas durante o tempo livre”.

Atualmente, o trabalho está relacionado também ao tempo de trabalho e ao tempo do não-trabalho, que tem ligação com a recreação e o lazer, como também destinado, entre outras coisas, aos compromissos e obrigações alheias ao trabalho, ou seja, tempo liberado de obrigações gasto no sentido de recarregar as energias para estar apto a retornar para a jornada de trabalho (WAICHMANN, 2001).

O tempo livre está intimamente ligado ao lazer do trabalhador, decorrente do cansaço e monotonia do trabalho diário, ou seja, o lazer tornou-se descanso, diversão, recreação e um intervalo do estresse diário.

Nessa contextualização, observa-se que o termo lazer pode ter diversas terminologias e conceituações, como “tempo livre, vagar, ócio” (MICHAELIS, 1990), e também pode

representar atividades executadas de livre vontade que proporcionam satisfação. É com esse significado que se aplica o termo lazer nesse estudo, ou seja, lazer no sentido de fazer uma ação, contrário do ócio que é “[...] entendido como não fazer nada durante o tempo livre” (GAELZER, 1979, p. 54).

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p. 34).

Esse autor relaciona o lazer com ocupações prazerosas, contrárias às obrigações do indivíduo, entretanto, alerta que o lazer é uma coisa que se adquire como mercadoria, regido pelo capitalismo e obedece “[...] às mesmas leis do mercado que os outros bens e serviços” (DUMAZEDIER, 1979, p. 93).

Lefebvre (2003) também destaca o vínculo do lazer com os processos produtivos a partir de suas construções teóricas acerca do “consumo do espaço”, sendo vendido no sistema produtivo como “espaço dos lazers”, isto é, inserido na lógica da acumulação capitalista.

Krippendorf (2003) alerta que tempo disponível do trabalhador é mecanicamente consumido sob a forma de viagem, criando-se assim um “modelo existencial da sociedade industrial”, representado na sequência sucessivamente relacional “trabalho-moradia-lazer-viagem-trabalho”.

Esse autor, observa que a sociedade moderna apresenta-se com certa compartimentação do tempo, relacionado com a rotina de trabalho e família, compromissos sociais, organização do tempo livre e usufruto do lazer por meio dos deslocamentos para lugares diferentes do vivido durante seu tempo de trabalho, para então retornar às atividades do trabalho.

Entende-se que os pensamentos, a visão, a observação do homem também estão canalizados nessa rotina e a mudança de rotina resulta em melhor disposição para o percurso diário no trabalho.

Essa sequência leva a uma fuga do cotidiano, contudo, requer a produção de um espaço para a realização de desejo, considerando que

Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares da recuperação. Tais lugares, aos quais se



procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, estão estreitamente ligados ao trabalho produtivo. [...] São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, ao contrário, inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho (LEFEBVRE, 2003, p.22).

O autor salienta a dificuldade de separar o trabalho do não-trabalho, já que nos lugares de lazer também depende-se da força de trabalho. Ademais, o conciente humano não se desvincula das suas obrigações. Isso ocorre diante da dificuldade da separação do tempo-espaço nos padrões da modernidade, conforme evidenciado por Marx e Engels (1987, p. 106), que “[...] em lugar do antigo isolamento local e da auto-suficiência das nações, desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universais”.

Observa-se que a sociedade capitalista contemporânea cria o espaço de acordo com sua vontade, incluindo “[...] o prazer, o lazer, a sedução [...] trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias” (HARVEY, 2005, p. 99), como produtos de consumo.

Dessa forma, o lazer passa a ser considerado também um fenômeno social de produção e consumo, que se traduz em estratégias de acumulação ao transformar o espaço em mercadoria que vai:

[...] despertando no imaginário do homem moderno o desejo de viajar e assim consumir paisagens e culturas; movimentar-se pelo mundo e ter ao seu alcance a possibilidade de realizar compras por toda parte; fotografar os lugares mais remotos do globo terrestre e para lá ampliar as estruturas de acumulação e reprodução do capital (BEDIM, 2008, p. 70).

Na lógica de espaços funcionais de George (1969), a organização urbana e a dissociação entre o tempo do não-trabalho e o tempo de trabalho faz com que o homem acredite que o ambiente propício ao lazer ativo não coincida com aquele onde sua residência está fixada, fazendo-se necessário o deslocamento para o exercer.

A organização do tempo cronológico diário e da especialização dos lugares estão entrelaçados ao pensamento contemporâneo, que traduziu o desvinculamento do ambiente rotineiro ao deslocamento para a prática de lazer. Várias cidades se transformaram em ícone de lazer e passaram a disputar a presença desse indivíduo. A ideia que se difunde atualmente é que o tempo livre deve ser aproveitado em benefício próprio e que o lazer está relacionado à qualidade de vida do indivíduo, por sua vez, bombardeado por campanhas publicitárias que tornam a decisão de eleger um lugar para férias

anual um exercício de planejamento no qual se pondera custos e benefícios (realização de um desejo) individuais e/ou familiares (GARCIA, 2007, p. 119).

A produção do espaço para satisfazer o homem consiste na capacidade dele reproduzir as relações sociais enquanto agente de intervenção direta, acentuando o ritmo das transformações sociais nos lugares dos quais se apropria, subvertendo povos, espaços, culturas e recursos naturais. Ou seja, o dinamismo econômico, o avanço da comunicação e facilidades de transporte possibilitam as relações sociais com maior amplitude.

Tal fato vincula-se à busca de alívio do estresse das atividades diárias pela população que reside nas cidades, que tem procurado lugares com recursos naturais para lazer. Esse processo auxilia na mudança do rural “tradicional”, caracterizado antes por desenvolver atividades eminentemente agrícolas, e passa agora a ser observado como um “novo rural”, ou seja, um espaço que assume novas finalidades e funções.

Nessa forma, apresenta-se o turismo como fator desencadeador desses fenômenos próprios do modo de produção capitalista, que promove o deslocamento de pessoas pelas mais diversas motivações para um local diferente de sua residência permanente. Trata-se de uma “[...] movimentação horizontal do ser humano, entendendo-se que ele permaneça fora de seu domicílio habitual por mais de 24 horas e retorne àquele” (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 270).

O deslocamento de pessoas de um lugar para outro e os meios de hospedagem são designações turísticas, cuja atividade incide, consome e transforma direta e indiretamente o lugar, a paisagem e o espaço, bem como o território, desencadeando uma crescente ação sobre o espaço geográfico.

Verifica-se que a relação da Geografia com o Turismo está diretamente vinculada nas práticas das viagens e no interesse pelo conhecimento de novos e diferentes lugares, culminando em estudos espaciais da superfície terrestre.

Conforme Gomes (1998, p. 264), “[...] o turismo tem na Geografia e na sua tradição descritiva e, particularmente, na paisagem, em sua dimensão estética, seus elementos fundantes”.

Assim, a Geografia tem no Turismo uma preocupação que vai além da questão econômica, cujo estudo está direcionado à influência que essa atividade exerce na organização dos espaços onde se instala, além das análises da distribuição dos equipamentos e das suas

incidências na organização sócio-espacial, principalmente, pela velocidade que dinamiza as paisagens e os quadros regionais (ASSIS, 2003, p. 108).

[...] riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade), as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico (SANTOS et al. 2000, p. 3).

Conceitualmente, o termo turismo é definido como sendo “[...] as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio e outros” (OMT, 2001, p. 38). Ainda, encontramos em La Torre (apud ASSIS, 2003, p. 109) um conceito bem abrangente de turismo:

[...] fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Verifica-se a existência de divergências conceituais a respeito do que seja turismo e a polêmica fica maior quando da definição de turismo realizado no meio rural. Segundo Graziano da Silva et al. (1998, p. 14), pode ser considerado Turismo no Espaço Rural

[...] todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

No universo do turismo no espaço rural apresenta-se uma variedade de modalidades e denominações, e para o estudo em tela, adota-se a expressão “turismo rural”, utilizada pela Embratur como um “[...] conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Entretanto, Beni (2004) salienta que, para ser caracterizado como “turismo rural” a propriedade não requer produtividade.

Nesse dimensionamento da complexidade do turismo, busca-se reforço no enfoque geográfico que, entre outros aspectos, está relacionado com a mobilização espacial e com os meios de hospedagem.

Os meios de hospedagem instalados no espaço rural, segundo o IBGE, apresentam as variáveis: coletivos e particulares. Nas hospedagens particulares, destaca-se a expansão das chácaras de lazer, vinculadas ao turismo de finais de semana, férias e tempo livre, capazes de representar as relações sociais e articular os elementos do espaço que está em intensa expansão global. Verifica-se que, dentre as hospedagens particulares, os estudos são restritos e carecem, ainda de informações e reflexões teóricas, tanto no aspecto nacional, como regional e, principalmente, local.

### **1.3.2 A partir de um espaço para as ruralidades**

As recentes transformações globalizadas, em especial no espaço rural brasileiro, marcaram profundamente o modo de viver da sociedade contemporânea. Um dos fatos importantes foi o (re)reconhecimento, (re)valorização e (nova) formatação do rural como espaço social indispensável para o homem para trabalhar, para viver e para o lazer (WANDERLEY, 2000).

Espaço plural que abarca os diferentes tipos de trabalho, diante da abundância e benevolência da terra que tanto produz para o homem; que acolhe a diversificação de vivências, diante da possibilidade desse espaço proporcionar às pessoas padrões de residência com adjetivos próprios; que proporciona lazer, diante das formas que o meio apresenta-se ligado à natureza.

Essa ressignificação do espaço rural está estreitamente vinculada a uma nova visão territorial de desenvolvimento, a qual pode revelar as potencialidades desse meio “[...] não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados” (ABRAMOVAY, 2003, p. 98).

Nesse entendimento, observa-se que está ocorrendo uma ruptura de paradigmas referente à relação homem-natureza, em decorrência dos estudos acerca da viabilidade do modelo de desenvolvimento da agricultura adotado no Brasil, considerando que:

[...] nenhum outro modelo promoveu tanta pobreza, desigualdade regional e degradação ambiental em tão pouco tempo, provocando uma crise de várias magnitudes, no campo e nas cidades, que mostra a associação entre crescimento econômico e deterioração da situação social e ambiental, com agravamento das contradições (ELIAS, 2003, p. 326).

Desastrosas foram as consequências dos procedimentos adotados com modelo de desenvolvimento agrícola convencional, considerando os impactos sócio-econômico, tecnológico, cultural, ambiental e político, sentidos nos espaços rural e urbano do País, conforme já contextualizados neste estudo.

Paralelo a esse modelo, divulga-se uma política de revalorização da agricultura familiar e do mundo rural, modificando a forma de gestão do espaço, como se fosse criado um novo rural, que prioriza o contexto territorial em detrimento do setorial.

Essa estratégia foi construída a partir de diversas redes sociais, que inclui desde representantes do governo, sindicatos e entidades da sociedade civil ligadas à reforma agrária e à agricultura familiar, até agricultores como beneficiários da proposta. Isso considerando que “[...] o rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização” (CUNHA, 2007, p. 167).

Foram as parcerias e a integração entre o rural e o urbano que moldaram a formatação produtiva da agricultura no Brasil, por meio de estímulo ao uso de tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural. (CORRÊA, 2008). Não obstante, Ferreira (2002, p. 36 e 41- respectivamente) ressalta que:

[...] a nova paisagem e os processos produzidos pela integração de atividades não agrícolas nos estabelecimentos rurais e pela pluriatividade dos agricultores e seus familiares, o aumento de uma população rural não agrícola e de aposentados que moram no campo, trazem um fenômeno de diversificação no meio rural. No entanto, não se pode pensar o rural brasileiro nos termos em que é pensado nos países de capitalismo avançado: nossa realidade não dá suporte para uma representação do rural como predominantemente não agrícola [...].

[...] temos no Brasil uma ruralidade em reconstrução, sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades.

Ainda que mereça melhores análises e entendimentos, a sociedade brasileira está,

mesmo que timidamente, voltando-se às atrações e encantos que os espaços exercem no “[...] contexto rural – beleza paisagística, tranquilidade, silêncio, água limpa, ar puro – todas ligadas à qualidade do meio ambiente natural” (VEIGA, 2004, p. 63), valores esses típicos desse espaço que se revigora e começa a ganhar para si a adesão dos cidadãos. Dessa forma,

[...] instaura-se a democratização da organização produtiva e agrária da agricultura familiar, seguindo-se o apoio à expansão e ao fortalecimento de atividades relacionadas ao turismo rural; à promoção e revalorização da cultura local e das etnias sob a forma de festas, rodeios, feiras agropecuárias, ao apoio à produção de artefatos e manufaturas, associados à natureza, às culturas popular e tradicional, bem como à dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Com efeito, consolidam-se atividades rurais e urbanas no campo, reduzindo-se ou podendo mesmo reverter o processo de migração rural urbana (CORRÊA, 2008, p. 284).

Esse fenômeno de valorização das oportunidades disponíveis no espaço rural, por meio das estratégias de diversificação e da pluriatividade, é explicado pelo termo denominado de neo-ruralismo, que “[...] se caracteriza por dimensões afirmativas, como a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca de autodeterminação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais” (GIULIANI, 1990, p. 60).

Contextualizar as diversificações e pluriatividades do neo-ruralismo leva a pensar nas situações antagônicas e contrastantes que o Brasil vivencia, com desigualdades inter e intrarregionais, mesmo diante dos avanços econômicos dos anos mais recentes.

Observa-se, a partir dessas reflexões e das teorias a respeito das relações, delimitações e atividades que se desenvolvem nesse espaço, que o rural acolheu as ruralidades, adaptando-se às comodidades da vida urbana.

Destaca-se que os pesquisadores buscam interpretações teóricas para compreender a complexidade e a dinâmica que se apresenta às atuais relações campo-cidade ou rural-urbano, e esquecem que o mundo caminha na direção do novo, do transformado ou do remodelado,

Assim, considera-se importante destacar que o espaço rural, que até recentemente foi circunscrito pelo agrícola, está pautado em um conjunto de atividades não voltadas apenas para o agropecuário ou à prestação de serviços. Estão também incluídas nesse espaço atividades que editam uma nova caracterização para esse mesmo espaço, como lugar de lazer, de recreação, de turismo rural ou ecológico, de comércio e da indústria ecoturismo, como também das chácaras para lazer, loteamentos residenciais, restaurantes ecológicos, entre muitas outras atividades (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A valorização e o reconhecimento das pluriatividades que se desenvolvem no rural, assim como dos atores sociais que partilham dessas atividades, é importante para o alicerçamento da nova organização social.

Entre os personagens que fazem parte do presente estudo, tem-se também a população urbana que, na sua urbanidade, enfrenta diariamente dificuldades na realização de tarefas simples do dia-a-dia, como o deslocamento, devido a engarrafamentos e falta de organização do trânsito, falta de vagas públicas e até particulares para estacionamento de carros, precariedade do transporte coletivo e filas de atendimento.

Essa balbúrdia cotidiana dos centros urbanos desencadeia em seus habitantes a busca por paisagens agradáveis, encontradas em espaços, muitas vezes apenas com algumas características de rural, onde possam desfrutar do não-trabalho por meio de um lazer com mais tranquilidade e segurança.

Tal realidade é decorrente, principalmente, do sistema capitalista que descortina alguns desafios relevantes. Desafios com referência, principalmente, à urbanização dessa sociedade que, como uma forma de fuga do cotidiano problemático relacionado à vida na cidade, leva o homem urbano a buscar cada vez mais novos e diferentes lugares.

Se por um lado, existem motivações que estimulam a população ativa a viver nas cidades, onde há oferta de equipamentos e serviços básicos, por outro, face à melhoria das acessibilidades e ao aumento da mobilidade, a população urbana também alimenta, simultaneamente, a procura de formas de povoamento periurbano ou rurano, das quais se destacam as segundas residências (BARBOSA, 2005, p. 4).

Essa atração pelo espaço natural é encontrada não muito distante das cidades, em localidades que apresentam ruralidades condizentes com as motivações dos cidadãos em possuir uma chácara de lazer, na condição de um domicílio de uso ocasional.

Todavia, o espaço rural também pode exercer a retração ou rejeição sobre as pessoas cidadinas, dependendo do “[...] perfil e das experiências no meio rural onde tenham um maior contato com o ambiente natural e de preferência possam testar a si próprias e superar limites” (RIEDL; ALMEIDA; VIANA, 2002, p. 142).

Desse modo, muitas pessoas têm atração pelas ruralidades do rural, mas não pela vida rural, que eram contadas pelos seus pais ou avós que, em um passado não muito distante, vivia-se longe da urbanidade.

Aspiração da sociedade contemporânea *pós-moderna*, a busca da “natureza”, do “natural”, por ser um anseio humano antigo, constitui-se num “neo-mito pré-moderno” sustentado pelo propalado discurso do “anti-urbano” que defende a vida em contato com a “natureza” sem, necessariamente, abdicar das comodidades da vida urbana (ASSIS, 2003, p. 114).

As transformações, mudanças e reestruturações sentidas pela sociedade contemporânea promovem um espaço liberto, com diferentes possibilidades, mas que também absorve responsabilidades enquanto lugar de vida.

Segundo Santos (2004, p. 24), esse lugar está “[...] em um permanente movimento de dissolução e recriação do sentido, produzindo e reproduzindo o espaço como um híbrido”.

Pode-se considerar que esse espaço híbrido também é refletido no próprio trabalho das pessoas que vivem no espaço rural, considerando que o avanço nos meios de transporte permite que as pessoas se desloquem com mais facilidade e, assim, os trabalhadores rurais passem a procurar, na área urbana, uma fonte de renda para complementar seu orçamento.

Ademais, essa sociedade passa por contradições em meio às recentes transformações, como as questões relacionadas à estrutura fundiária, reforma agrária, êxodo das famílias rurais, falta de estrutura no campo e também nas cidades e as superpopulações dos centros urbanos. Esses são temas de polêmicas discussões em que ainda não se chegou a uma resolução absoluta.

Em muitos lugares também continuam os conflitos da luta pela terra empreendidos por aqueles que não a detém, e pelos que já possuem sua terra, mas que passam por dificuldades financeiras para continuar a desenvolver suas lavouras, tais como problemas com acidez no solo, falta de irrigação, intemperismos, entre outras.

É de suma importância, como já visto, conhecer o conjunto dos processos que se desenrolam no espaço rural brasileiro, para que se possa entender a dinâmica dos acontecimentos das ruralidades nesse espaço.

Observa-se também que, de um lado, as atividades agropecuárias enfrentam problemas com respeito à desagregação das formas tradicionais de produção, bem como a desvalorização da força braçal.

Nessa perspectiva, é necessária a incorporação de novas fontes de renda para a dinamização econômica, o que repercute significativamente nas famílias rurais que, para se manterem na propriedade, precisam se adaptar à nova estrutura de trabalho e adotar um conjunto de outras atividades e rendas não-agrícolas.



Paralelamente, os cidadãos estão descobrindo a importância ambiental e a valorização da manutenção da paisagem rural, passando a observar e tratar os elementos que compõem o meio como essenciais para a sobrevivência humana, propiciando a revalorização da paisagem rural e do modo de vida no campo.

Na Geografia, o termo paisagem incorporou, na atualidade, aspectos humanistas e a sociedade adquiriu *status* na concepção desta categoria de análise.

A maioria dos geógrafos situa a paisagem na interface da natureza e da sociedade. De um lado, eles reconhecem sua materialidade, isto é, a existência de uma estrutura e de um funcionamento próprios aos corpos naturais que a constituem e de outro lado, eles afirmam que o status paisagístico destes corpos naturais é determinado pelo sistema de produção econômica e cultural, cujos efeitos diferem segundo as “produções” e os grupos sociais. A dimensão social e histórica da paisagem está claramente afirmada e a percepção está englobada no conjunto do processo social (PASSOS, 1998, p. 53-54).

Dessa forma, a categoria de paisagem é complexa. “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca [...] Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 1988, p. 61); “[...] ela supõe necessariamente a dimensão do real concreto, que se mostra, e a representação do sujeito, que o codifica no ato de observação [...]” (CASTRO, 2002, p. 122-123).

Portanto, o homem é o principal agente do estudo, que define as formas e simbolismos num dado momento, sob o ponto de vista do observador e de sua interpretação, de acordo com seus conhecimentos, sua percepção e seu envolvimento com o tempo-espaço da paisagem observada. De modo que a complexidade da categoria paisagem contempla características subjetivas da sociedade.

[...] refletem também a história da sociedade e de sua cultura, numa sobreposição de eventos e costumes entalhados sobre as formas apreciadas atualmente, interpretadas sob uma visão ocidental e compartilhada por milhões de pessoas. Apreciada por homens que estão em lugares que são densamente povoados ou inóspitos, a paisagem recebe inúmeros observadores e contempladores em qualquer parte do mundo. A paisagem representa um consenso, um parecer coletivo sobre determinada porção do espaço limitada pelo campo da visão e sujeito a percepção (GARCIA, 2007, 37-38).

A observação como técnica e evento diretamente relacionada à paisagem, possibilita a

atração ou retração do homem em relação à natureza, bem como é o motivo do deslocamento do homem em busca de diferentes paisagens, para a prática do lazer. Deslocamento que busca o lazer, a valorização dos recursos naturais, por meio da comercialização da paisagem.

Os recursos naturais da paisagem são fatores que incidem diretamente na escolha de lugares para o desfrute nos momentos de lazer, associados à qualidade de vida e corroborados pela prática social do domicílio de uso ocasional. Dessa forma, permite-se associar a contemplação com a comodidade de estar sempre à disposição um espaço com paisagem que satisfaça suas necessidades e bem-estar, não muito longe da sua vida cotidiana.

A realidade da sociedade contemporânea converge para a interação do rural e do urbano frente às atuais transformações das suas ruralidades e urbanidades distintas, no intuito de dissipar a visão pretérita da homogeneização desses espaços.

As singularidades existentes nesses espaços possibilitam o restabelecimento das relações de complementaridade entre ambas, emergindo também um novo pensar a respeito da ruralidade com suas atividades não-agrícolas no espaço geográfico que contempla novos valores, oriundos das necessidades da sociedade moderna capitalista.

O espaço geográfico comporta formas diversas de atividades que modelam as várias paisagens, gerando diferentes e constantes relações que corroboram com a metamorfose desse espaço.

Diante disso, destaca-se que o espaço geográfico rural apresenta-se receptível a abrigar diversas atividades e, entre elas, os meios de hospedagem que têm se apresentado em decorrência do desenvolvimento capitalista contemporâneo.

Ademais, a teoria estabelecida por muito tempo sobre o fim do rural é atualmente ressignificada por um novo rural que, além de permanecer como responsável pela produção de alimentos e geração de divisas, integra múltiplas atividades junto a sociedade, entre elas se destaca o lazer.

Neste sentido, Graziano da Silva (1999) salienta que o stress da vida em decorrência do tempo acelerado de quem reside em áreas urbanas, bem como as novas demandas intrínsecas deste século, levam pessoas a buscarem novos espaços e distintas paisagens, diferentes dos padrões habituais, o que é encontrado nas novas ruralidades, que cada vez mais apresentam-se com características próprias, conservando peculiaridades e especificidades da vida e dos costumes rurais, com alguma comodidade urbana.

Neste cenário, identificam-se as novas tendências contemporâneas, cujas pessoas se

deslocam para o meio rural para fins de lazer e recreação, que desfrutam de um conjunto de atividades produtivas, da natureza e do modo de vida que diferem da paisagem e do ritmo urbanos.

Em razão do exposto, são necessários estudos locais específicos para perceber como os processos globais, ligados à lógica do desenvolvimento do capitalismo, manifestam-se concretamente nas múltiplas interações entre o global e o local e entre o rural e o urbano, nas multi e plurirrelações.

#### 1.4 A CHÁCARA DE LAZER, NA CONDIÇÃO DE DOMICÍLIO DE USO OCASIONAL, NAS RURALIDADES

Historicamente, os domicílios de uso ocasional tem registro na Antiguidade Clássica. A partir da Revolução Industrial, a sua expansão tem acompanhado a evolução do turismo, cujo fenômeno representou, por muito tempo, uma prática elitista, cuja classe tinha a possibilidade de usufruir de tempo livre e detinha recursos econômicos para tal prazer.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o fenômeno veio a se difundir, principalmente nos países do sul da Europa e passou a ser “[...] mais democratizado, sendo acessível a várias classes sociais, até porque existem vários tipos de habitação secundária que podem ir desde a casa rural herdada até aos novos condomínios privados” (CALDEIRA, 1995, p. 13).

No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do nacional-desenvolvimentismo que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer [...] (BECKER apud ASSIS, 2003, p.110).

Nacionalmente, de acordo com Graziano da Silva (1999), esse fenômeno contempla atividades relacionadas ao lazer no espaço rural do interior do Brasil, e é associada à demanda tipicamente urbana que está em ascensão, considerando a “[...] expansão das construções rurais para segunda moradia das famílias urbanas de renda média e alta, em chácaras e sítios de lazer” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 166).

O progresso técnico advindo da Revolução Industrial, ao mesmo tempo em

que gerou o aumento da urbanização no final do século XIX, também facilitou os deslocamentos das residências secundárias para áreas mais longínquas das residências permanentes. O automóvel particular permitiu maior mobilidade e opção de escolha para as temporadas de férias e para os finais de semana (ASSIS, 2006, p. 263).

Segundo a literatura referenciada, a difusão desse tipo de lazer, na sua diversidade de interpretações, ocorreu segundo os principais fatores:

- a) desenvolvimento econômico;
- b) crescimento da população urbana e da urbanização;
- c) redução do tempo de trabalho, com a institucionalização de férias pagas;
- d) melhoria dos transportes; e
- e) aperfeiçoamento das telecomunicações.

Foi a partir da década de 1980 que o fenômeno realmente se intensificou, diversificando-se em diferentes destinos turísticos em vários países, principalmente na Europa e, modestamente, no Brasil. Os locais eleitos para a instalação desses domicílios podem localizar-se no litoral, no espaço rural, no entorno de grandes centros urbanos, entre outros, considerados preponderantes para o consumo do espaço, com algumas peculiaridades que atraia o visitante.

A apropriação do espaço pelo homem está diretamente vinculada às atividades turísticas, que se baseiam no consumo do espaço geográfico (FONSECA, 2005, p. 32). Esse consumo tem relação com as características, as particularidades e as singularidades de cada espaço, considerando que a motivação está no desfrute dos recursos naturais ou culturais que a paisagem oferece.

Na sociedade contemporânea, existe uma crescente tendência na valorização de paisagens com recursos naturais como espaço de consumo. Nesse entendimento, o espaço rural tem uma gama de atividades e atrativos que contribui na promoção da mudança na imagem e no papel do rural que passa a ser observado sob uma nova perspectiva.

Na busca de um contato mais próximo com a natureza e com os valores culturais do meio rural, abre-se espaço para as atividades de turismo e lazer, que passam a ser introduzidas nas propriedades, a partir de iniciativas públicas e privadas, as quais irão determinar mudanças nos hábitos e nas práticas de vida da população local e contribuir para a nova dinâmica entre o rural e o urbano (SOUZA; ALMEIDA, 2003, p. 202).

A prática do lazer direcionada para o espaço rural representa um fenômeno que

possibilita reflexões a respeito das relações existentes entre o rural e o urbano, gerando no meio onde se instala um conjunto de atividades não-agrícolas.

Outra situação que deve ser levada em consideração diz respeito à pluriatividade, por meio da possibilidade de famílias que residem no campo exercerem atividades econômicas ou de prestação de serviço nos domicílios de uso ocasional (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Nesse entendimento, o fenômeno objeto de estudo desta pesquisa apresenta uma grande variedade de expressões alternativas como:

Casas de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer são alguns dos termos comumente aplicados às propriedades [...] utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar (TULIK, 2001, p. IX).

Na verdade, a própria noção do que o fenômeno significa sofre de limitações conceituais e metodológicas como categoria analítica, especificamente quando se tenta compreender a complexidade das forças motrizes, das características e dos seus efeitos. Ademais, é um fenômeno dinâmico e complexo, com tipologias não consensuais; e, segundo Caldeira (1995), a proclamação de uma definição consensual é uma tarefa difícil, considerando diferentes fatores e aspectos, decorrente do universo de possibilidades de diferentes espaços e paisagens que podem se instalar.

Os problemas começam pelo facto das residências secundárias não constituírem um tipo discreto: caravanas, *trailers*, *houseboats*, são ou não, consideradas como residência secundária, já que tem a mesma função? O regime de propriedade, se é própria ou alugada, levanta também alguma controvérsia, havendo quem defenda uma definição mais lata e considere todas, enquanto outros contemplam apenas as que são próprias. O tipo de actividade desenvolvida nestes alojamentos é outra das características passíveis de levantar algumas questões, uma vez que estas casas se destinam essencialmente ao descanso e lazer, o facto de aí se desenvolverem actividades profissionais permite ou não continuar a classificá-las como residência secundária? E, nos últimos tempos, até a frequência de utilização é introduzida como factor distintivo entre residências secundárias e residências de férias (CALDEIRA, 1995, p. 17).

Dessa forma, existem diferentes termos, tipologias, nomenclaturas, conceitos e uma variedade de definições genéricas que não abrangem todas as possibilidades de incidência desse evento. Algumas derivações a respeito do fenômeno são apresentadas por Wandscheer

(2009), cujas terminologias estão apresentadas no Quadro 1.

A definição conceitual do fenômeno em estudo gera muitas controvérsias, por sua multidisciplinaridade e diferentes interpretações, bem como devido a suas múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e cultural que vêm se difundindo no mundo contemporâneo de forma acelerada.

DENOMINAÇÃO	TERMINOLOGIA
Residência Secundária	Designa um fenômeno de deslocamento voluntário e temporário de indivíduos, famílias ou grupos de pessoas que, principalmente por motivos de recreação e descanso, saem do seu local de residência habitual. Pode apresentar localizações geográficas pontuais ou diversificadas e, não raro, localiza-se no espaço rural, em função da busca atual pelo ambiente natural, ou seja, uma troca da paisagem urbana por uma paisagem natural.
Segunda Residência	Termo empregado com a mesma finalidade do anterior, apresentando apenas uma inversão das palavras. Assim como o termo anterior, os dois contemplam os usos mais frequentes ou de uso corrente, principalmente em trabalhos no âmbito acadêmico.
Vivienda Secundária	Termo utilizado com a mesma definição que as duas anteriores, contudo fazendo uso da palavra “vivienda” que tem o sentido de domicílio, moradia ou habitação.
Meios de Hospedagem	Designa um fenômeno antigo e universal voltado a um alojamento turístico, no qual a residência secundária constitui-se em uma delas.
Múltiplas Residências	Denomina um fenômeno recente voltado a facilitar várias necessidades urbanas contemporâneas, sobretudo aquelas voltadas à satisfação das necessidades de ócio.
Casas de Temporada	Utilizado para residências visitadas em um período de tempo específico, sem residentes fixos.
Hospedagem no Meio Rural ou Casa de Campo, Rancho, Sítio, Chácara de Lazer	Referem-se a residências secundárias, no espaço rural, utilizadas em períodos de tempo livre, por pessoas que não residem nesses locais.
Casas de Veraneio ou de Férias (Obs.: Pode ainda ser no meio rural, como praia, chalé ou cabana.)	Termo que se refere à ocupação por um dado período e, comumente, apresenta certa frequência ao longo do ano.

QUADRO 1 - DENOMINAÇÕES ATRIBUÍDAS AO FENÔMENO DOS DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL

FONTE: WANDSCHEER (2009, p. 21)

Segundo Assis (2003, p. 5), as diferentes formas de tratamento desse fenômeno ocorrem em decorrência de seu caráter dinâmico, causas, ocorrências, frequência de sua ocupação e a finalidade de seu uso.

A questão conceitual e a necessária e inevitável busca por uma definição são, em parte, reflexos da profusão de termos alternativos, de sentido amplo ou restrito, nos mais diversos idiomas, aplicados conforme as modalidades turísticas praticadas e as especificidades locais (TULIK, 2001, p. 6).

No 11º Simpósio Internacional sobre a Sociedade e Gestão de Recursos, Östersund, Suécia (2005), foram examinadas diversas literaturas para encontrar a concepção do fenômeno, considerando as possibilidades de conceituações que se opõem entre “secundário/sazonal” e “casas primárias/permanentes”. Prevaleceu o seguinte conceito: “[...] moradia particular temporariamente utilizada para momentos de lazer por pessoas que tenham residência permanente em outro lugar” (TULIK, 1995, p. 21).

A Geógrafa Olga Tulik (2001), estudiosa sobre essa temática, afirma que esses tipos de domicílios “constituem parte dos meios de hospedagem”. Ela conceitua-os como uma modalidade de alojamento clássico familiar, de uso sazonal, ocasional ou secundário, onde nenhum dos membros da família vive em carácter permanente, e são utilizados para diversas finalidades, com motivações diferenciadas, por pessoas que residem em outros locais, cujos ocupantes se relacionam com o espaço onde se situa, produzindo diferentes relações que incidem no âmbito local e, ainda, de acordo com a região onde se instalam, são identificadas de diferentes formas.

A profusão de vocábulos populares para denominar esse meio de hospedagem extra-hoteleiro resulta das várias características e finalidade de uso de tais imóveis [...] categoria separada das demais constituída pelos domicílios de uso ocasional (TULIK, 2001, p. IX).

Destaca-se que os estudos a respeito desse fenômeno ocorreram a partir do Censo Demográfico de 1970, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, IBGE, incluiu esse fenômeno entre as residências fechadas, as quais eram consideradas como “[...] o domicílio que servia de moradia (casa de praia, ou campo, normalmente usadas para descanso de fim de semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do censo” (IBGE, 1970). A partir de então, a cada novo censo demográfico verificou-se uma evolução na conceituação operacional desse fenômeno até que, no censo demográfico de 1991, o IBGE incluiu na pesquisa dados estatísticos que permitiram superar alguns dos problemas com relação a situação do domicílio de uso ocasional, se estava localizado no espaço rural ou urbano.

Em vários países, inclusive no Brasil, os censos demográficos, especificamente na parte referente aos domicílios, fornecem dados estatísticos sobre as residências secundárias. Incluídas entre domicílios particulares, as residências secundárias podem ser inferidas a partir dos conceitos operacionais formulados pelos órgãos censitários (TULIK, 2001, p. 3).

O censo demográfico brasileiro de 1970 registrou pela primeira vez esse fenômeno, incluído na categoria de “domicílios fechados”, para identificar os domicílios cujos proprietários não estavam presentes. Em 1980, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística criou uma variável específica para o fenômeno, denominada de “domicílio de uso ocasional”, diferenciando do chamado “domicílio fechado”. Essa variável, a partir de então, identificou a condição de uso e finalidade do domicílio, que se destina necessariamente ao descanso e ao lazer, independentemente da presença ou ausência de seu proprietário no momento do censo, ou seja, “[...] é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar” (TULIK, 2001, p.10).

É estatisticamente comprovado que na atualidade o fenômeno representa expressões concretas de muitos espaços geográficos, notadamente nos países desenvolvidos e, ainda, timidamente, em países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil.

No censo demográfico de 2010, o IBGE permaneceu a adotar categoria “domicílios de uso ocasional”, entretanto, percebe-se que os dados ainda não estão registrando a especificidades desse fenômeno, cuja definição operacional é apresentada como “[...] domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010).

Na metodologia adotada pelo IBGE o “domicílio de uso ocasional” deve ser “particular permanente”, o que diferencia da definição que apresentada neste trabalho, considerando que a propriedade objeto de estudo desta pesquisa pode ser permanente, provisória, alugada ou arrendada, pois o que interessa é sua função, ou seja, para que ela se destina.

Nesse sentido, o fenômeno dos domicílios de uso ocasional apresenta diversos aspectos conceituais que devem ser analisados relacionados à realidade local e, assim, para dar prosseguimento aos objetivos propostos neste trabalho e tendo em vista que dentre os autores consultados não foi encontrada uma definição que possa corresponder ao significado do fenômeno localmente, foi resgatada das tipologias consultadas sobre o assunto a



colaboração para editar uma expressão própria para esta pesquisa.

A nomenclatura e terminologia editada representa o sentido do objeto de estudo e conjuga a materialização do pensamento pretendido.

Dessa forma, é instituída a expressão “chácara de lazer”, seguida da complementação “na condição de domicílio de uso ocasional”, que passa a ser definida com sendo: imóvel particular rural, que não contempla lucro, cuja propriedade pode ser permanente ou provisória, que serve ocasionalmente de domicílio ao cidadão que possui sua residência principal em outro local, e que busca alguma qualidade ambiental e paisagística nas ruralidades locais, para descanso e lazer nos fins de semana, férias e tempo livre.

Necessário se faz esclarecer que a palavra “chácara” é um termo comum na região e de crescente uso devido à chegada de pessoas da cidade nas áreas rurais (BRANDÃO, 1995), e que representa o objeto de estudo desta pesquisa, considerando que:

Sítio é o espaço onde vivem e trabalham os moradores [...] e chácara é o lugar frequentado por pessoas vindas da cidade, geralmente nos finais de semana. Ambas são categorias nativas utilizadas tanto pelos sítiantes, como pelos “chacareiros”. [...] Já a chácara pode ser entendida como um lugar secundário na identidade do indivíduo, ela é um anexo, um complemento da vida do chacareiro que a utiliza para o lazer, sendo que a produção que ocorre nas chácaras acontece com o objetivo de proporcionar um “descanso mental” (BERNARDES, 2005, p. 22).

E, ainda, de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLA, 2001, p. 684 – grifo nosso), a palavra “chácara” significa: “1. propriedade rural voltada para a avicultura, a pequena criação de animais, o plantio de frutas, legumes etc. 2. pequena propriedade campestre, freq. **destinada ao lazer**; casa de campo; 3. **grande propriedade urbana, com habitação e área verde**”; e, conforme o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Micaelis (1990): 1- Pequena propriedade agrícola nas cercanias de cidades para uma ou mais das seguintes atividades: cultivo de verduras e legumes, cultivo de árvores frutíferas, fabricação de laticínios, criação em pequena escala etc. 2 Casa de campo perto da cidade.”.

Quanto à adoção do termo “lazer”, considera-se que ele caracteriza a finalidade principal dessa propriedade, além de identificar seu vínculo com a demanda tipicamente contemporânea de criar relações com o tempo do trabalho e do não-trabalho, característico do período pós-industrial (MARCELLINO, 1990). Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLA, 2001, p. 1733), o termo “lazer” significa: “1. tempo que

sobra do horário de trabalho e/ou do cumprimento de obrigações, aproveitável para o exercício de **atividades prazerosas**. 2. atividade que se pratica nesse tempo; 3. cessação de uma atividade; **descanso, repouso; (grifo nosso)**”

Ericsson (2006) respalda a utilização do termo “lazer”, defendendo que a denominação do fenômeno deve derivar do conceito de recreação e lazer como um dos motivos mais importantes, bem como a atividade que deve estar relacionada a estas casas e também se contrapondo aos turistas que visitam apenas uma ou outra vez aquele local. Assim, segundo esse autor, os usuários dos domicílios de recreio ou lazer são caracterizados pela recorrência e pelo frequente investimento privado em um determinado lugar ou localidade.

Ademais, para garantir que a “chácara de lazer” não corresponde à residência principal, busca-se reforço na definição técnica utilizada pelo IBGE, que categoriza o fenômeno, com a variável “domicílio de uso ocasional”, que corresponde ao “domicílio particular permanente que, na data de referência, servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010).

Independente de um consenso tipológico ou nomenclatura que contemple todas as situações, esse fenômeno tem se multiplicado e está diretamente associado à expansão urbana e às modernas redes de informação e transporte.

Existe uma congregação de estudos em diversas áreas em decorrência da importância desse fenômeno, que vai desde políticas públicas, uso do solo, conservação ambiental, incidindo diretamente nos impactos das dinâmicas espaciais, do mesmo modo, desponta como um fenômeno preocupante para as autoridades locais, quando estas precisam fazer algum planejamento, ordenamento ou gestão do território.

Dessa forma, é importante ressaltar alguns aspectos relevantes sobre o fenômeno das chácaras de lazer, na condição de domicílios de uso ocasional, contextualizado neste trabalho a partir das análises realizadas por Caldeira (1995) e Tulik (1995).

Caldeira (1995) analisou a amplitude do fenômeno em Portugal, sua distribuição e intensidade de implantação na periferia de uma grande cidade; e avaliou os efeitos em Lisboa provocados por todo o processo de fixação desses domicílios.

A autora denominou o fenômeno como “residência secundária” e definiu como sendo “[...] todo o alojamento fixo, que não constitui residência permanente de ninguém, propriedade da família ou arrendado por períodos superiores a um ano, utilizado

temporariamente, nas férias, fins-de-semana ou outros períodos de tempo, cuja função principal é o lazer” (CALDEIRA, 1995, p. 23).

Tulik (1995) analisou os aspectos conceituais desse fenômeno, também referenciado pela autora como “residência secundárias”, e avaliou sua presença, dimensão e expressividade no Estado de São Paulo.

A análise dessa pesquisadora é iniciada a partir da complexidade da identidade do fenômeno. Ela define o evento como sendo um “alojamento turístico particular”, ou seja, um imóvel privado, excluindo as categorias de públicos ou coletivos. Também não são levados em consideração o operacional ou a condição da propriedade, podendo a propriedade ser própria, alugada, arrendada ou emprestada, considerando que, o que interessa é a finalidade do imóvel, para utilização em temporadas de férias e finais de semanas ou em período de ócio, e que existe um domicílio principal de uso permanente ou na maior parte do ano.

Destaca-se que as pesquisas desenvolvidas pelas duas autoras servem de apoio para este estudo, entretanto, “[...] por mais que se aproxime de uma realidade em estudo, todo padrão apresenta limitações frente à dinâmica social” (SILVA; DANTAS; MEIRELES, 2006, p. 266).

A proposta de utilização das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, como objeto de estudo leva à primeira descoberta a respeito da sua característica básica, a **renda**, como principal variável para se definir quem pode possuir uma chácara de lazer.

Define-se que a pessoa para possuir um domicílio de uso ocasional deve ter renda suficiente para ter a posse e manter um domicílio permanente e um outro secundário, destinado ao lazer.

Destaca-se que os recursos financeiros são necessários para custear a aquisição do terreno e/ou a construção do imóvel, além de ser necessário um rendimento compatível para pagamento de impostos e manutenção do imóvel, assim como de despesas com o transporte para a mobilidade e permanência na chácara de lazer.

A manutenção da chácara de lazer também deve ser incluída nas despesas advindas da contratação de caseiros e/ou mão-de-obra terceirizada para que o imóvel possa servir de descanso e lazer.

Segundo Assis (2003), o proprietário das chácaras de lazer, na condição de domicílios de uso ocasional, possui certo status social, ressaltando que para as famílias de classe média

esse tipo de imóvel permite que o lazer e as férias sejam mais econômicas.

[...] a falta de maior disponibilidade financeira e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, torna a segunda residência uma importante alternativa de lazer, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro (ASSIS, 2003, p. 112).

A propriedade destinada à chácara de lazer também pode ser considerada uma opção de investimento rentável, o que é validado por Oliveira (1978 apud ASSIS, 2003), que afirma que “[...] o investimento na terra constitui o caminho seguro para a preservação do capital acumulado [...] e conseqüentemente para a ampliação do capital dinheiro através da apropriação da renda fundiária”.

Entretanto, a chácara de lazer quando adquirida por questão de investimento, pode não ser uma boa opção, já que não “[...] oferece liquidez e nem rentabilidades imediatas, pois a venda está sujeita às leis da oferta e da procura e, nem sempre estes imóveis são alugados, permanecendo vazios na maior parte do ano” (TULIK, 1995, p. 24).

Uma alternativa de rendimento relacionada à chácara de lazer é a prática comum de alugar ou arrendar a propriedade, mediante o pagamento de diárias ou mensalidades, podendo usualmente ser emprestada a parentes e amigos sem pagamento.

A **temporalidade** é outro debate que se estabelece quando o assunto é domicílios de uso ocasional, remetendo-se aos fatores de disponibilidade de tempo ócio, de renda excedente e da distância a ser percorrida para se chegar a essa propriedade, variáveis que definem o uso temporário das chácaras de lazer.

Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que estabelece o vínculo territorial e um certo paralelismo com a definição aceita para turista, fato que reforça a noção de residência secundária como alojamento turístico (TULIK, 1995, p. 21).

A **finalidade** da chácara de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, é outro debate levantado entre os pesquisadores dessa temática. Entretanto, neste estudo essa questão está esclarecida, pois a finalidade primeira desse tipo de propriedade é o lazer e a recreação no tempo do não-trabalho ou do ócio, como forma de diminuir o tumultuado cotidiano, além de ser um lugar, com paisagem que possibilita o contato com o natural e a renovação das energias. Esse entendimento é característico da sociedade contemporânea, pós-industrial, que

conquistou a redução da jornada de trabalho e aprimorou o aproveitamento de períodos livres. Isso, tendo em vista que “[...] o tempo livre é uma privilegiada oportunidade na qual o homem pode encontrar-se consigo mesmo, ao mesmo tempo em que permite se restabelecer das situações adversas do meio social e do trabalho” (SASTRE et al apud ASSIS, 2003, p. 114).

Em que pesem estas características a respeito do domicílio de uso ocasional, importante esclarecer que a **espacialidade** do fenômeno também é outro importante fator para o estudo desse tipo de domicílio.

Muitos modelos de difusão espacial do fenômeno já foram apresentados por pesquisadores dessa temática, levando a perceber que os domicílios de uso ocasional podem ter padrões, razões e evoluções previsíveis e, em algumas situações, podem ser semelhantes, influenciados por outros fatores, tais como condições físicas, econômicas, culturais e sociais.

Entretanto, com referência aos domicílios de uso ocasional “dispersos no meio rural”, Caldeira (1995, p. 38) esclarece que:

[...] não obedece a nenhum modelo em particular. Por norma, localizam-se em locais sossegados, em ambientes aprazíveis muitas vezes reabilitando antigas casas rurais. Mas a residência secundária em meio rural pode também localizar-se em vilas ou aldeias, sendo que neste caso a maior parte deste tipo de habitações pertencem a filhos da terra, ou seja, a pessoas que estão emigradas ou então residem nas grandes cidades. Constroem modernas vivendas, nos limites dos povoados, contribuindo para o crescimento da aldeia, ou então reconstroem antigas casas de família, promovendo alguma reabilitação do casario pré-existente. A sua presença faz-se notar não tanto pelo crescimento exagerado que provocam, mas sim por uma certa animação local, pelo menos durante o período de férias, dado que noutras épocas do ano muitas desta aldeias estão quase esquecidas, habitadas essencialmente por uma população idosa.

As modelizações explicativas para a implantação e crescimento das chácaras de lazer, na condição de domicílios de uso ocasional, são muito variadas, que vão desde a explicação da sua evolução espaço-tempo até as situações que podem ocorrer quando da implantação desses domicílios.

Destaca-se nesses modelos, conforme a literatura consultada, que o “[...] poder econômico dos possíveis compradores, o clima, a qualidade paisagística, o preço do solo e os preços imobiliários, a acessibilidade e a existência ou não de alguns equipamentos recreativos ou desportivos” (CALDEIRA, 1995, p. 39) podem influenciar na difusão do fenômeno.

Essas situações são respaldadas por Coppock (*apud* PEARCE, 1991, p. 116), que apresenta os principais fatores de influência da instalação e difusão desse fenômeno: “[...] a

distância dos grandes centros populacionais; a qualidade ou os atributos da paisagem; a presença de mar, rios ou lagos; a presença de outros recursos recreativos; a disponibilidade de terra; os climas das regiões emissoras e receptoras”.

De acordo com Assis (2003), o tempo livre é um dos principais fatores que motiva a procura do homem pelo lazer e, conseqüentemente, a adquirir uma chácara de lazer.

Esse mesmo autor afirma que o aumento considerável do tempo livre proporcionou ao homem moderno o gozo do tempo do não-trabalho e o desfrute de um lazer capitalista, considerando que a “[...] a busca da recreação e do gozo do tempo livre é, sem dúvida, a principal finalidade das construções das segundas residências” (ASSIS, 2003, p. 113).

Nesse sentido, a localização do fenômeno em estudo pode estar relacionada a três fatores: “tempo, custo e distâncias”.

Esse tripé (tempo-custo-distância) pode, em alguns casos, definir a localização das segundas residências na zona urbana ou rural e influenciar na concentração dessas construções em determinadas áreas. A disponibilidade de renda e de tempo livre influencia na escolha da localização da segunda residência, pois, quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional. A propriedade de uma segunda residência em áreas muito distantes da residência principal inviabiliza a sua frequência assídua nos finais de semana, levando o proprietário a usá-la, principalmente, nas temporadas de férias nas quais pode se dispor de um tempo maior de estadia (SENA; QUEIROZ, 2006, p. 99).

Esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém, mais distantes (TULIK, 1998, p. 202).

A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular) (ASSIS, 2003, p. 112).

Esses três fatores, em alguns casos, podem definir a localização da chácara de lazer, considerando que, quanto mais longe estiver, mais tempo o proprietário levará para chegar e, conseqüentemente, será mais oneroso.

Atualmente, com a melhoria das rodovias e dos meios de transportes, o fator distância ainda tem grande relevância, já que grandes distâncias inviabilizam a frequência assídua nos finais de semanas ou finais de tarde, em período curto de ócio. Essa observação, com base nas

entrevistas realizadas com os cidadãos guarapuavanos, contraria a argumentação de Tulik (1998) de que a distância passou a ser irrelevante, haja vista a melhoria das vias rurais e o avanço tecnológicos dos meios de transportes.

Outro fator interessante a ser considerado é o propósito original ou primeiro para a aquisição da chácara de lazer, pois os domicílios de uso ocasional somente se definem como tal após terem servido como residência permanente ou principal, e que por herança passaram a ser utilizados como chácara de lazer.

Em uma contextualização incipiente, a chácara de lazer na condição de domicílio de uso ocasional representaria apenas uma relação entre a origem e o destino. No entanto, cabe explicar outros aspectos e fatores que caracterizam o fenômeno instalado no meio rural.

A caracterização do fenômeno requer resgatar os múltiplos aspectos sobre os quais se pode refletir sobre sua implantação, difusão e relações envolvidas. Sendo esse universo dinâmico, propõem-se, sintetizar as variáveis de análise conforme apresentado no próximo capítulo desta dissertação.

A classificação adotada é resultado de adaptações realizadas a partir da proposta apresentada por Caldeira (1995, p. 45), cujas variáveis serviram de referência para a sistematização e elaboração do questionário aplicado aos cidadãos guarapuavanos, além de fazer uma classificação das chácaras de lazer, como localização, tipo, regime de propriedade e outras, tendo em conta todas as formas, variedades e situações que o fenômeno pode assumir e se interligar.

Na contextualização apresentada, evidenciou-se que as chácaras de lazer são normalmente pequenas áreas de terra destinadas ao descanso e entretenimento de famílias cidadinas, classificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, como imóveis sem exploração agrícola.

A classificação metodológica do INCRA, que trabalha com módulos fiscais, reconhece que um estabelecimento rural é pequeno quando tem até quatro módulos fiscais, cujo módulo varia de município para município. No município de Guarapuava, um módulo rural equivale a 18 hectares, de acordo com a tabela do IBGE.

Especificamente, com respeito ao recorte espacial da presente pesquisa, as chácaras de lazer em Guarapuava, são pequenas unidades de terra, que não podem ter mais do que 72 hectares, situando-se essencialmente no entorno do centro urbano e nos distritos administrativos rurais do município e que tenham, preferencialmente, paisagens aprazíveis e



com boa acessibilidade.

Destaca-se que essa não é a regra geral, pois à medida que o perímetro urbano do município cresce e invade os então territórios rurais, as paisagens e os modos de vida alteram-se.

Essa realidade resulta na venda da chácara de lazer ou na transformação em residência principal. Ainda, outras propriedades acabam sendo derrubadas devido ao crescente valor do solo urbano e a “[...] a chácara de lazer tende a deslocar-se cada vez mais para novos espaços mais afastados da cidade, onde se pode usufruir de paz, sossego e de alguma qualidade ambiental e paisagística” (CALDEIRA, 1995, p. 100).

A escolha de outro espaço para instalar a chácara de lazer vai depender essencialmente do interesse pessoal. Entretanto, a condição fundamental da escolha do local é a distância entre a chácara de lazer e o domicílio principal, cujo lugar seja diferente do espaço cotidiano, mas suficientemente próximo para uma frequência de utilização assídua.

Os proprietários das chácaras de lazer são, normalmente, pessoas que moram nas cidades, pois, acreditam que, naquele espaço, terão um recanto para aliviar o estresse diário, aumentando assim sua qualidade de vida e a de sua família.

As atividades produtivas desenvolvidas nessas chácaras são essencialmente para consumo próprio, que vão desde a horticultura, piscicultura, pequenas criações.

Todavia, as atividades presentes nas chácaras de lazer dependem da área onde as mesmas estão localizadas, já que ao se encontrarem no espaço urbano, não podem, manter ali, por exemplo, uma granja, fato que afetaria enormemente os vizinhos devido ao mau cheiro, entre outros incômodos.

Quando as propriedades estão localizadas no espaço rural, a situação mostra-se diferente. No espaço rural, as atividades a serem desenvolvidas têm uma amplitude maior, visto que a área é apropriada para tal. Dependendo do tamanho das chácaras, os proprietários constroem tanques para peixes ou mantêm pequenas culturas como flores, hortas, criam pequenos animais, entre outras atividades, principalmente de produtos que não demandam grandes extensões de terra.

Os motivos da aquisição de uma chácara de lazer também é uma preocupação, considerando que as principais razões estariam na possibilidade de encontrar um lugar sossegado e calmo para passar o tempo livre.

Dessa forma, além da caracterização das chácaras de lazer e dos proprietários dessas



áreas, também é salutar identificar o envolvimento com o local e as possíveis implicações no desenvolvimento desse espaço, trabalhados a partir do próximo capítulo dessa dissertação.

A diversidade de situações em que se apresenta o fenômeno tem consequências diversas no território, na população e na economia local e até regional. Esses impactos causados pela instalação e difusão das chácaras são dinâmicos, decorrentes da realidade estudada e corroboram com a complexidade, impedindo interpretações generalistas.

Assim, as múltiplas e plurais articulações do fenômeno nas esferas da organização sócio-espacial, podem desencadear efeitos positivos e negativos, conforme TABELA 1.

TABELA 1 – POSSÍVEIS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS DAS CHÁCARAS DE LAZER

EFEITOS POSITIVOS	EFEITOS NEGATIVOS
Complemento de renda aos agricultores	Diminuição da área agrícola e florestal
Valorização dos recursos naturais do ambiente	Degradação ambiental
Revitalização de áreas “deprimidas” e/ou com escassa produção agropecuária (direta e/ou indiretamente)	Urbanização e pressão sobre espaços de importante valor ambiental
Aumento de fluxos financeiros	Alteração no ambiente de descanso
Investimentos imobiliários	Especulação imobiliária
Reforços empresariais	Possibilidade de segregação residencial
Geração de empregos diretos e indiretos	Remoção de habitantes locais
Desenvolvimento de comércio e serviços	Descontrole urbanístico
Valorização de hábitos e costumes locais	Alteração de hábitos e costumes locais
Ampliação do planejamento das áreas	Aumento da violência
Melhoria do ordenamento do espaço	Maior insegurança
Atração de famílias com elevada capacidade econômica e inferência cultural	Saturação das infraestruturas de saneamento básico
Ampliação de rede elétrica e do saneamento básico	Sobrecarga da rede elétrica em épocas de grande fluxo de pessoas
Expansão, ainda que modesta, dos núcleos urbanos-rurais	Impactos visuais negativos por ações discordantes com o meio
Melhorias nos equipamentos desportivos e recreativos	Níveis mais elevados de esforços na conformação do ordenamento do espaço
Ampliação da infraestrutura local e de apoio ao lazer	Inferência sobre casas e espaços que se conformam em patrimônios locais
Renovação e/ou recuperação das habitações existentes nesses espaços	Degradação de tipologias de residências tradicionais
Geração de emprego no setor da construção civil	Introdução de usos e tipologias próprias de zonas urbanas e industriais
Atração de “minicapitais” das áreas industriais ou urbanas	Desajustes da gestão e organização municipal
Avanços na execução de obras e manejo de resíduos	Proliferação de depósitos de objetos incontrolados
Aumento da oferta de serviços (tanto públicos quanto privados) no local	Ampliação dos custos com encargos e infraestrutura (recolha e tratamento de lixo, limpeza das ruas, policiamento, etc.)
Valorização das construções e tipologias	
Recuperação do patrimônio imobiliário	

FONTE: WANDSCHEER (2009, p. 44)

O autor apresenta uma síntese dos elementos abordados nas obras de Tulik (2001), Sampaio (2000), Solsona (1999 apud MARTINEZ; MONZONÍS, s/d), entre outras, de forma que tentou contemplar as relações de incidência do fenômeno sobre o espaço, referindo-se especificamente ao meio rural.

Dentre os efeitos positivos apresentados por Wandscheer (2009), destacam-se as transformações ocorridas no mundo do trabalho no meio rural, por meio da criação de oportunidades de emprego e de aumento da renda. Segundo Assis (2003), esse efeito destaca-se em alguns espaços rurais, cujas chácaras de lazer têm se expandido em decorrência de antigas casas rurais serem vendidas ou alugadas para o uso turístico de finais de semana e/ou de temporadas de férias.

O autor salienta que essa prática é decorrente do sistema “capitalista de mercantilização das paisagens”, considerando que, antigas construções rurais passam por um processo de requalificação quanto ao uso e função desse domicílio, que objetiva:

[...] atender a uma clientela, sobretudo urbana, que pode pagar pelo desfrute das amenidades naturais ofertadas no campo. Em alguns casos, isto tem provocado uma importante e vital injeção econômica e uma dotação de equipamentos capazes de fixar e, inclusive, de atrair mão-de-obra. O crescimento do emprego como consequência das novas demandas criadas pelas construções das residências secundárias e dos novos equipamentos de serviços tem permitido a uma parte da população rural compatibilizar suas ocupações no campo com um emprego na construção ou nos serviços de caráter sazonais (ASSIS, 2003, p. 119-120).

Quanto aos efeitos negativos, Barros (1998) indica que o fenômeno das chácaras de lazer promove o desalojamento do uso do solo tradicionalmente agrícola para construção de edificações e infraestrutura, além desse evento ser responsável por desajustes culturais, sociais e ambientais.

Enfatiza-se que um dos principais desafios, em se tratando do estudo a respeito das chácaras de lazer na condição de domicílio de uso ocasional, consiste em prever os diversos efeitos da difusão do fenômeno, de modo a contribuir para formulações propostas executáveis de desenvolvimento, sejam eles locais ou regionais.

## **2 ANÁLISE DO CASO DAS CHÁCARAS DE LAZER NO CONTEXTO DAS RURALIDADES DE GUARAPUAVA-PR**

### **2.1 ASPECTOS DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS.**

Neste capítulo são apresentadas as tabelas, quadros e figuras obtidas a partir das observações registradas e dos dados coletados durante a realização da pesquisa empírica.

A pesquisa empírica compreendeu a aplicação de questionários aos cidadãos, bem como entrevistas realizadas durante as visitas às propriedades objeto de estudo. Foram entrevistados nessas visitas os proprietários de chácaras de lazer; os caseiros/funcionários; e os moradores vizinhos dessas propriedades.

Inicialmente, na pesquisa empírica, procurou-se conhecer como os atores envolvidos com o objeto de estudo se relacionam com o espaço e a sociedade (SANTOS, 1985, p. 1), e como eles veem e observam o fenômeno no espaço local.

Dessa forma, foram realizadas pesquisas quantitativas e qualitativas, selecionadas pelo critério da intencionalidade não-probabilística, considerando a possibilidade da escolha deliberada e proposital de indivíduos subordinados ao objetivo proposto nesta pesquisa para comporem a amostra.

Em relação à amostra quantitativa, foi elaborado e aplicado durante os meses de janeiro a março de 2012, um questionário estruturado (APÊNDICE A), que resultou no montante de 89 documentos e, desses, foram aproveitados para a análise 70 questionários.

Na sequência, passou-se a amostra qualitativa através das visitas realizadas no mês de abril de 2012 às propriedades localizadas nos distritos administrativos de Guarapuava- PR. Nessas visitas, foram aplicadas entrevistas, com perguntas semi-abertas, aos proprietários e caseiros/funcionários das chácaras de lazer (APÊNDICES B e C). Ato contínuo às visitas, foram realizadas entrevistas (APÊNDICE D), também com perguntas semi-abertas, aos moradores vizinhos dessas propriedades.

As chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, foram selecionadas a partir das respostas apresentadas nos questionários e de uma amostragem classificada como não-probabilística por conveniência do pesquisador (SAMARA; BARROS, 1997) com proprietários dispostos a responder a pesquisa.

Nessas visitas, foram entrevistadas 21 pessoas, sendo sete proprietários de chácaras, cinco caseiros/funcionários, três esposas de caseiros que residem na propriedade e seis moradores vizinhos às chácaras de lazer.

Para conhecer as ações e reflexões públicas acerca da temática, optou-se em buscar informações junto ao Poder Público Municipal, por meio das Secretarias de Habitação, da Agricultura e do Turismo.

Os instrumentos aplicados na fase exploratória, juntamente com o referencial teórico-conceitual, possibilitaram o conhecimento sobre o objeto de estudo, legitimando-o para o estudo de caso, tendo em vista que, segundo Sposito (2004), a legitimação parte do estudo minucioso, por meio da caracterização, conceituação e classificação do fenômeno, a partir dos conhecimentos produzidos anteriormente.

Os resultados do estudo sobre as chácaras de lazer são descritivos, efetuando-se abordagens de cunho qualitativo que, juntamente com as fontes secundárias e observações de campo (APÊNDICE E), forneceram subsídios às análises propostas.

Entretanto, importante destacar que este trabalho exigiu exaustivo esforço em catalogar informações a respeito do objeto de estudo, considerando:

- a) limitações decorrentes do receio, por parte dos proprietários das chácaras de lazer e entrevistados, de fornecer informações sobre o imóvel pesquisado; e
- b) falta de registro e de consenso das bases de informações públicas a respeito da temática.

Ressalta-se que este capítulo propõe apresentar, discutir, interpretar e analisar os resultados obtidos durante a pesquisa, à luz da literatura citada, com a finalidade de demonstrar que as hipóteses apresentadas são válidas em relação ao objetivo de pesquisa proposto. Nesse sentido, apresenta-se a caracterização das chácaras de lazer na condição de domicílio de uso ocasional do município de Guarapuava, Paraná, iniciando pela análise da paisagem do local de estudo.

## 2.2 A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO DE GUARAPUAVA - PR NAS RURALIDADES DAS CHÁCARAS DE LAZER

Guarapuava apresenta uma paisagem diversificada que dispõe de belezas e atrativos peculiares que comportam as chácaras de lazer, cujo fenômeno é um fator importante de transformação da paisagem e do uso do solo.



FIGURA 1 – PARQUE DO JORDÃO, LOCALIZADO NA VILA DO JORDÃO - PERÍMETRO URBANO

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Fotos.**  
Crédito: Abimael Valentim. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/fotos/>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

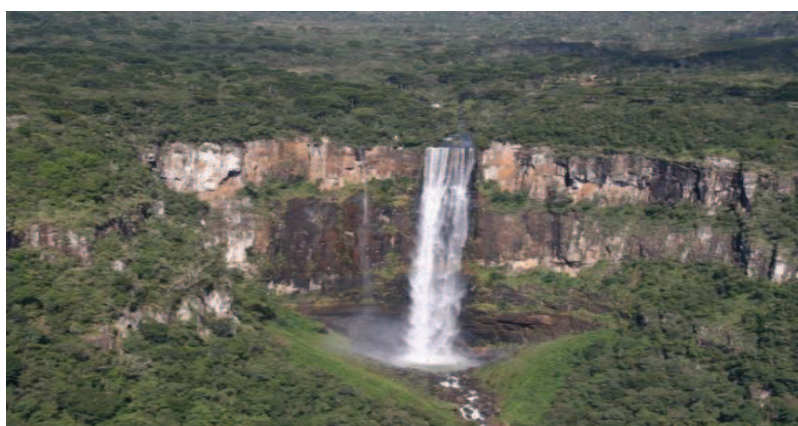


FIGURA 2 – SALTO SÃO FRANCISCO, DISTRITO DE GUAIRACÁ

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Fotos.**  
Crédito: Abimael Valentim. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/fotos/>>. Acesso em: 19 abr. 2012.



FIGURA 3 – MORRO DO CHAPÉU E SERRA DA ESPERANÇA  
FONTE: FRANÇA, Louvinho A. M. In: PANORAMIO.  
Disponível em: <[www.panoramio.com/photo/20929245](http://www.panoramio.com/photo/20929245)>.  
Acesso em: 19 abr. 2012.



FIGURA 4 – ÁREA URBANA DE GUARAPUAVA  
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Fotos.  
Crédito: Abimael Valentim. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/fotos/>>. Acesso em: 19 abr. 2012.



A paisagem é “[...] tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, [...] aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 1997, p. 61), que resultam em “[...] um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p. 103).

A paisagem, além de ser o resultado de elementos bióticos e abióticos e das grandes influências das atividades humanas, apresenta-se também com intervenções econômicas, que promovem a sua metamorfose, produzindo novas configurações territoriais (FAJARDO, 2008). Esse conceito bastante amplo, em que paisagem é constituída também por atividades socioeconômicas, possibilita o entendimento dos processos que se sucederam no recorte espacial do referencial empírico (Figura 5).

Desta forma, inicia-se a contextualização a partir do perfil físico territorial do município de Guarapuava que, segundo o IBGE (2010), possui uma área territorial, com 3.116,313 Km<sup>2</sup>, representando uma das maiores áreas municipais do Estado do Paraná. Ela possui paisagem com uma série de belezas naturais e flora diversificada, além de áreas de mata preservada com remanescentes florestais e de reflorestamento, bem como campos limpos, capões e matas de galeria associadas predominantemente às Araucárias (MAACK, 2002).

A paisagem ainda se destaca pelo seu potencial fluvial, com abundante conjunto de rios e lagos em meio a um relevo ondulado e com variação brusca de altitude, decorrente da transição do Terceiro para o Segundo Planalto. Esses aspectos propiciam a formação de várias quedas d'água, com destaque para o Salto São Francisco, na divisa com o município de Prudentópolis, com 196 metros, sendo considerada a maior queda d'água da Região Sul do Brasil.

Observa-se também em Guarapuava uma extensa área com atividades agrícolas mecanizadas, cuja paisagem desse espaço pode ser revelada como um “[...] meio natural organizado para a produção agrícola, animal ou vegetal, pelos grupos humanos que fundam sobre sua totalidade, ou parcela, sua vida econômica e social” (PASSOS, 1998, p. 93).



FIGURA 5 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE GUARAPUAVA  
 FONTE: BINDA; BERTOTTI (2008).



Em meio a essa paisagem, apresenta-se uma cidade de porte médio<sup>3</sup>, situada em uma região de ocupação mais antiga, cuja formação ocorreu por meio de singularidades geográficas e da sociedade, “[...] incluindo, o dinamismo econômico dos grupos locais frente às transformações de ordem político-econômicas oriundas de escalas mais amplas” (FERREIRA, 2010, p. 106).

Essa formação de Guarapuava resultou na maior cidade da região Centro Sul do Paraná, conforme TABELA 2, classificada em 9º lugar no ranking das cidades mais populosas do Paraná, com 167.328 habitantes.

TABELA 2 - MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO PARANÁ – 2010

ORDEM	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO EM 2010
1º	Curitiba	1.746.896
2º	Londrina	506.645
3º	Maringá	357.117
4º	Ponta Grossa	311.697
5º	Cascavel	286.172
6º	São José dos Pinhais	263.488
7º	Foz do Iguaçu	256.081
8º	Colombo	213.027
9º	Guarapuava	167.328
10	Paranaguá	140.450
11	Apucarana	120.884
12	Toledo	119.353

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.  
ORG.: a autora.

De acordo com Ferreira (2011), Guarapuava tornou-se uma cidade de porte médio na década de 1990, destacando-se entre as cidades paranaenses com maior número de habitantes, considerando que:

---

3 O IBGE classifica como cidade pequena aquelas com até 100 mil habitantes, de porte médio entre 100 a 500 mil habitantes e grandes cidades com mais de 500 mil habitantes.

[...] atingiu concentração urbana superior à rural na década de 1980, com 89.951 urbana e rural de 68.636, destacando-se entre as cidades paranaenses com maior número de habitantes, ultrapassando, em 1980, os 50 mil na área urbana e atingindo mais de 100 mil na década de 1990, quando tornou-se uma cidade de porte médio segundo os parâmetros do IBGE (FERREIRA, 2011, p. 8).

Assim como no espaço geográfico paranaense, a dinâmica urbana e populacional de Guarapuava não ocorreu de maneira homogênea, resultando em um espaço fragmentado decorrente de uma ocupação lenta e descontínua (PADIS, 2006).

Além de Guarapuava, outros municípios localizados na faixa central da região, por onde passa um dos principais eixos viários que interligam as porções leste e oeste do Paraná (BR-277), evidenciaram, na última década, taxas de crescimento demográfico superiores à média do Estado [...] nos anos 90, praticamente todos os municípios da mesorregião registraram expressivos decréscimos de população rural, em contraposição a elevados incrementos urbanos [...]. A despeito de todas essas alterações, quase 70% dos municípios da mesorregião ainda não haviam alcançado 50% de grau de urbanização em 2000. Como contraponto, o pólo de Guarapuava, município mais urbanizado da região, abrigava, naquele ano, quase 44% da população urbana regional (IPARDES, 2004, p. 30).

A organização sócio-espacial urbana de Guarapuava teve um processo gradual se comparado com demais municípios do estado do Paraná, conforme representado na TABELA 3 e Gráfico 1. Somente a partir da década de 1980 a população urbana tornou-se maior do que a rural e Guarapuava passou a ser considerada como pólo regional de desenvolvimento, com forte influência dentro da complexa rede de cidades vizinhas, bem como, faz parte de um entroncamento rodoferroviário de importância nacional, denominado corredor do Mercosul.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM GUARAPUAVA – 1970/2010

POPULAÇÃO	1970	1980	1991*	2000	2010**
Urbana	43.262	89.951	107.022	141.694	152.993
Rural	67.639	68.636	52.511	13.467	14.335
<b>TOTAL</b>	110.901	158.587	159.533	155.161	167.328

FONTE: IBGE - Censos Demográficos.

NOTAS: \*Em 1995 ocorreu o desmembramento de Campina do Simão, justificando a população total no ano de 1991 ser superior a população do ano 2000. \*\* Sinopse do Censo do IBGE de 2010.

ORG.: a autora.

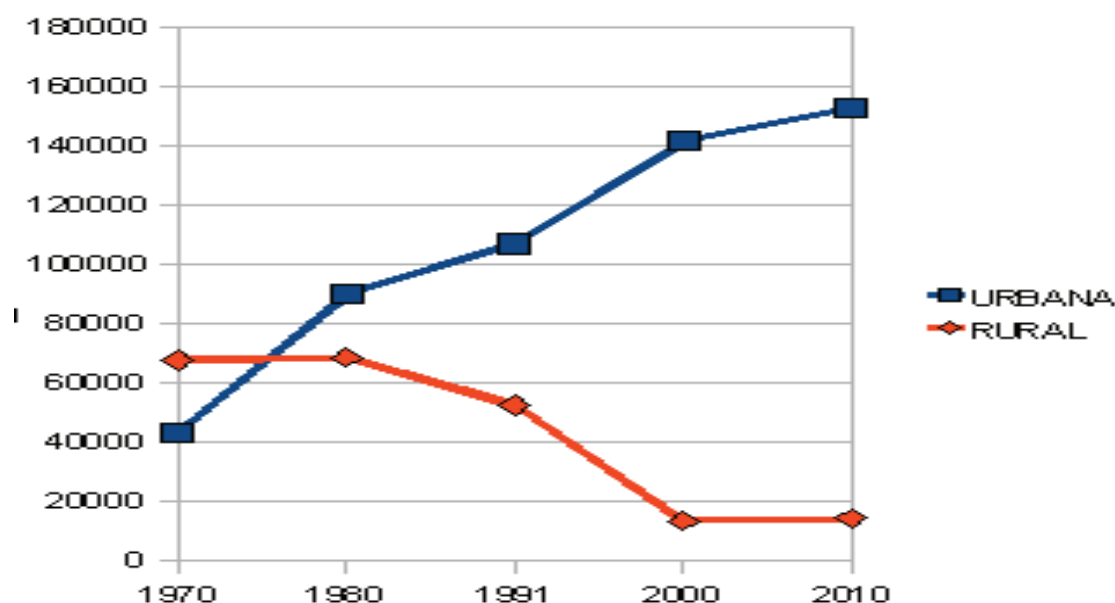


GRÁFICO 1 – Evolução da população em Guarapuava – 1970/2010  
 FONTE: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).  
 ORG.: a autora.

Historicamente, a população urbana de Guarapuava, no período de 1970 a 2010, teve uma expansão superior a 250%, certificando que o “[...] município passou por um processo contínuo de aumento da população total [...], superando a evolução do total da população do estado do Paraná” (SCHMIDT; LOBODA, 2011, p. 26), o que resulta em 2010 na concentração de população na zona urbana com 91,43% (152.993 habitantes) e 8,57% (14.335 habitantes) na zona rural (IBGE, 2010).

Destaca-se que, no período de 1991/2000 e 2000/2010, o município teve um aumento de 4,8% no número de habitantes e uma taxa de urbanização (TABELA 4) de 2,29%, apresentando equivalência ao crescimento da população estadual (TABELA 5).

TABELA 4 - GRAU DE URBANIZAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO POPULACIONAL – GUARAPUAVA - 1991/2000 E 2000/2010

GUARAPUAVA	URBANA	RURAL	TOTAL
1991/2000	2,51%	-5,31%	1,53%
2000/2010	0,77%	0,63%	0,76%

FONTE: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL **Anuário Estatístico do Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2010. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/anoario\\_2010/5indicadores/tab5\\_1\\_2.xls](http://www.ipardes.pr.gov.br/anoario_2010/5indicadores/tab5_1_2.xls)>. Acesso em: mar. 2012.  
 ORG.: A autora.

TABELA 5 – TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – PARANÁ – 1940/2010

ANOS	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)		
	Situação de Domicílio		TOTAL
	Urbana	Rural	
1940/1950	5,84	5,54	5,61
1950/1960	9,31	6,33	7,16
1960/1970	6,73	4,10	4,97
1970/1980	5,97	-3,32	0,97
1980/1991	3,01	-3,03	0,93
1991/2000	2,59	-2,61	1,40
2000/2010	1,36	-1,48	0,89

FONTE: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Taxa Anual de Crescimento Populacional, segundo a situação de Domicílio - Paraná – 1940/2010**. Curitiba: IPARDES, 2011. Disponível em: <[www.ipardes.gov.br/pdf/indices/crescimento\\_populacional\\_atualizado\\_maio\\_2011.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/crescimento_populacional_atualizado_maio_2011.pdf)>. Acesso em: abr. 2012.  
ORG.: IPARDES

Entretanto, verifica-se que a população do espaço rural não reduziu, ao contrário, houve um crescimento de 0,63%, visto que, no período de 2000 a 2010, foi registrado um aumento de aproximadamente 6,5% (TABELA 5) da população rural, promovendo dessa forma transformação espacial e econômica no cotidiano dos espaços rurais e urbanos que se complementam e apresentam interdependências de suas funções.

Destaca-se que o processo de evolução da urbanização do município foi decorrente, principalmente, da evasão populacional dos municípios vizinhos de Guarapuava que apresentavam um grau de urbanização muito baixo, não possuindo capacidade para garantir sua sustentação, além de um elevado volume de população rural (SCHMIDT; LOBODA, 2011).

Aliado a esse processo também merece destaque o processo a expansão dos cursos superiores de graduação ofertados pelas universidades públicas estadual e federal e faculdades particulares. Esses cursos difundiram-se e influenciaram nas mudanças da estrutura populacional e o modo de vida da população de Guarapuava, em decorrência da dinâmica que se estabelece com a circulação de pessoas, promovendo econômica e socialmente o relacionamento de atividades comerciais e de serviços.



Fonte: PMG, 2010 adaptado por ECOTECNICA, 2010

FIGURA 6 – MAPA DE GUARAPUAVA-PR COM SEUS RESPECTIVOS DISTRITOS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

FONTE: Prefeitura Municipal de Guarapuava, 2010 - adaptado por ECOTECNICA, 2010.



Quanto à divisão político distrital, ressalta-se que, mesmo após vários desmembramentos<sup>4</sup>, decorrentes da emancipação política de seus distritos, ele se destaca como sendo o maior em área do Paraná, com 3.125.852 km<sup>2</sup>, representando 19,34% de sua microrregião, 11,78% da região centro-sul do Paraná, 1,56% do Paraná e 0,037% do território brasileiro. Nessa extensão territorial, o município congrega o distrito sede e mais cinco outros que integram os seus domínios territoriais, conforme representado na Figura 6.

O município de Guarapuava está localizado a 25°23'36" latitude sul e 51°27'19" longitude oeste, na região centro-sul do estado do Paraná e no terceiro planalto, também chamado de Planalto de Guarapuava. Limita-se ao norte com os municípios de Campina do Simão e Turvo, ao sul com o município de Pinhão, a leste com Prudentópolis e Inácio Martins, e a oeste com Cândói, Cantagalo e Goioxim, além de fazer parte de um entroncamento rodo ferroviário de importância nacional, denominado corredor do Mercosul, cuja BR 277 está situada entre os municípios de Foz do Iguaçu e a Capital Curitiba.

Para a compreensão do ambiente sociocultural, destaca-se o enfoque das manifestações sociais e dos costumes locais, frente às singularidades dos espaços rurais e urbanos, cujas relações são complementares e interdependentes.

Nessa contextualização, busca-se respaldo nos acontecimentos gerados com o processo da evolução dos modelos agrícolas nacionais, que refletiram nos avanços das tecnologias agrícolas e da produção de *commodities*<sup>5</sup>, com a monocultura de soja, trigo e milho, bem como na ampliação das áreas de pastagens. Segundo Silva (1997), esse processo foi registrado em âmbito estadual e de forma similar no município de Guarapuava, considerando os fortes estímulos de preço e retorno à produção em alta escala, aliados à intensificação do processo de industrialização, processos que resultaram em uma mudança radical nas bases econômicas da sociedade local.

---

4 Segundo Schmidt (2009, p. 99), foi a partir de 1877, que teve “[...] início o processo de constituição de novos municípios a partir da área de Guarapuava. Nesse ano, ocorreu o desmembramento de Palmas. Em 1906, constitui-se o município de Prudentópolis, em 1914, o município de Foz do Iguaçu; em 1943, o município de Laranjeiras do Sul que se torna a capital do Território do Iguaçu de 1943 a 1946; em 1943, o município de Pitanga; em 1944, Campo Mourão; em 1960, o município de Inácio Martins; em 1961, o município de Palmital; em 1964, o município de Pinhão; em 1980, o município do Turvo; em 1982, o município de Cantagalo, em 1990, o município de Cândói; em 1996, o município de Campina do Simão.”

5 *Commodities* é um termo de língua inglesa que significa mercadoria, é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. Usada como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores, que embora sejam mercadorias primárias, possuem cotação e "negociabilidade" globais.

A política agrícola nacional durante a década de 70 também trouxe para a região de Guarapuava novos contingentes populacionais [...]. Nesta fase, novos produtos passaram a ser cultivados, como soja, trigo, aveia, cevada, arroz, bem como batata inglesa. Foi justamente a mudança da base técnica de produção que propiciou uma frente pioneira interna no território paranaense. A expansão da fronteira agrícola que se processou na década de 60, fronteira que já havia ocupado o litoral, o norte e sul do estado, iniciou um processo de reocupação do Centro-Oeste do Paraná. Essa fronteira agrícola interna passou a atrair grandes contingentes populacionais para ocupar os campos nativos com a moderna agricultura, notadamente nas décadas de 1960 e 1970 (SILVA, 1997, p. 23).

Entretanto, o êxodo rural não teve incidência significativa no município de Guarapuava.

Os dados dos recenseamentos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1970 e 1980, demonstram que a Microrregião dos Campos de Guarapuava teve um incremento de 16,2% de sua população rural, destoando do que aconteceu no Paraná durante este mesmo período, que se caracterizava como expulsor de população. O fato da região de Guarapuava apresentar incremento positivo de sua população rural decorre da reocupação dos campos nativos, caracterizados até então por uma baixa densidade demográfica. Esta reocupação, com base na moderna agricultura, intensificou-se nesse período. Dessa forma, a modificação do uso da terra pela agricultura permitiu a modificação da posse de terras por membros não constitutivos da sociedade tradicional campeira. [...]. Todos visando à produção de grãos para exportação sob o estímulo do capital financeiro (SILVA, 1997, p. 24).

Esse cenário foi desencadeado, principalmente, pelo processo de modernização agrícola, que ocorreu tardiamente na região centro-sul do Paraná, cuja formação sócio-espacial e econômica estava vinculada até então ao tropeirismo, extração e transformação da madeira e erva-mate (FERREIRA, 2011).

As mudanças ocorridas no município estão estreitamente ligadas à evolução da economia tropeirista, que em meados do século XIX, foi substituída pela extração da erva-mate (SILVA, 1995). Nessa época, muitos fazendeiros deixaram o campo e passaram a residir na cidade, que passou a ser o local de concentração do poder econômico e político subsidiado pela concentração da renda (MARQUES, 2000) e, assim permaneceu até meados do século XX.

Após esse período, a cidade continuou seu processo de estruturação, merecendo destaque no cenário estadual, principalmente pela atividade agrícola, proveniente do incentivo

da vinda de colonos com tradição agrícola para se instalarem na região de Guarapuava, bem como vinculada às inovações tecnológicas, o que resultou na definição de uma sociedade capitalista de produção (MARQUES, 2000).

O processo de modernização agrícola também desencadeou o desenvolvimento do processo urbano industrial, transformando os espaços rural e urbano, promovendo novas relações econômicas e espaciais entre o campo e a cidade.

Relações dinâmicas que refletiram nos modos de vida dos habitantes desses espaços, decorrente, ainda que indiretamente, do processo de transformação do espaço geográfico brasileiro que incorporou a ciência, a tecnologia e a informação nas suas relações de produção, de trabalho e de consumo que, segundo Ferreira (2010, p. 197), “[...] mesmo apresentando população urbana maior que a rural, Guarapuava ainda conserva características culturais vinculadas ao campo que se mesclam às atividades e ao modo de vida urbano”.

Neste cenário, observa-se que Guarapuava é um município com contradições sócio-espaciais, culturais e econômicas, frente a seu extenso território e localização geográfica privilegiada. O município enfrenta mudanças, diante dos seus 200 anos de história, e apresenta possibilidades e opções diversas de promoção e desenvolvimento face à atuação dos diferentes agentes sociais que integram a realidade local.

Dessa forma, as leis, normas, cultura, regras, formas e padrões decorrentes da trajetória de Guarapuava ao longo do tempo e da história, determinaram as condições socioculturais e econômicas, bem como o desenvolvimento do município.

### **2.2.1 A vivência nas ruralidades a partir do lazer**

A rotina das pessoas na dinâmica urbana desencadeia a procura por um lazer diferenciado, que concilie obrigações sociais e profissionais urbanas com um tempo livre, em meio a um tranquilo lugar. A busca desse lugar direciona para uma paisagem revelada nas ruralidades, promovendo uma demanda por espaços singulares junto à natureza, semelhante ao retratado nas Figura 7, 8 e 9 .





FIGURA 7 – CHÁCARA DE LAZER LOCALIZADA NO DISTRITO SEDE  
FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

As sensações prazerosas de estar em meio à natureza motivam o constante retorno nos finais de semanas, feriados e férias para as paisagens com característica rurais. Os retornos cada vez mais frequentes a esses espaços, em um curto período de tempo, levam essas famílias a se tornarem proprietárias ou possuidoras, por herança ou pela compra, de propriedades nas proximidades ou no entorno da área urbana, para poderem usufruir do tempo do não-trabalho com maior comodidade, sem perder muito tempo com o rotineiro deslocamento. O uso repetido de um mesmo espaço cria “[...] alguma forma de vínculo territorial e psicossociológico” (TULIK, 1995, p. 21).



FIGURA 8 – CHÁCARA DE LAZER LOCALIZADA NO DISTRITO DO GUARÁ  
FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

Trata-se de um fenômeno sócio-espacial característico da sociedade contemporânea que privilegia a prática do lazer em seu tempo de não-trabalho por meio da hospedagem em domicílios de uso ocasional.

Esse tipo de hospedagem particular, especificamente localizadas nos espaços rurais e ou nas ruralidades do município de Guarapuava são denominadas regionalmente de chácaras, caracterizada pela finalidade de promover o lazer da família nos finais de semanas e demais períodos do não- trabalho.

Segundo Tulik (2001, p. 11), o fenômeno do domicílio de uso ocasional apresenta várias classificações, com diferentes termos, sendo basicamente caracterizadas como “[...] propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar”.

O registro da hospedagem em domicílio de uso ocasional não é recente e sua demanda é acentuada, principalmente na Europa e nos Estados Unidos e, ainda, timidamente no Brasil. Muito recentemente, os estudos estão se direcionando e descobrindo a importância do dimensionamento desse fenômeno para conhecer a realidade dos espaços geográficos e suas novas dinâmicas, resultantes das relações de complementariedade e de interdependência entre o rural e o urbano.



FIGURA 9 – CHÁCARA DE LAZER LOCALIZADA NO DISTRITO DE GUAIRACÁ  
FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

No Brasil, este nicho de lazer está associado às famílias da classe média, que dispensam a estadia em hotéis, por ser mais mais oneroso, considerando o número de membros da famílias e o tempo de hospedagem. Isso tendo em vista que a classe de renda alta está mais propensa às viagens internacionais e a frequentar os *resorts* localizados em diferentes paisagens brasileiras.

Segundo Rodrigues (apud GARCIA, 2007, p. 45), as pessoas citadinas estão motivadas a optarem por esse tipo de lazer, visto que:

Uma mudança de ambiente, um tipo de vida diferente que lhes permita a recuperação de energias perdidas; - um contato mais próximo com a natureza, na alimentação do mito do eterno retorno; - uma vivência com pessoas cujos modos de vida são tidos como simples, em oposição aos padrões comportamentais urbanos, considerados frios e despersonalizados; - um lugar não massificado, diferenciado, bucólico, tranquilo, sem ruídos; - algo considerado autêntico e natural.

Desta forma, dada a associação espacial e o processo da urbanização contemporânea, emergem as chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, cujo fenômeno está intimamente ligado ao movimento geral da urbanização contemporânea e à modificação das condições socioeconômicas dos indivíduos, além de aparecer como uma das práticas sócio-espaciais que transformam e redefinem a relação campo – cidade.

Segundo Assis (2003), o processo urbano está configurado numa trajetória constante da busca de novos espaços com amenidades sociais e ambientais, com potencialidades para a prática do lazer. Desse processo decorrem as mudanças do modo de vida da população, dos hábitos e dos costumes que exigem uma ampliação da capacidade e qualidade dos bens e serviços públicos a serem aprimorados no processo de produção das cidades do porte de Guarapuava.

Destaca-se que as características essenciais da urbanização contemporânea, diante da velocidade e generalização, chegam a um ponto de estrangulamento dos sistemas de produção, enquanto as necessidades de consumo passam por intensa vitalização, o que leva a incluir o consumo por novos espaços e novos estilos de vida.

Esse processo de estruturação e de desenvolvimento é sentido tanto no espaço rural como no urbano de Guarapuava, que são reflexos das novas demandas de uma sociedade pós-industrial.

Assim, a sociedade contemporânea busca o bem-estar e o reequilíbrio da vida,

produzindo novos espaços e novas práticas sociais em locais com ambiente propício para as práticas de lazer junto à família. Dessa forma, são caracterizadas as separações físicas das obrigações quotidianas com o lazer e o descanso, influenciando no comportamento e nas relações das pessoas com o meio físico e social

Nesse sentido, observou-se, por meio do resultado da pesquisa empírica, que as ruralidades do município estão se tornando um espaço de consumo pelo lazer, em decorrência da revalorização do espaço rural que se apresenta nesse distinto território.

Essas ruralidades são reveladas às pessoas que buscam uma paisagem diferente r da realidade urbana, mesmo que temporariamente. Um lugar para se refugiar da agitação da cidade, além de permitir uma volta às origens. Assim, a ressignificação do rural faz aflorar atividades rurais não-agrícolas e as multifuncionalidades desse espaço, necessárias para a manutenção das chácaras de lazer na condição de domicílio de uso ocasional, contribuindo para a promoção da família rural e do pequeno produtor.

Dessa forma, as relações entre o espaço rural e o urbano interligam-se cada vez mais em um conjunto de processos e “[...] circunstâncias dinâmicas, nomeadamente do âmbito social, cultural, econômico e bio-psicológico” (SAMPAIO, 2000, p. 140).

Essa é uma realidade vivenciada pela população que reside e trabalha no meio urbano de Guarapuava, que também está descobrindo os prazeres das ruralidades no município.

### 2.3 O CENÁRIO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES DE USO OCASIONAL

O cenário local que apresenta a ocorrência dos domicílios particulares de uso ocasional, localizados nas ruralidades de Guarapuava-PR, não é diferente de outros municípios paranaenses e de outros estados brasileiros. A peculiaridade está no registro temporal do fenômeno em decorrência do desenvolvimento regional desigual do estado do Paraná relativamente a outros estados brasileiros.

No Brasil, o fenômeno aparece na década de 1950, em razão da implantação de indústrias, construções de rodovias e afloramento de novos estratos sociais médios e urbanos (SENA; QUEIROZ, 2006), os quais começaram a

[...] incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer. O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes

predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas) (BECKER, 1995, p.10).

Entretanto, o fenômeno começou a ser estudado apenas a partir do Censo Demográfico de 1970, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu o domicílio de uso ocasional entre os “domicílios fechados” (IBGE, 1970).

Somente em 1980, o IBGE (1981, p. IX) definiu uma classificação específica para o fenômeno em estudo, denominando “domicílios de uso ocasional” e separando-os dos “domicílios fechados” aos quais estavam vinculados no Censo de 1970. No censo de 1991, o IBGE aprimorou a definição classificando o fenômeno como “domicílios particulares de uso ocasional”, não restringindo esta condição a não presença do morador temporário. Dessa forma, conforme a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991, “[...] considerou-se como de Uso Ocasional o domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim não remunerado”. (IBGE, 1991, p.11 – grifos no original).

A expansão da ocorrência do fenômeno dos domicílios particulares de uso ocasional, a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo IBGE desde 1980 resultou em análises específicas a respeito desse evento em diferentes territórios no Brasil (ASSIS, 2003, p. 111).

Destaca-se que a categoria adotada pelo IBGE apresenta uma caracterização ampla e complexa, englobando deste a casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada, de férias, até as residências secundárias de estrangeiros. É consenso na literatura consultada, e compartilhado neste estudo, que se trata de modalidade de alojamento turístico de propriedade privada ou particular, não vinculada ao “[...] fato de ser própria, alugada, arrendada ou emprestada” (TULIK, 1995, p.18).

Isto posto, ressalta-se que nesta pesquisa a chácara de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, é considerada enquanto imóvel, excluindo-se a sua condição de propriedade, podendo ser própria, alugada, arrendada ou emprestada.

A categoria de propriedade direciona para a característica básica desse fenômeno que é renda, como “[...] fator diferencial que define quem pode possuir, além do domicílio permanente (primeira residência) um outro destinado ao lazer de finais de semana e das temporadas de férias” (ASSIS, 2003, p. 112).

Outra característica do fenômeno é a temporalidade em decorrência de seu *status* de

domicílio de uso ocasional no tempo do não-trabalho, cujo uso temporário pode ser repetido, porém, não consecutivo por período superior a um ano, o que pressupõe a necessidade de existir por parte do proprietário outro domicílio de uso permanente onde resida a maior parte do ano, também identificado por principal ou primeira residência (SEABRA, 1979).

A regularidade e o tempo da estadia na chácara de lazer, bem como a renda excedente e a distância entre o domicílio de uso ocasional e a residência principal, definem a disponibilidade do tempo livre e o uso temporário desses imóveis, considerando que o “[...] uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que estabelece o vínculo territorial” (TULIK, 1995, p. 21).

A finalidade do domicílio de uso ocasional é uma das principais características desse tipo de imóvel particular, ou seja, tem o fim de oferecer condições de uso no tempo livre em contato com a natureza (SENA; QUEIROZ, 2006). O cidadão guarapuava não diverge quanto a finalidade desse tipo de residência, sendo sua principal finalidade a busca da recreação e do gozo do tempo livre, aliado ao vínculo territorial que o usuário cria com o lugar devido o uso repetido da chácara de lazer.

Dessa forma, os espaços periféricos da área urbana, assim como os distritos rurais, passam a ser as principais áreas para a instalação das chácaras de lazer, na condição do domicílio de uso ocasional, cujas ruralidades são valorizadas diante de seus atributos naturais e culturais, convertendo-se num fato sociocultural característico da sociedade contemporânea.

Guarapuava não é diferente de outras realidades, considerando o crescente processo de urbanização, com alterações visíveis de sua paisagem e das práticas socioeconômicas e culturais, bem como no que se refere às questões psicológicas decorrente da rotina da vivência urbana, que promove a alteração de valores, comportamento, percepções e formas de sociabilidade nesse dos cidadãos desse espaço.

No estudo empírico realizado, os resultados mostram que as chácaras de lazer já são uma realidade como forma de ocupação do solo e que têm se destacado na medida em que seus ocupantes podem interferir e alterar esse espaço, visto que, ao se instalarem, transformam esses domicílios em uma categoria de ocupação, passível de análise de prospecções futuras.

Ressalta-se que a realidade apresentada nesta pesquisa, além das informações empíricas coletadas *in loco*, é respaldada pelos dados do Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE (TABELA 6), tendo em vista que Guarapuava possui 2.067 domicílios de uso ocasional, sendo 689 unidades na área rural, classificada em 11º lugar em relação ao universo paranaense, e 1.378 domicílios na área urbana, ficando em 9º lugar nesse *ranking*.



Verifica-se que, dos 399 municípios paranaenses recenseados pelo IBGE em 2010, Guarapuava está em 10º lugar no *ranking* em valores absolutos (rural e urbano) no número de domicílio de uso ocasional. Dessa forma, Guarapuava colabora com 1,331% da fatia percentual do estado, com 0,299% em relação à região Sul e 0,0525% do total nacional com referência ao fenômeno em estudo.

TABELA 6 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO O USO E O TIPO – 1991/2000/2010 – GUARAPUAVA

DOMICÍLIOS	URBANO			RURAL			TOTAL		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>I - Coletivos</b>	57	43	56	27	1	9	87	44	65
<b>II - Particulares</b>	30.486	43.122	52.027	11.250	4.417	5.644	41.709	47.539	57.671
<b>2.1 Ocupados</b>	28.860	38.635	46.399	10.047	3.549	4.270	38.907	42.184	50.669
<b>2.2 Não ocupados</b>	1.626	4.487	5.628	1.176	868	1.374	2.802	5.355	7.002
<b>2.2.1 De uso ocasional</b>	170	587	1.378	338	407	689	508	994	2.067
<b>2.2.2 Vagos/fechados</b>	1.456	3.900	4.250	838	461	685	2.294	4.361	4.935
<b>TOTAL DE DOMICÍLIOS</b>	30.543	43.165	52.083	11.250	4.418	5.653	42.793	47.583	57.736

FONTE: Sinopse preliminar dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.  
ORG: a autora.

Na TABELA 6, são apresentadas as categorias registradas pelo IBGE acerca dos domicílios, que podem ser “coletivos” ou “particulares”. Entre a categoria de domicílios particulares existem aquelas propriedades “ocupadas” e as “não ocupadas”.

Na amostragem dos domicílios particulares “não ocupados”, estão registrados os números que correspondem ao fenômeno objeto de estudo desta dissertação.

Existe outra variável entre os domicílios particulares não ocupados, os “domicílios vagos/fechados”, representando uma forma de reserva técnica com o registro de 4.935 propriedades em Guarapuava, que podem se transformar em possíveis domicílios de uso ocasional no espaço do município (área rural e urbana).

De acordo com os números apresentados nessa TABELA, constata-se um crescimento considerável no número de domicílios de uso ocasional em Guarapuava, que passou de 508 domicílios em 1991 para 2.067 ocorrências em 2010, representando uma expansão de 307%.

Destaca-se que no *ranking* do Estado, Guarapuava somente perde posição para três

idades litorâneas (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba), onde existe um considerável número de casas de veraneio ou de praia, também identificadas como domicílio de uso ocasional; para a capital do estado (Curitiba); e para os centros urbanos do Estado (Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e São José dos Pinhais).

Nessa dimensão, com base nas variáveis em estudo, pode-se concordar que as chácaras de lazer, como domicílio de uso ocasional, estão diretamente relacionados à expansão urbana e urbanização dos municípios e tendem a ocorrer em áreas próximas a centros regionais, já que o fenômeno possui uma maior presença nas áreas metropolitanas, seguidas pelas cidades de porte médio, a exemplo de Guarapuava.

Ademais, acredita-se que a organização espacial desses imóveis está relacionada ao desenvolvimento socioeconômico existente no local onde o fenômeno se instala, considerando seu potencial socioeconômico, tendo em vista as interações em razão das populações formada por pessoas com diferentes interesses, filosofias, ocupações e posições de classe sociais (ANSARAH, 1993).

Uma situação que merece ser destacada está no fato de que nos anos de 1990 e 1996 o município de Guarapuava sofreu o desmembramento dos municípios de Candói e de Campina do Simão e, mesmo assim, o fenômeno em estudo continuou crescendo acentuadamente, com mas de 300% na contagem geral para o município no período de 1991 a 2010.

Salienta-se, ainda, que na área rural o fenômeno teve uma expansão de 20,5% no período de 1991 a 2000, e 69% no período de 2000 a 2010. Com referência à distribuição do fenômeno no espaço urbano, foi registrado 245% no período de 1991 a 2000, e 135% no período de 2000 a 2010.

TABELA 7 – DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL RECENSEADOS POR DISTRITO – 2000/2010 – GUARAPUAVA - PR.

DOMICÍLIOS P/ DISTRITO	URBANO		RURAL			TOTAL	
	2000	2010	2000	2010	Expansão 2000/2001	2000	2010
Sede	545	1309	183	283	54,65%	728	1592
Atalaia	-	-	13	28	115,00%	13	28
Entre Rios	28	42	93	126	35,50%	121	168
Guairacá	3	4	57	85	49,20%	60	89
Guará	3	6	30	123	310,00%	33	129
Palmeirinha	8	17	31	44	42,00%	39	61
<b>TOTAL</b>	<b>587</b>	<b>1378</b>	<b>407</b>	<b>689</b>	<b>69,29%</b>	<b>994</b>	<b>2067</b>

FONTE: Sinopse preliminar do censo demográfico 2000 e 2010  
ORG: A autora.



A TABELA 7 ratifica a grande expansão das chácaras de lazer, identificadas por meio da variável “domicílio de uso ocasional”, distribuídos entre os distritos administrativos do município de Guarapuava.

No espaço rural, foi no distrito do Guará que se registrou maior incidência do fenômeno em estudo, com um crescimento de 310% em dez anos (2000/2010), seguido pelo distrito de Atalaia, com um incremento de 115%, nesse mesmo período.

Importante crescimento do fenômeno ocorreu no distrito sede, no espaço urbano, em decorrência, principalmente, da residência temporária de estudantes de cursos superiores, bem como pela grande extensão do perímetro urbano do município, que traz características rurais, a exemplo do Vale do Jordão e os limites do bairro Santana.

#### 2.4 CARACTERIZAÇÃO DAS CHÁCARAS DE LAZER NO ESPAÇO LOCAL DAS RURALIDADES

A literatura consultada e os dados e observações coletadas na pesquisa empírica mesclam-se nesta etapa do trabalho para arrazoar a caracterização das chácaras de lazer, na condição domicílio de uso ocasional, localizadas nas ruralidades de Guarapuava.

Os dados e observações coletadas são respaldados por meio de questionário (APÊNDICE A), aplicados a cidadãos proprietários de chácaras de lazer, na condição de domicílios de uso ocasional, e através de visitas às propriedades objeto de estudo.

O questionário apresentado no Apêndice A foi respondido, conforme TABELA 8, segmentado por distrito administrativo do município de Guarapuava e classificado segundo a finalidade de uso da chácaras de lazer.

Foi incorporada a variável “finalidade do uso da chacara de lazer” para identificar o perfil das propriedades incluídas na amostragem, de forma a representar o objeto de estudo.

A TABELA 8 permitiu observar que cerca de 51,68% das chácaras de lazer foram adquiridas desde o início para essa função, enquanto 38,20% são propriedades herdadas de parentes, transformadas em chácaras de lazer.

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS CHÁCARAS DE LAZER SEGUNDO A FINALIDADE DE USO – GUARAPUAVA

LOCALIZAÇÃO	FINALIDADE DO USO			TOTAL
	Sempre com a função de lazer	Residência principal transformada em chácara de lazer	Transformada em residência principal	
Distrito Sede	18	5	9	32
Distrito Atalaia	2	3	0	5
Distrito de Entre Rios	0	2	0	2
Distrito de Guairacá	7	1	0	8
Distrito do Guará	16	5	0	21
Distrito de Palmeirinha	3	8	0	11
Outros Municípios	0	10	0	10
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>34</b>	<b>9</b>	<b>89</b>

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG.: a autora.

Entretanto, nove cidadãos inquiridos – todos do distrito sede - responderam que possuem chácara de lazer na condição de domicílio principal, representando 10,11% da amostragem. Essas propriedades estão localizadas no Bairro do Jordão, com 6 registros, e no Bairro Santana, com 3 registros, tendo em vista que os limites ou prologamentos dessas localidades são empiricamente caracterizados como áreas rurais.

Verifica-se com esse resultado que o fenômeno também está instalado no distrito sede, cujo espaço apresenta novas paisagens – ruralidades/urbanidades - que se incorporam na paisagem do município.

Constata-se também que 11,23% dos proprietários respondentes possuem chácara de lazer em outros municípios vizinhos a Guarapuava (Pinhão: dois proprietários; Santa Maria do Oeste: um proprietário; Turvo: três proprietários; Prudentópolis: um proprietário; Inácio Martins: um proprietário; e Candói: dois proprietários).

Diante desse diagnóstico, destaca-se que os questionários respondidos por cidadãos que possuem a “chácara de lazer como domicílio principal” e aqueles que possuem “chácara de lazer em outros municípios” foram descartados por não representarem, diretamente, o objeto de estudo. Porém, esse percentual pode ser um bom indicativo da tendência do guarapuavano, que acompanha a tendência global e transforma a então chácara de lazer em domicílio principal.

Quanto aos guarapuavanos que possuem chácara de lazer em outros municípios, é possível identificar que, mesmo diante da grande extensão territorial do município de Guarapuava, existe uma tendência de pessoas que residem no município e se deslocam para

outros municípios vizinhos, ao entorno de Guarapuava, para usufruir de momentos de lazer nos finais de semana.

Diante da realidade que se apresentou por meio da pesquisa empírica e, ainda, tendo em vista que a proposta inicial direcionava para o espaço rural do município, o estudo deparou-se com a decisão de aceitar ou refutar os questionários de proprietários que possuem chácaras no distrito sede de Guarapuava, que representa 25,84% do total pesquisado.

Após tabulação dos dados e apreciação dos resultados foi decidido pela aceitação da amostragem correspondente aos domicílios de uso ocasionais instalados dentro do perímetro urbano do município de Guarapuava.

Justifica-se essa decisão diante da discussão apresentada no referencial teórico conceitual a respeito dos limites territoriais entre o urbano e o rural. Os limites desses dois espaços estão inseridos numa dinâmica sociocultural e econômica complexa, cercada de interpretações ambíguas, pois a sociedade capitalista não possibilita identificar esses espaços simplesmente pelas suas formas de produção ou pelas divisões sócio-espaciais do trabalho.

Nesse sentido, a realidade empírica no município de Guarapuava é similar aos problemas relacionados pela literatura consultada, uma vez que os conceitos de cidade e campo confundem-se e não se restringem a um território fixo, previamente demarcado. Os espaços rurais e urbanos em Guarapuava também não apresentam limites e o que nos interessa, é o modo de vida, um estilo de vida, em que se propagam e se permutam costumes e hábitos, tanto rurais como urbanos, recebendo influências e influenciando diferentes pessoas.

Assim, o modo de vida identificado neste estudo transcende os limites geográficos em busca da satisfação de interesses e ações existentes em ambos os espaços, o que corrobora para a decisão de analisar as ruralidades de Guarapuava, indiferentemente aos limites distritais.

Outra situação que justifica a aceitação da inclusão do referencial da área urbana diz respeito à distância dos centros populacionais. A qualidade ou os atributos da paisagem, a presença de recursos recreativos, a disponibilidade de terra, o clima das áreas emissoras e receptoras, entre outros fatores influenciam na localização dos domicílios de uso ocasional (ASSIS, 2003).

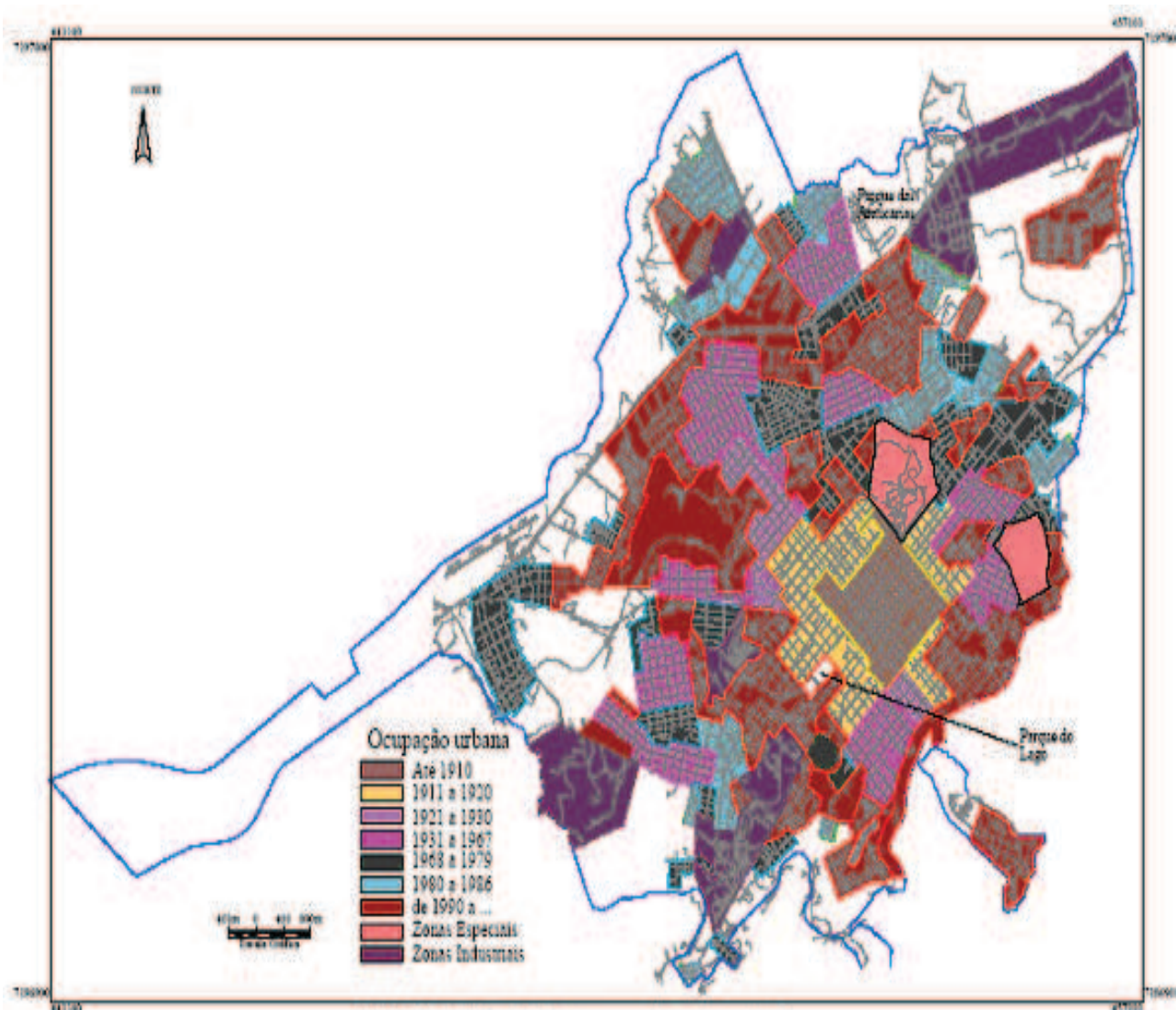


FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE GUARAPUAVA  
 FONTE: SCHMIDT (2009, p. 87).

Esses fatores definem as características da paisagem de Guarapuava, considerando que, tradicionalmente, as áreas das chácaras de lazer, na condição de domicílios de uso ocasional, tendem a se distanciar do centro urbano na medida em que o perímetro urbano expande-se e se urbaniza em direção a áreas mais distantes, ao encontro da zona rural. Dessa forma, existe possibilidade de, em um futuro próximo, as chácaras de lazer, hoje registradas na área urbana, serem transformadas em residências principais.

Outra situação a ser considerada é que algumas dessas propriedades localizadas na área urbana provêm de heranças, visto que pela evolução do perímetro urbano (Figura 10), essas chácaras deixaram sua localização nos limites da área rural e foram oficializadas como

urbanas, o que é respaldado por Assis (2003), considerando que o fenômeno em estudo está ligado ao movimento geral da urbanização por meio de processos espaciais de expansão do tecido urbano que extrapolam os limites do centro urbano.

Conclui-se dessa forma que o número de questionários validados para a amostragem totalizaram 70 chácaras de lazer, que representam qualitativamente 10,16% do montante de 689 domicílios de uso ocasional recenseados pelo IBGE (2010), localizados nas ruralidades de Guarapuava. Ratifica-se que nesse estrato estão incluídos também os questionários dos cidadãos inquiridos que possuem chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, situados no limites do perímetro urbano do município.

Acordado sobre o impasse das chácaras de lazer localizadas na zona urbana, buscou-se identificar, especificamente, a evolução do fenômeno das chácaras de lazer em Guarapuava, considerando ser esse um evento relativamente recente no Brasil, já que a categoria específica, com a inclusão desse fenômeno, ocorreu somente em 1980 (IBGE, 1981, p. IX).

#### **2.4.1 Aspectos da posse, existência e preferência das chácaras de lazer**

A expressão “uso ocasional” relaciona-se com a concepção de tempo livre ou tempo do não trabalho, contextualizado eminentemente pela sociedade contemporânea, que suscita um tempo para o lazer e para a qualidade de vida, além de significar oportunidade de recompor as energias para o retorno às obrigações cotidianas.

Na contextualização de uma vida mais saudável, estreitam-se os elos entre o homem e o meio natural, dinamizando os desejos de pessoas cidadinas residentes em Guarapuava a adquirir o hábito da vivência nas ruralidades locais.

Esse perfil do guarapuavano é respaldado pelos censos demográficos realizados pelo IBGE, conforme demonstrados pelas tabelas já apresentadas. Entretanto, observa-se que as mudanças de paradigmas que estão ocorrendo no município não são observadas pelo IBGE e nem pelas estatísticas locais.

Dessa forma, com a finalidade de caracterizar o fenômeno das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, assim como os aspectos e fatores que incidem sobre o objeto de estudo, inicia-se com a identificação do tempo de existência da propriedade, conforme representado pelo Gráfico 2 .

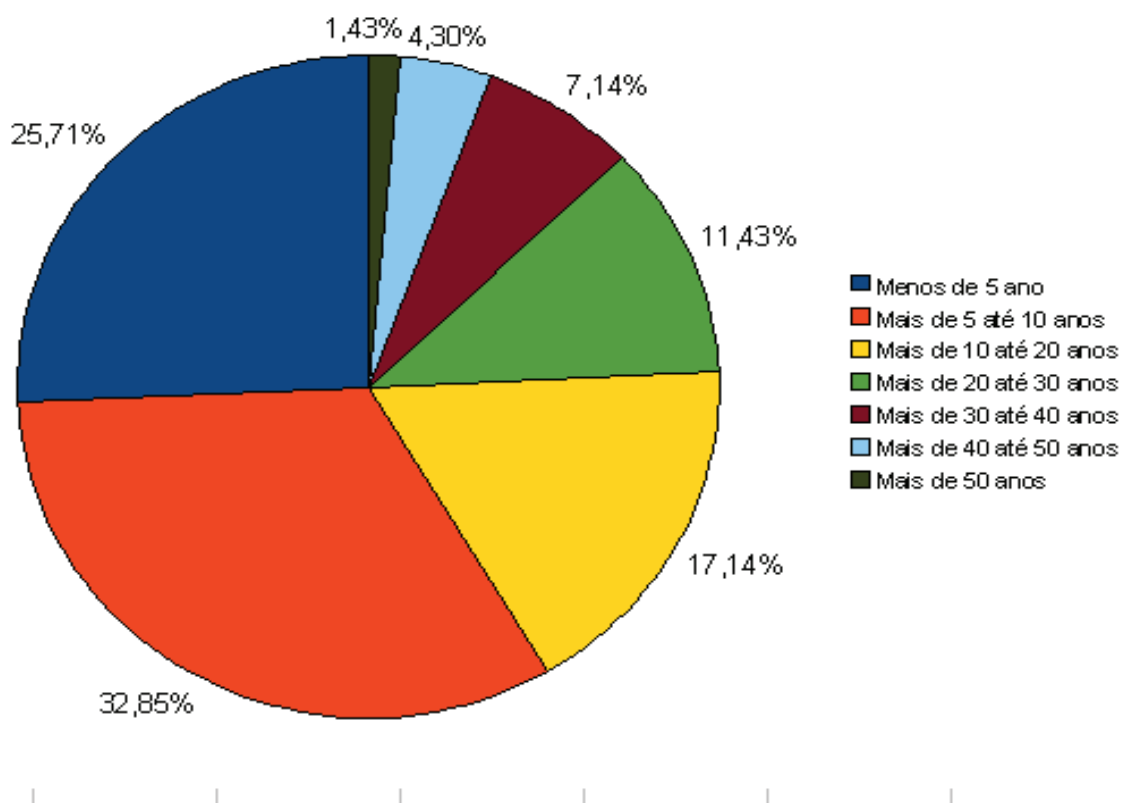


GRÁFICO 2 - DEMONSTRATIVO DAS CHÁCARAS DE LAZER EM GUARAPUAVA, SEGUNDO O TEMPO DE EXISTÊNCIA  
 FONTE: Pesquisa de Campo (2012).  
 ORG.: a autora.

No Gráfico 2 são apresentadas as frequências do tempo de existência das chácaras de lazer do município. Verifica-se que 25,71% das chácaras de lazer não ultrapassam 5 anos de existência; 17,14% possuem entre 10 a 20 anos; e aproximadamente 24% das chácaras de lazer possuem mais de 30 anos. A maior incidência está nas chácaras que possuem entre 5 a 10 anos, com aproximadamente 33% da amostra, o que evidencia um fenômeno relativamente recente em Guarapuava, considerando que observou-se uma considerável expansão a partir da década de 2000.

Um dos fatores que gera curiosidade é quanto às motivações que corroboram para a aquisição de uma chácara de lazer, bem como as razões que levam o cidadão a adquirir esse tipo de propriedade. Observou-se que, entre os respondentes, a razão principal está em encontrar um local tranquilo, para passar o tempo livre, com a finalidade de descansar, repousar e aliviar a fadiga do trabalho.

Entretanto, a amostragem revelou outra situação, conforme apresentado pelas Tabelas 10 e 11 e Gráficos 3 e 4, os quais representam as motivações que levaram os cidadãos a escolherem o local para instalar a chácara de lazer.

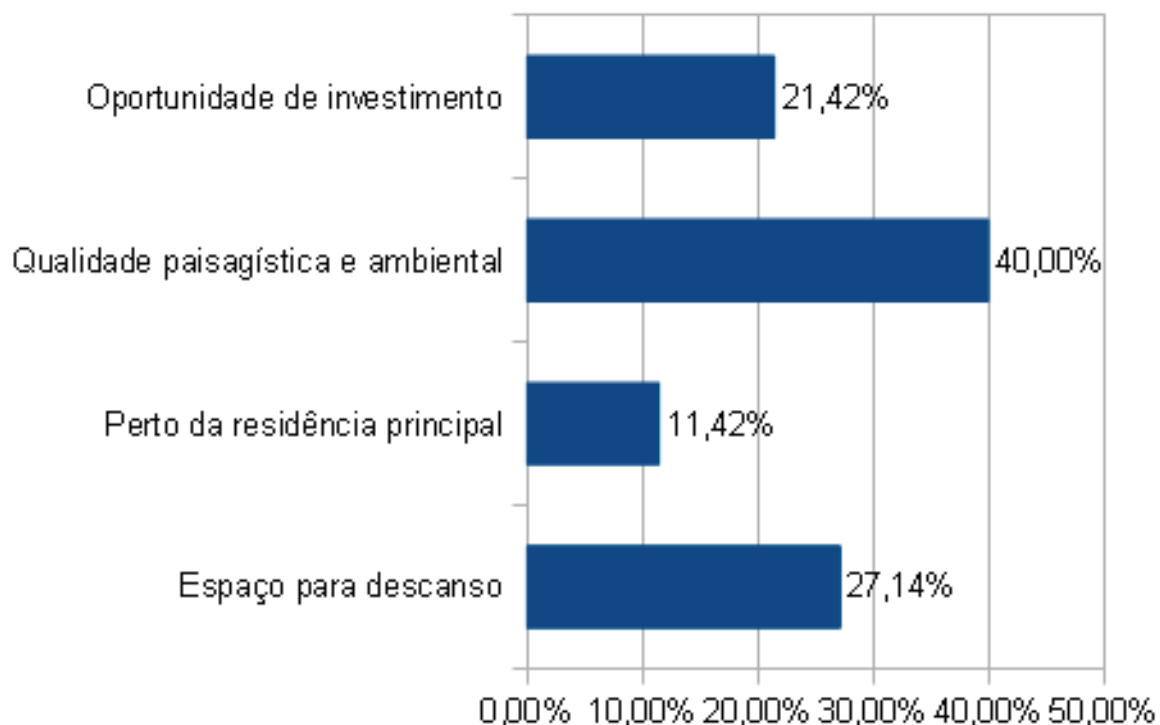


GRÁFICO 3 – MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DO LOCAL DE INSTALAÇÃO DA CHÁCARA DE LAZER – GUARAPUAVA  
FONTE: Pesquisa de Campo (2012).  
ORG.: a autora.

O Gráfico 3 revela a “qualidade paisagística e ambiental” é como o fator que mais tem influenciado na definição da localização desse tipo de propriedade, apresentando-se como a opção principal para 40% dos inquiridos. Em seguida, a procura de um “espaço para descanso” é o principal argumento de 27,14% dos respondentes. Observa-se com esse percentual que as chácaras de lazer em Guarapuava estão, essencialmente, associadas a uma paisagem natural ideal para o descanso. Entretanto, a baixa dispersão de dados na relação com a variável “oportunidade de investimento”, com 21,42%, possibilita identificar que os proprietários também, indiretamente, consideram a propriedade um investimento rentável. Apenas 11,42% dos inquiridos responderam como motivação ou razão para adquirir a chácara de lazer a localização próxima à residência principal, o que significa que a distância entre a



residência principal e o domicílio de uso ocasional não tem influenciado na aquisição desse tipo de propriedade em Guarapuava.

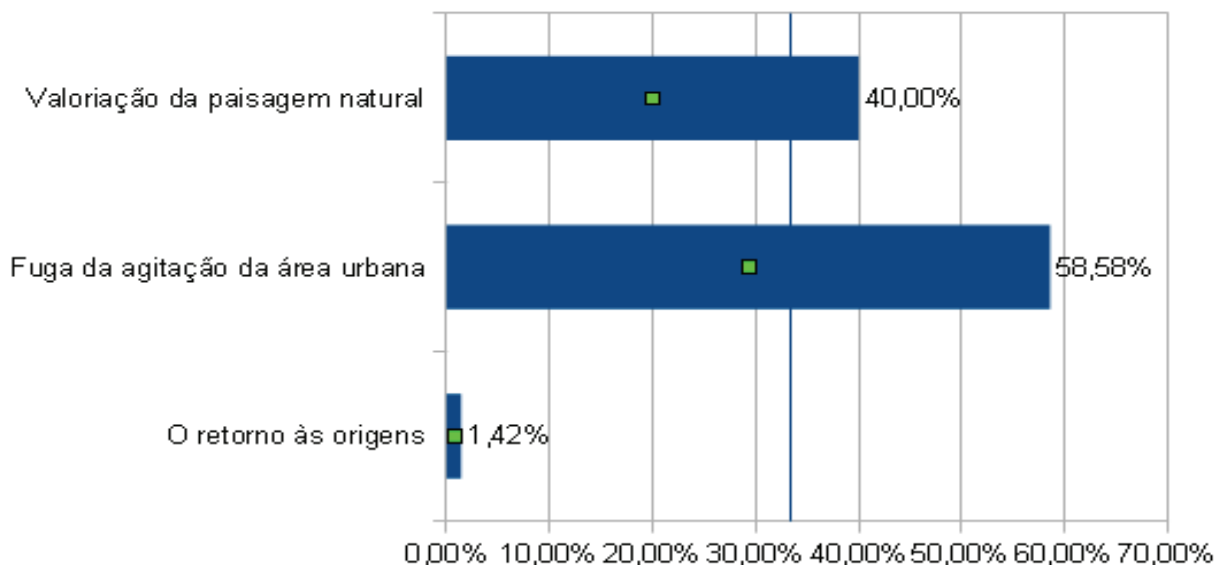


GRÁFICO 4 – RAZÕES DA AQUISIÇÃO DA CHÁCARA DE LAZER EM GUARAPUAVA

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG: a autora.

No Gráfico 4, são apresentadas as razões que levam uma pessoa citadina a adquirir uma chácara de lazer e percebe-se que mais da metade, cerca de 58,58% dos inquiridos, usa a propriedade como uma forma de “fuga da agitação da área urbana”, para passar seus fins de semana e férias. O aspecto de “valorização da paisagem natural” representou 40% das respostas e a variável “retorno às origens”, apenas 1,42%. Isso leva a perceber que, mesmo sendo a propriedade herdada, poucos a consideram uma volta ao passado.

Esse resultado revela que os cidadãos buscam as ruralidades, e não aquele rural que seus antepassados vivenciaram, ligado a um modo de vida com a ausência de desenvolvimento e limitações espaciais e econômicas.

As ruralidades que os cidadãos procuram são espaços que emergiram em meados da década de 1980, a partir das discussões acerca do rural como categoria, cuja expressão:

[...] surge no contexto de reapropriação do rural e construção de uma identidade. Para muitos autores, a ruralidade é maneira de viver o rural, que varia em função do contexto que se analisa. Através dela comumente se questiona sobre como os atores sociais vivenciam seu espaço e, provavelmente devido à inúmera diversidade de atores, é muito comum a



referência às “ruralidades”, no plural (BIAZZO, 2008, p. 2).

Trata-se também de uma tentativa de responder ao dilema colocado pela separação homem-natureza, na qual surge outra percepção do campo, correspondente a um resgate urbano da natureza, ligado a um modo de vida que para a sociedade urbana é “alternativo” e que poderia servir de base para um outro “desenvolvimento”(BIAZZO, 2008, p. 11).

Segundo o autor, o desenvolvimento está ligado à revalorização do meio ambiente, nos aspectos econômicos, ambiental e social, considerando estar associado à qualidade de vida.

Destaca-se que o estrato pesquisado é apenas de cunho perceptivo, sem representar uma inferência probabilística amostral. Entretanto, a partir das informações levantadas, projeta-se um cenário para o município de Guarapuava.

Outro fator que merece análise é o modo de obtenção e ocupação das chácaras de lazer, conforme apresentado na TABELA 9 e no Gráfico 5.

TABELA 9 – MODO DE OBTENÇÃO E/OU OCUPAÇÃO DA CHÁCARA DE LAZER – GUARAPUAVA

MODO DE OBTENÇÃO	Quantidade	OCUPAÇÃO			
		É própria (único proprietário)	É partilhada com parentes que residem no local	É partilhada por vários herdeiros	É partilhada em forma de parceria
Adquirida por herança	12	7	2	3	0
Adquirida por meio de compra, permuta ou outros	58	58	0	0	0
Emprestada	0	0	0	0	0
Alugada ou Arrendada	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>			<b>70</b>	

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG.: a autora.

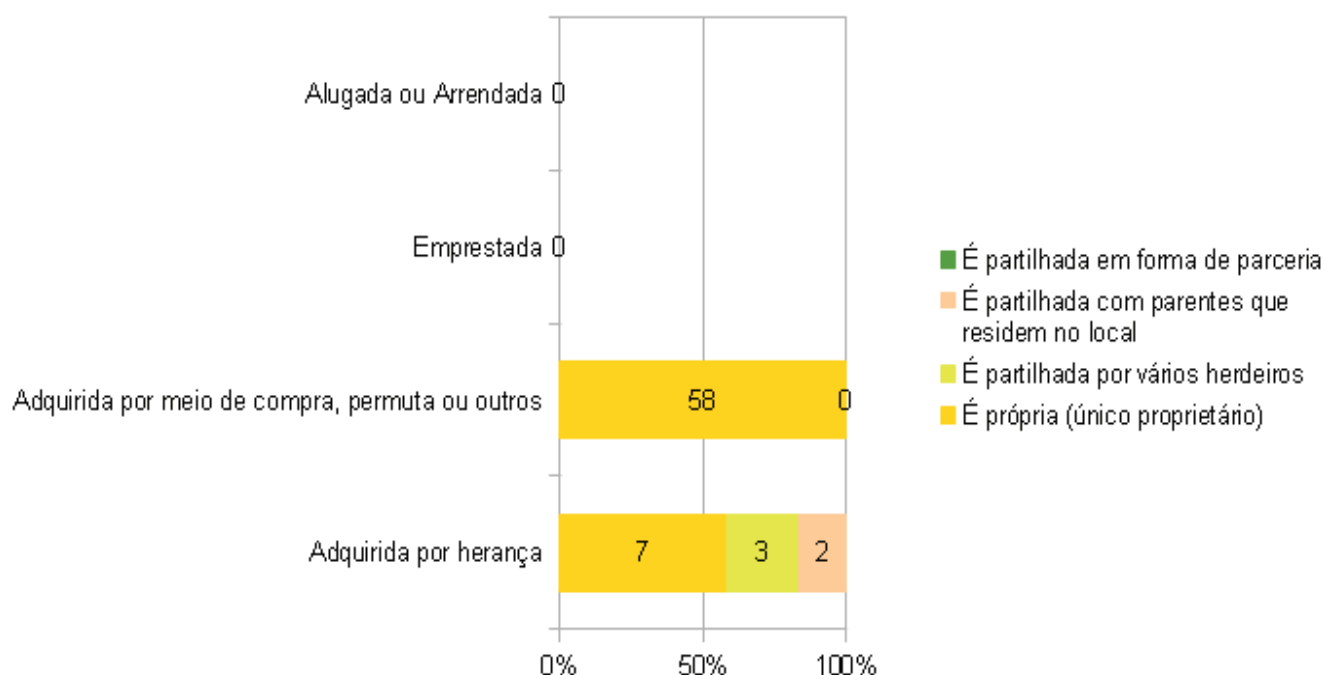


GRÁFICO 5 – MODO DE OBTENÇÃO E/OU OCUPAÇÃO DA CHÁCARA DE LAZER - GUARAPUAVA  
 FONTE: Pesquisa de Campo (2012).  
 ORG.: a autora.

Na TABELA 9 e Gráfico 5, é possível visualizar que, em Guarapuava, a maioria das chácaras de lazer, 82,86%, é própria (de um único dono) adquirida “por meio de compra, permuta ou outros”. Apenas 17,14% foram adquiridas por meio de herança, sendo 10% dessas pertencentes a um único proprietário, 2,85% partilhadas com parentes que residem no local e 4,30% partilhadas por vários herdeiros.

Observa-se que não existe no estrato a ocorrência de propriedades emprestadas, alugadas ou arrendadas, de parentes ou partilhadas, uma vez que se trata de localidades onde as residências são para utilização própria, sendo raro encontrar casas para alugar. Tal qual o que acontece no estado, as entrevistas também demonstraram que os proprietários guarapuavanos não são adeptos de empréstimo ou arrendamento das chácaras a familiares e amigos.

As propriedades têm por objetivo a utilização exclusiva para uso privado e não são utilizadas sob a perspectiva de um investimento que pode ser rentabilizado por meio do seu

arrendamento ou aluguel.

Nesse sentido, os cidadãos proprietários e possuidores dos imóveis disponibilizam maiores recursos para a estruturação e melhoria da propriedade, realizando maiores investimentos, em comparação à aquelas pessoas que utilizam esse tipo de propriedade, na condição de emprestada ou alugada. Observa-se que os investimentos na manutenção e restauração das chácaras de lazer apresentam relação também com a frequência de utilização desse domicílio.

Destaca-se que a frequência de utilização da chácara de lazer é registrada, sistematicamente, com periodicidade semanal, tendo em vista a facilidade de mobilização e a proximidade com a área urbana de Guarapuava, caracterizada como pólo emissor.

#### **2.4.2 Perfil socioeconômico do usuário das chácaras de lazer**

O perfil dos usuários da chácara de lazer não pode ser generalizado, considerando que não existe um padrão comum para aplicação neste estudo. Dessa forma, a caracterização dos utilizadores desse tipo de propriedade no município de Guarapuava pode ser formada com base nos dados referentes ao estado civil, idade, ocupação, escolaridade e renda *per capita*.

Inicialmente, parece que a única condição que comunga entre todos os usuários desse tipo de propriedade é o fato de terem condições e possibilidades financeiras para satisfazer o desejo de ser proprietário de uma chácara de lazer.

Entretanto, os estudos indicam a possibilidade de identificar algumas similaridades entre os proprietários, com referência as suas características, bem como seus comportamentos, de acordo com incidências dos casos de estudo.

Nesse caminho, observou-se por meio das respostas que os usuários das chácaras de lazer residem e trabalham na área urbana de Guarapuava, possuem tempo disponível para usufruir da chácara de lazer e têm meios próprios para se deslocar, a qualquer tempo, até a propriedade.

Destaca-se que os usuários proprietários desse tipo de imóvel possuem uma renda compatível com as exigências de manutenção, deslocamento e investimentos nos referidos imóveis.

Nesse sentido, com base nos dados coletados, apresenta-se a caracterização dos

proprietários das chácaras de lazer, segundo a sua renda *per capita*, conforme o Gráfico 6.

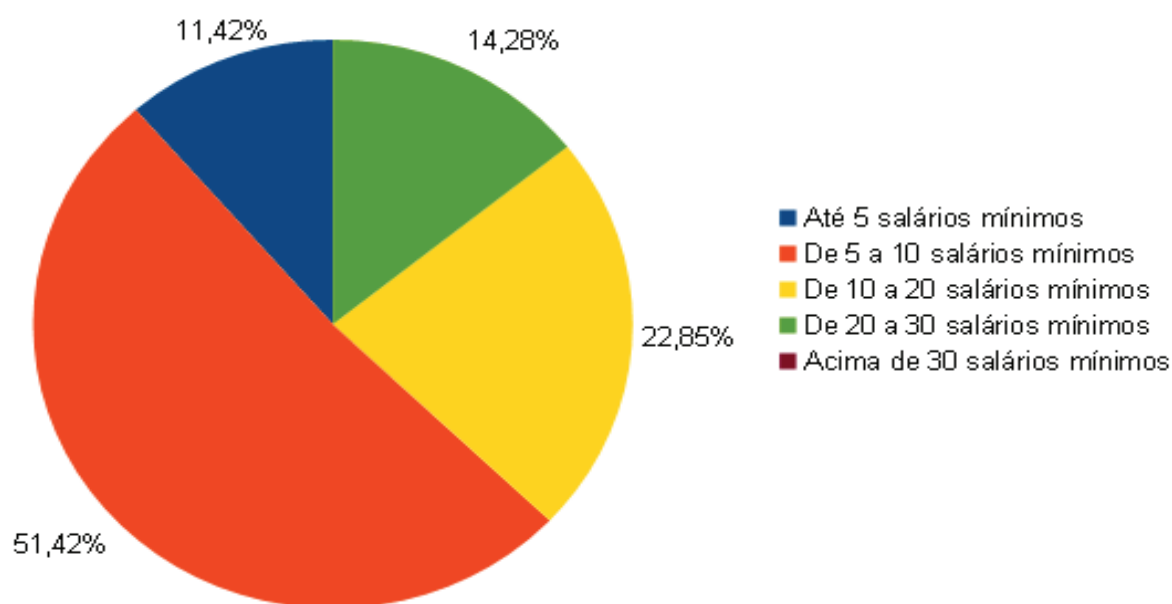


GRÁFICO 6 – RENDA *PER CAPITA* DOS PROPRIETÁRIOS DAS CHÁCARAS DE LAZER EM GUARAPUAVA

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG: a autora.

Verifica-se no Gráfico 6 que 51,42% dos proprietários apresentam uma renda *per capita* de 5 a 10 salários mínimos; 22,85% recebem de 10 a 20 salários mínimos; 14,28% percebem mais de 20 salários mínimos e os demais proprietários tem uma renda média abaixo de 5 salários mínimos. A relação assimétrica das rendas médias dos proprietários parece ter relação com a ocupação funcional do usuário proprietário da chácara de lazer, conforme verificado por meio da TABELA 10.

Os resultados dos rendimentos dos proprietários corroboram na identificação de uma condição favorável, por parte da maioria da amostragem, para a manutenção desse tipo de propriedade, o que propicia a possibilidade de um dispêndio econômico vinculado a estadia, locomoção, impostos e taxas públicas, além dos possíveis investimentos para a manutenção da propriedade.

Além desses aspectos, o demonstrativo da renda *per capita* recebida pelo proprietário permite diagnosticar um possível investimento no âmbito local, com possibilidade de influenciar a dinâmica da localidade onde está instalada a chácara de lazer, de forma a contribuir para o desenvolvimento local.

TABELA 10 – OCUPAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DAS CHÁCARAS DE LAZER – GUARAPUAVA

OCUPAÇÃO/PROFISSÃO	QUANTIDADE
Agrônomo	2
Analista de Sistemas	1
Aposentado	3
Autônomo	3
Bancário	5
Contador	2
Dentista	5
Despachante	1
Empresário	11
Enfermeiro	1
Engenheiro Civil	3
Funcionário Público Estadual	22
Funcionário Público Federal	2
Médico	1
Professor	5
Radialista	1
Secretário	2
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG.: a autora.

Os dados da TABELA 10 registram um rol de ocupações dos proprietários das chácaras de lazer em Guarapuava. Destaca-se que no período da aplicação dos questionários, todo o contingente de pessoas pesquisadas estava trabalhando e apenas três proprietários eram aposentados.

Observa-se que as maiores frequências indicam ocupações no funcionalismo público estadual e no empreendimento autônomo (empresários), respectivamente. As ocupações registradas refletem categorias profissionais com remunerações acima da média, o que induz a concluir que os inquiridos pertencem à classe média e com boa qualificação profissional, fato que pode justificar a aquisição e manutenção das chácaras de lazer, bem como a disponibilidade do tempo para o lazer.

A profissão e os rendimentos dos proprietários das chácaras de lazer de Guarapuava ratificam o padrão descrito pela literatura consultada e permitem identificar uma condição propícia a dispêndios econômicos em relação a gastos e investimentos nas chácaras de lazer impactando na localidade onde estão instaladas essas propriedades, com possibilidade de apresentar sinergias, tanto positivas quanto negativas, na dinâmica da comunidade local.

Na tabela e gráfico a seguir são apresentadas a faixa etária e o estado civil dos

proprietários das chácaras de lazer em Guarapuava.

TABELA 11 – FAIXA ETÁRIA DOS PROPRIETÁRIOS DAS CHÁCARAS DE LAZER - GUARAPUAVA

IDADE	QUANTIDADE	%
Até 25 anos	0	0
De 26 até 35 anos	6	8,57%
De 36 até 45 anos	21	30,00%
De 46 até 55 anos	34	48,57%
De 55 até 65 anos	6	8,58%
Acima de 66 anos	3	4,28%

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG.: a autora.

Essa TABELA permite observar que a maioria dos proprietários desse tipo de imóvel tem mais de 36 anos - 91,43% dos inquiridos. Apenas 8,57% possuem menos de 35 anos, o que leva a acreditar que essa faixa etária corresponde, essencialmente, a um grupo da população que se encontra no início do ciclo da sua vida familiar e profissional, restringindo as condições econômicas para aquisição e manutenção de uma chácara de lazer. Outra possibilidade é que nessa faixa etária esse tipo de lazer, direcionado para as chácaras, não se constitui uma prioridade ou preferência.

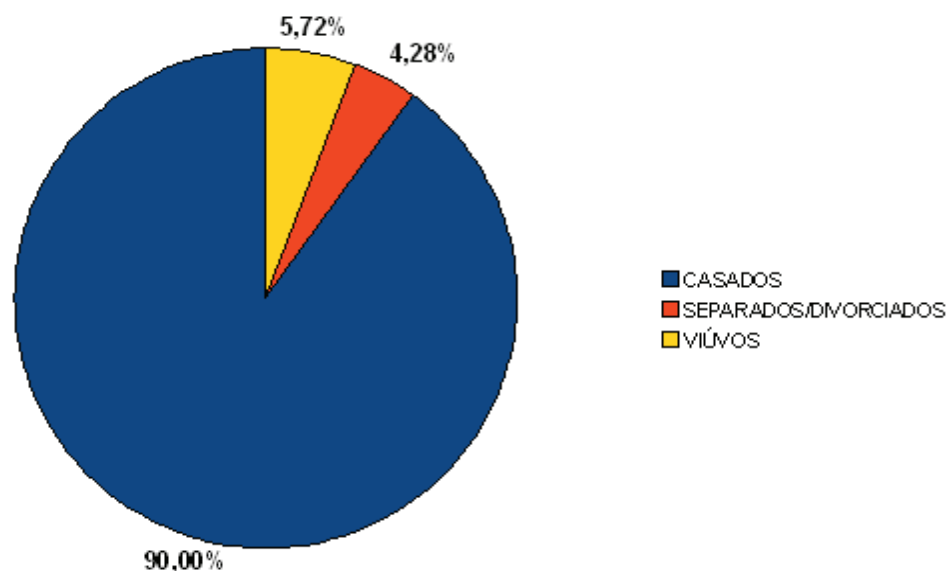


GRÁFICO 7 – ESTADO CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DAS CHÁCARAS DE LAZER - GUARAPUAVA

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG.: a autora.

Constatou-se nesse Gráfico que 90% dos inquiridos estão casados ou em união estável e apenas 10% estão solteiros, divorciados/separados ou viúvos. Ressalta-se nessa análise o fato dos ocupantes desse tipo de propriedade serem casados, o que indica que esse tipo de lazer é essencialmente familiar.

Observou-se, ainda, por meio da caracterização da idade e do estado civil, que os proprietários das chácaras de lazer são pessoas que estão, na sua maioria, ativas no mercado de trabalho, e que buscam meios alternativos para descanso e lazer nos finais de semana, valorizando assim, a qualidade de vida de seus familiares e fugindo, de certa forma, da rotina estressante do dia-a-dia urbano.

### 2.4.3 A função de demanda da ocupação das chácaras de lazer

O estudo da dinâmica dos fluxos de visitação/ocupação das chácaras de lazer tem a finalidade de caracterizar a forma como se dá o processo de demanda da ocupação desse tipo de propriedade, que por sua vez está diretamente relacionada à caracterização do proprietário da chácara de lazer.

Inicialmente, é necessário calcular a média de indivíduos ocupantes de cada chácara de lazer, de forma que possa ser possível caracterizar como ocorre o processo de demanda dos fluxos de visitantes nesse tipo de domicílio.

TABELA 12 – MÉDIA DE INDIVÍDUOS OCUPANTES DE CADA CHÁCARA DE LAZER EM GUARAPUAVA

LOCALIZAÇÃO	Nº DE INDIVÍDUOS	Nº DE QUESTIONÁRIOS	MÉDIA DE INDIVÍDUOS/RESIDÊNCIA
Distrito Sede	138	23	6
Distrito Atalaia	25	5	5
Distrito de Entre Rios	7	2	3
Distrito de Guairacá	40	8	5
Distrito do Guará	105	21	5
Distrito de Palmeirinha	66	11	6
<b>TOTAL</b>	<b>381</b>	<b>70</b>	<b>5</b>

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG.: a autora.

Na TABELA 12 observa-se que cada chácara de lazer é frequentada, em média, por 5 pessoas, com a finalidade exclusiva de descanso e lazer, conforme as informações dos

inquiridos. Os indivíduos que visitam as chácaras de lazer, em sua maioria, são parentes e amigos que residem na área urbana de Guarapuava, com exceção de alguns parentes que esporadicamente visitam a propriedade por morarem em outras cidades ou estados.

No caso deste estudo, considera-se como pólo emissor o centro urbano de Guarapuava, pois é o principal ponto de origem dos deslocamentos em direção a esse tipo de propriedade.

Destaca-se que no estrato pesquisado, os distritos Sede e do Guará são os principais pólos receptores de visitantes, verificando-se que a distância entre o pólo emissor e receptor não interferiu no deslocamento dos usuários para esse tipo de lazer, já que os dois distritos apresentam os extremos em distância, considerando que o distrito Sede apresenta em média 10 Km de distância, enquanto o distrito de Palmeirinha apresenta em média 25 Km de distância da área urbana de Guarapuava.

Salienta-se que algumas teorias, como o Modelo de Lundgren (1974) (Figura 11), apresentam as possibilidades de ampliação de centros urbanos com relação aos domicílios de uso ocasional, ou seja, as cidade de porte médio, como Guarapuava, que está na fase I, ao se tornarem de porte intermediário (fase II) começam a absorver lentamente as áreas de domicílios de uso ocasional até tornarem-se áreas metropolitanas (fase III), na qual ocorreria à absorção da área desses domicílios localizados na proximidade, surgindo uma nova área de domicílios de uso ocasional posteriormente.

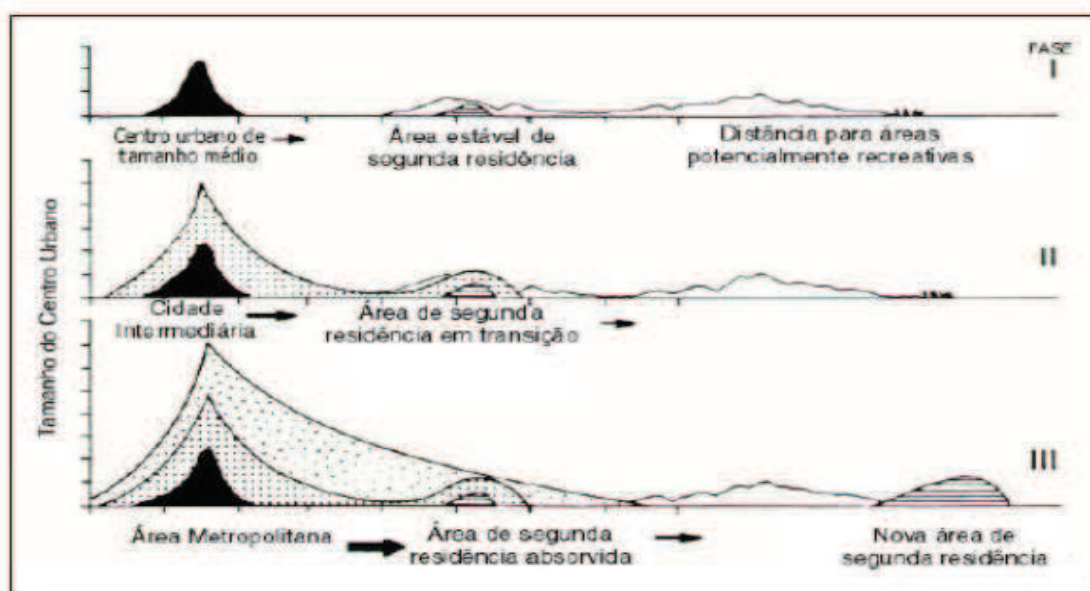


FIGURA 11 – MODELO DE LUNDGREN (1974) SOBRE A EXPANSÃO URBANA E OS DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL

FONTE: LUNDGREN apud PEARCE (2003. p. 331)



Quanto à temporariedade, de acordo com as informações prestadas pelo questionário aplicado, a maioria dos usuários apresenta fluxos de visitação usualmente nos finais de semanas, em função do tempo livre, que varia basicamente no tempo de não-trabalho. Observou-se que a periodicidade fica mais acentuada, até mesmo durante a semana, após a aposentadoria do provedor da família.

## 2.5 DINÂMICA DA RURALIDADE LOCAL PROPORCIONADO PELAS CHÁCARAS DE LAZER

O processo de consumo nos espaços das chácaras de lazer foi caracterizado de acordo com os dados fornecidos pelos inquiridos - pessoas cidadinas, proprietárias e empregados/funcionários desse tipo de imóvel.

Registra-se que a maioria dos proprietários compram os produtos a serem utilizados ou consumidos na chácara de lazer em supermercados, no centro urbano. Apenas alguns produtos, principalmente alimentícios produzidos artesanalmente, são adquiridos na localidade onde está instalada a propriedade.

O consumo local ocorre no setor de serviços, principalmente a contratação de serviços de caseiro permanente.

Observa-se durante as visitas realizadas nas chácaras de lazer, que a ausência do consumo dos produtos locais está associada à falta de divulgação, informação ou integração entre os moradores e os proprietários das chácaras.

Dessa forma, destaca-se que as chácaras de lazer, na condição de domicílios de uso ocasional, passam a ocupar espaços, onde antes predominava somente atividades agrícolas, e que a partir dessa nova vivência pode-se descobrir distintas potencialidades de mercado consumidor, restando averiguar como propiciar tal situação.

Estes benefícios podem se dar pela simples aquisição do produto, eliminando as trajetórias dos mesmos até os mercados consumidores habituais ou, então, eliminando os “atravessadores”, com a possibilidade da venda num espaço de tempo mais curto, eliminando perdas, vendendo produtos orgânicos a um seletor público, além de compostos com valor agregado, ou, ainda, pelo potencial que a mesma representa em termos de diversificação da produção, uma vez que as demandas dos consumidores são variadas, desde produtos de origem animal, até hortifrutigranjeiros, abrindo um leque de possibilidades e alternativas aos agricultores das proximidades, bem como dos agricultores do

entorno, chegando a envolver, inclusive, o artesão que pode disponibilizar suas peças nos espaços de comercialização, ao lado dos produtos agrícolas (WANDSCHEER, 2009, p. 90).

De acordo com o estrato pesquisado, os pequenos agricultores guarapuavanos têm pouca vivência com as chácaras de lazer instaladas na vizinhança, principalmente, se comparar com a pesquisa realizada por Munhos (2007), em que se observa maior participação nas atividades tanto sociais quanto econômicas.

Quanto às alternativas de complementação de renda para os pequenos agricultores nos espaços onde se localizam as chácaras de lazer, são detectadas contratações de mão-de-obra para execução de serviços. O gráfico 8 apresenta a realidade das contratações de serviços.

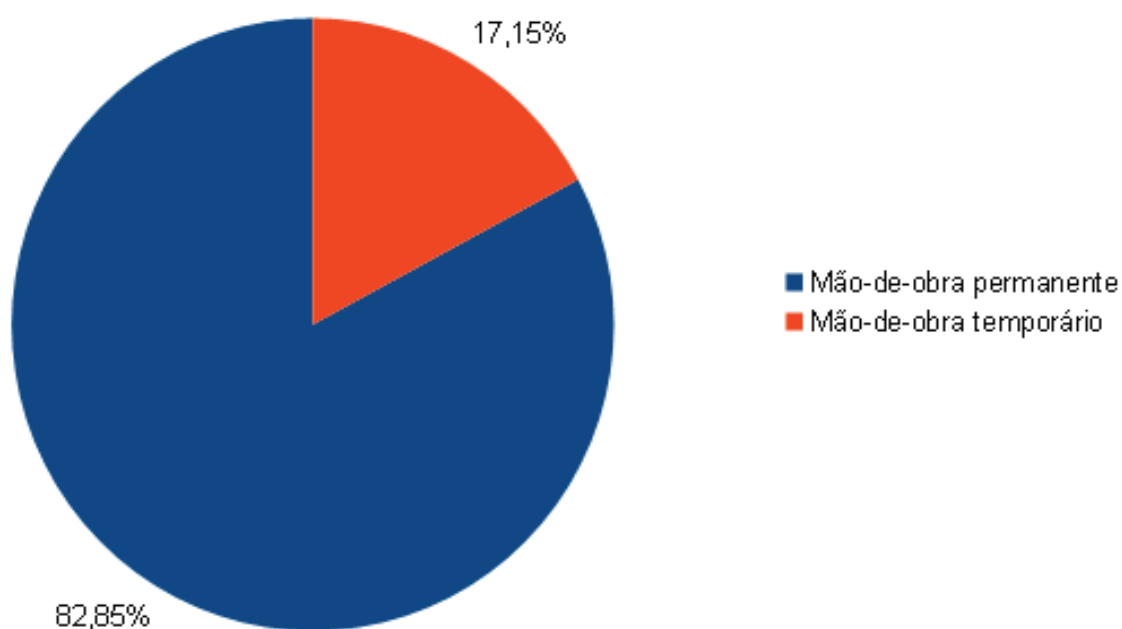


GRÁFICO 8 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS CHÁCARAS DE LAZER EM GUARAPUAVA  
FONTE: Pesquisa de Campo (2012).  
ORG.: a autora.

Identifica-se que 82,85% das chácaras de lazer pesquisadas possuem empregados permanentes contratados para fazer frente às demandas de manutenção da infraestrutura da propriedade. Destaca-se que 17,15% das propriedades contratam temporariamente mão de obra para serviços específicos.

Registra-se que todos os respondentes confirmaram a necessidade de contratação de mão-de-obra permanente ou temporária e se observou também que, na sua maioria, contratam apenas um empregado na condição de “caseiro” e, esporadicamente, contratam outros para

trabalho temporário.

TABELA 13 – ORIGEM DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS PARA AS CHÁCARAS DE LAZER – GUARAPUAVA

MÃO DE OBRA	PROPRIEDADES		ORIGEM DOS TRABALHADORES			
			Da localidade		De outra localidade	
Permanente	58	82,85%	22	64,70%	36	100%
Temporária	12	17,14%	12	35,29%	0	
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>100%</b>	<b>34</b>	<b>48,58%</b>	<b>36</b>	<b>51,42</b>

FONTE: Pesquisa de Campo (2012).

ORG.: a autora.

Quanto à origem do trabalhador da chácara de lazer, observou-se de acordo com a TABELA 13 que 51,42% das pessoas que trabalham na condição de funcionário permanente nessas propriedades vem de outra localidades. Em contrapartida, 48,58% contratam trabalhadores da própria localidade.

A investigação a respeito da origem do trabalhador da chácara de lazer é importante diante dos efeitos que essa prática ocasiona nos espaços onde se instala esse tipo de propriedade, considerando as possibilidades de renda extra para as famílias dos pequenos agricultores, constituindo-se numa das características da pluriatividade.

Os serviços contratados temporariamente, que representam 17,14% dos 70 entrevistados, são todos da comunidade local e executam as seguintes tarefas: reparos em geral e auxílio em atividades rurais desenvolvidas na propriedade para o sustento e lazer da família do proprietário - horta, pomar, tanque de peixe, ornamentação, reserva de lenha e outros.

## 2.6 AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS DA CHÁCARA DE LAZER COM A COMUNIDADE LOCAL

O fenômeno das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, apresenta relação direta com as demandas de cidadãos que buscam um espaço de lazer, recreação, descanso e tranquilidade, além da expectativa de participar das ruralidades, com vista à valorização da paisagem natural.

Uma grande parte dos cidadãos que procura esse tipo de paisagem é de pessoas que tiveram contato com o espaço rural na infância ou que tiveram pais ou avós que tinham ligação com o meio rural, conforme destacado pelos entrevistados.

Atualmente, esses cidadãos, proprietários de chácaras de lazer, não têm identificação com a agropecuária, desenvolvendo apenas algum tipo de atividade ligada à terra, porém não intensiva. Para tanto, utilizam prioritariamente mão de obra de membros da família de pequenos agricultores para a manutenção da propriedade, pois, segundo Graziano da Silva (1999), as chácaras de lazer demandam serviços tais como os realizados por caseiros, jardineiros, empregados domésticos, dentre outros.

Quanto à frequência de utilização das chácaras de lazer, os entrevistados indicaram o uso preferencial nos finais de semana e nos feriados, declarando que os filhos com maior idade não frequentam regularmente a propriedade. O maior índice de permanência é sempre do casal, com faixa etária acima dos 36 anos. Isso ocorre, possivelmente, porque o casal detém estabilidade econômica.

Essa é uma realidade que, paulatinamente, se insere nas localidades dos distritos administrativos de Guarapuava, que passam a experimentar impactos de diferentes ordens, principalmente para a comunidade local, onde a maioria dos moradores tem carências diversas a serem consideradas em relação à manifestação e expansão do fenômeno das chácaras de lazer.

Destaca-se que, durante a realização das entrevistas junto à comunidade local, observou-se que os impactos ocasionados pelo fenômeno das chácaras de lazer, na condição de domicílios de uso ocasional, não são aparentemente significativos e muitas vezes não são percebidos no contexto geral da localidade.

Todavia, quando algum membro das famílias locais passa a trabalhar como caseiro ou presta algum tipo de serviços para as chácaras de lazer, a relação fica mais expressiva e visível, considerando que esse tipo de relacionamento representa uma renda extra complementar para a família do pequeno agricultor que reside próximo à chácara de lazer. A família do proprietário da chácara de lazer tem mais interação e integração com a comunidade local quando se estabelecem contratos de trabalho com moradores originários dela.

A interação dos cidadãos, ocupantes das chácaras de lazer, com a comunidade local aumenta na medida em que a família do empregado também passa a frequentar a propriedade, estabelecendo relações e, até mesmo residindo na própria chácara de lazer, na condição de

caseiros dessa propriedade. Dentre as propriedades visitadas, quatro possuem caseiros que tomam conta do espaço, contribuindo para a manutenção da chácara de lazer.

Esse tipo de relação é bem visível no relato de uma esposa de empregado, ao informar que os patrões gostam muito do pão caseiro assado em forno à lenha e até fazem encomendas para levar para a cidade. Outra declaração significativa indica que quando há frutas colhidas na propriedade, a esposa do caseiro faz doces, compotas e geleias caseiras para os patrões levarem, além destes se interessarem pelas suas receitas e por como são feitos os bolos e pratos típicos que são consumidos localmente.

A realidade observada promove a integração desses atores sociais, que são influenciados por uma vivência diferente daquela vivida diariamente. De um lado, a comunidade local tem acesso às modernidades funcionais trazidas pelos citadinos e, de outro, os citadinos acostumados com produtos industrializados passam a consumir produtos feitos na própria propriedade, com a ajuda das pessoas da comunidade.

Em outra chácara de lazer visitada, a esposa do proprietário informou que a família do caseiro é fundamental e indispensável para o bom funcionamento da propriedade e para o desfrute do lazer e do descanso quando da estadia na chácara. Ela disse que: “Em outros tempos, quando não possuía caseiro (que residia com sua família na chácara), eles vinham para a chácara apenas para trabalhar e não conseguiam descansar”. Relatou ainda que “[...] são feitas as compras mensais de produtos alimentícios para a família do caseiro nos mercados da cidade e, em troca, quando eles chegam na chácara, nas sextas-feiras a noite, são recebidos com um feijão quentinho e uma couve tirada do quintal - ingredientes para o preparo de um delicioso virado de feijão”, prato bem comum localmente.

Destaca-se que a comunidade local possui um potencial econômico de gastronomia que envolve pães, bolachas, embutidos, conservas e geleias caseiras.

Quanto às relações com a comunidade local, observou-se que elas são mantidas a base de troca em épocas de safra de algum produto, em que os produtos excedentes são permutados e muitas vezes distribuídos entre os moradores vizinhos da chácara. A troca de favores ou a contratação por empreitada ou diária são outros fatores de integração, considerando que os moradores locais ajudam na lida com os animais, nos afazeres com a horta e/ou pomar e junto aos tanques de peixes.

O que parece peculiar entre os entrevistados da comunidade é a falta de um espaço comunitário próprio ou para eventos festivos locais, o que contribuiria para a integração dos

ocupantes das chácaras de lazer com a comunidade local, considerando que muitas das pessoas relataram que nas festas da Igreja local ocorre a possibilidade de conhecer a vizinhança.

A esse respeito, observou-se que a maioria dos proprietários citadinos das chácaras objetiva apenas descansar no âmbito da própria residência e não se sente propensos a participar das atividades festivas da comunidade local - com exceção das festas da Igreja local, onde a família citadina participa das brincadeiras e desfruta do churrasco nos almoços comunitários.

Um fator restrito evidenciado nas visitas às chácaras de lazer do distrito do Guará é a infra-estrutura de acesso às propriedades. Nessas visitas, observou-se estradas com trechos em estado precário que levam a pequenas e médias propriedades rurais de agricultores, onde são utilizadas mão de obra braçal e de tração animal e os terrenos apresentam declive acentuado, em meio a reflorestamentos.

A maioria dos integrantes da comunidade local é originária de assentamentos e acampamentos, considerando que no distrito estão instalados quatro assentamentos legalizados (14 de Novembro, Rosa, Europa e Bananas), dois acampamentos (Papuã e Aroeira) localizados em áreas de preservação ambiental (APA da Serra da Esperança), além de povoados localizados, em média, a 12 km de distância da sede do distrito (Alto da Serra, Boa Esperança, Rio das Pedras, Rio das Mortes, Monte Alvão, Faxinal dos Elias, Colônia dos Vitos e Chimarrão 81) e 129 domicílios de uso ocasional (IBGE, 2010).

Registrou-se que quatro das propriedades visitadas foram adquiridas por contrato de compra e venda e apenas uma foi adquirida por herança familiar. A casa da sede das chácaras de lazer é, na maioria, de alvenaria ou mista, possuindo ajardinamento e pomar e também plantio de hortaliças, além da criação de animais - vacas, cavalos, galinhas, suínos, caprinos, ovinos e outros animais de pequeno porte.

Nessas propriedades, geralmente, são produzidos alimentos para consumo próprio que não visam ao lucro e são consideradas atividades de ocupação e lazer, diferentes das exercidas diariamente pelos citadinos, conforme relato dos proprietários desses imóveis.

Destaca-se que essa realidade registrada no distrito do Guará também se repete em outros distritos, como também no interior da localidade do Jordão.

Quanto à questão ambiental, os entrevistados revelaram a preocupação em manter a natureza preservada e que não há o interesse na exploração econômica.

As observações empíricas e experiências vividas levam a perceber que nas paisagens onde se instalam as chácaras de lazer existem impactos - alguns visíveis, outros ocultos - em decorrência da integração social, econômica e cultural, bem como devido às trocas de experiências entre os moradores locais e as famílias dos proprietários das chácaras de lazer, considerando que nas visitas foram observados vínculos dos cidadãos com o espaço rural.

Independente das motivações ou fatores que compõem os impactos do fenômeno das chácaras de lazer e, não buscando defender unilateralmente, se faz necessário elencar alguns fatores positivos e negativos, de maior relevância, observados em Guarapuava.

Os aspectos positivos de maior relevância foram os seguintes:

- complemento de renda aos agricultores: foram registrados intercâmbios de produtos, aliado à pluriatividade por meio da prestação de serviços que se fazem necessário às demandas da chácara de lazer;

- valorização dos recursos naturais ambientais: diz respeito ao valor simbólico das ruralidades para a sociedade contemporânea guarapuavana, por meio da procura e do consumo pelos cidadãos de áreas rurais do município, buscando a valorização e a preservação dos recursos naturais existente nas chácaras de lazer;

- revitalização de áreas deprimidas: observou-se que as chácaras de lazer passam a ser uma alternativa concreta na ocupação de áreas rurais e urbanas no município, com terrenos impróprios, que se apresentam com baixa capacidade produtiva para a agricultura e pecuária;

- investimentos imobiliários: esse fator está ligado às questões econômicas por meio da valorização de terrenos, de áreas e de estruturas físicas e infra-estrutura, que está aliado aos esforços dos empresários do município;

- geração de empregos diretos e indiretos: foram registrados, mesmo que sintetizado, a contratação de mão-de-obra na condição de caseiro ou diaristas, bem como por empreitada;

- valorização de hábitos e costumes locais: diz respeito à construção da identidade, constituído por meio dos valores simbólicos que são fortalecidos com a integração dos cidadãos guarapuavanos, que são frequentadores das chácaras de lazer e da comunidade local;

e

- renovação e/ou recuperação das habitações: notou-se a capacidade de valorização das construções e tipologias locais, considerando que os respondentes conservam construções pré-existentes na chácara de lazer.

Quanto aos aspectos negativos, foram observados com maior incidência, o que segue:

- diminuição da área agrícola e florestal: atentou-se que existe uma certa diminuição da área que poderia ser destinada à agricultura e foi transformada pelo homem para a construção da sede das chácaras de lazer;

- degradação ambiental: assistiu-se que, quando da construção das chácaras de lazer nas ruralidades de Guarapuava, em benefício da valorização dos aspectos potenciais ao local, foi transformado os recursos naturais dessa área;

- especulação imobiliária: notou-se que existe uma certa supervalorização de terrenos nas ruralidades de Guarapuava, pela perspectivas de preservar o capital financeiro, principalmente nas áreas de grande potencial de recursos ambientais; e

- alteração de hábitos e costumes locais: observou-se que os proprietários das chácaras de lazer acrescentam adjetivos ao lugar, com respeito à arquitetura, ao patrimônio e ao lazer que não se harmoniza com a realidade local, além de interferir nas relações pré-existentes, introduzindo usos e costumes urbanos.

Essas são algumas das observações sobre os impactos relacionados às mudanças do modo de vida dos moradores da comunidade local, onde se instalam as chácaras de lazer, que estão associadas às diversas relações mantidas com as famílias e visitantes das chácaras de lazer. Destaca-se que, não é possível mensurar a totalidade dos impactos do fenômeno, bem como de seus efeitos e reflexos, somente por meio de visitas e entrevistas realizadas nesse período curto da pesquisa empírica.

O que se pode depor é que o mundo contemporâneo vive um paradoxo, cuja tendência é pela tecnologia avançada e a globalização, que pelo sua própria natureza, apresenta-se efeitos positivos e negativos, que fazem parte do desenvolvimento e/ou evolução humana. No entanto, as pessoas também estão procurando por alguns momentos de isolamento, e o individualismo ainda impera nas relações, mesmo que temporariamente, nas chácaras de lazer estudadas.

## 2.7 ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO LOCAL NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS CHÁCARAS DE LAZER

Em contato com a Secretaria de Habitação, de Agricultura e de Turismo do município de Guarapuava, verificou-se que não há dados oficiais acerca das chácaras de lazer, a não ser



as estatísticas apresentadas pelo censo demográfico realizado pelo IBGE.

Portanto, as chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, instaladas no município de Guarapuava, ainda são pouco conhecidas e não têm por parte do poder público nenhum tipo de dado acumulado sobre o assunto.

Dessa forma, é necessário um maior estudo acerca dos impactos ambientais, culturais, sociais e econômicos, tendo em vista a necessidade dos avanços nas políticas públicas relacionadas ao fenômeno que se expande rapidamente no município.

Ressalta-se que a função de entidades públicas é estabelecer o diálogo para respaldar a compreensão do novo perfil dos munícipes, bem como dos fenômenos que permeiam os contornos do município, a fim de permitir potencializar os benefícios e minimizar os impactos.

Assim, deve-se pensar nas modalidades da ruralidade, ressignificadas pelas chácaras de lazer, visto que este é um dos fatores que deve ser levado em conta para o planejamento de serviços, de atividades e de produtos que podem ser agregados a esse fenômeno.

O fenômeno da chácara de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, é uma realidade que faz parte da sociedade de Guarapuava, uma vez que agrega valores sociais, econômicos, culturais e ambientais, pois, no estudo apresentado nesta dissertação, há dados que comprovam a geração de trabalho, a prestação de serviços, a troca cultural entre agricultores e proprietários das chácaras e ainda indicações da preocupação com a preservação do ambiente.

Portanto, um dos papéis do poder público é o de articular a intersetorialidade para o desenvolvimento de planejamento de programas e de propostas para os proprietários de chácaras de lazer, uma vez que esta é uma relação nova.

Cabe ainda destacar que esta pesquisa detecta que há muito que avançar na política pública para o meio rural de Guarapuava, pois não há planejamento nem informações consistentes acerca das ruralidades do município.

Constata-se que estimular o fenômeno e o consumo de bens e serviços nas propriedades tipificadas como chácaras de lazer pode ser uma maneira de gerar benefícios econômicos, sociais e culturais para o município de Guarapuava e gerar desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização da vivência nas ruralidades do município de Guarapuava-PR, a partir do estudo da ocorrência das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, foi o objetivo principal desta pesquisa, sinalizando a ressignificação desses espaços pela comunidade guarapuavana que busca esse tipo de ambiente.

Na perspectiva do desenvolvimento local, o estudo do fenômeno dos domicílios de uso ocasional, que se expandem no contexto local, permite apresentar um panorama das transformações contemporâneas que se revelam à sociedade guarapuavana.

O estudo de caso elegeu como sujeito de pesquisa os cidadãos proprietários das chácaras de lazer instaladas nos distritos administrativos do município de Guarapuava-PR, os caseiros/empregados que prestam serviços nas mesmas e os moradores vizinhos desses imóveis.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados na medida em que se atingiu a caracterização do fenômeno das chácaras de lazer no espaço local. Também foi realizada uma análise - caracterizada pelos aspectos socioeconômicos dos sujeitos de pesquisa - sobre a organização sócio-espacial da área em questão, além de indicar o perfil do usuário das ruralidades locais e demandar a identificação dos fatores de influência para a escolha do local desse tipo de lazer, bem como a ocorrência de impactos advindos do fenômeno junto às ruralidades locais.

Inicialmente, partiu-se de uma realidade rural decorrente de uma cultura contemporânea para o recorte temático e espacial, que se refere à experiência da fruição de lazer vivenciada em chácaras de lazer, longe da área urbana de Guarapuava-PR. Entretanto, por meio da pesquisa empírica restou ampliar o recorte espacial, incluindo também os limites do entorno do distrito sede de Guarapuava-PR, além dos distritos rurais desse município. A partir da análise das chácaras de lazer como elementos de ruralidade, a relação campo-cidade demonstrou-se mais dinâmica do que era previsto no espaço local.

No entendimento das temáticas que envolvem o objeto de estudo, buscou-se regatar o processo que se deu frente ao conjunto de mudanças tecnológicas decorrentes da Revolução Industrial, em meados do século XIX, com profundos impactos no processo produtivo da sociedade, em nível econômico, cultural, social e espacial. Essa retrospectiva garantiu reconhecer, em âmbito local, novas relações entre o capital e o trabalho e o homem e a

natureza, desencadeadas pelo processo que se sucedeu em âmbito nacional.

Dessa forma, observou-se que no sistema contemporâneo capitalista, a sociedade estruturada em classes é levada a buscar um lazer diferenciado ligado ao seu nível econômico-financeiro. Isso também é registrado pela sociedade guarapuavana, onde estão emergindo novos estratos sociais que passam a incorporar um lazer em meio às ruralidades, com atributos ambientais valorizados, com a finalidade do descanso nos fins de semana e períodos de não-trabalho.

O termo ruralidade, apresentado neste trabalho, pode ser entendido como uma categoria simbólica percebida pela visão do indivíduo sobre o espaço avistado, a partir da sua prática social heterogênea e singular. O termo não denota limites espaciais e sociais, penetra heterogeneamente nos espaços rurais e urbanos de forma a consumir tais espaços em um processo dinâmico face à incorporação cultural de novos valores, hábitos e costumes.

Dessa forma, observa-se que o espaço rural, com sua cultura local, aderiu ao desenvolvimento e à globalização cibernética sem, entretanto, deixar de ser rural. O espaço urbano, por meio dos cidadãos, tem se apropriado das características do rural, modelando ruralidades sem necessariamente destruir a cultura local. As relações entre esses dois espaços conformam teias interdependentes de processos produtivos e econômicos, desencadeando distintas relações sociais e culturais.

Assim, o rural deixa de ser um lugar somente da produção agrícola e emergem “novos rurais”, transformando territórios e possibilitando a criação de diversas formas de complementação de renda, por meio de atividades não-agrícolas como mecanismos de estratégia de reprodução social no contexto da categoria da pluriatividade. Esse termo é característico da “[...] agricultura familiar, que valoriza a flexibilidade e a capacidade que os produtores rurais possuem de estender suas competências para além da produção agrícola” (SOUZA; CORREIA, 2008, p. 662), de forma a contribuir para a integração das relações rurais e urbanas.

Na categoria da pluriatividade, registra-se que o município de Guarapuava-PR está adquirindo novos contornos identificados de ruralidade. Espaço que se revela promissor para o vínculo com a terra, que congrega descanso e lazer, além da preservação cultural e ambiental. Destaca-se que as ruralidades guarapuavana apresentam paisagens cada vez mais valorizadas, constituindo um cenário que agrega uma diversidade de formas de uso e ocupação do solo, que modelam um espaço híbrido onde se implantam diferentes formas,

funções, estrutura e processo, com destaque para os diferentes estilos de moradias e construções, promovendo relações promissoras e não antagônicas entre o rural e urbano.

Contudo, todo o processo de desenvolvimento do município não conseguiu desvincular os guarapuavanos de suas características culturais, configuradas a partir da sua trajetória ao longo dos anos, que conserva suas raízes vinculadas ao campo e à terra. Esse perfil moldou a vida da cidade e favoreceu as transformações socioculturais e espaciais.

Assim, com o presente estudo foi possível identificar uma organização espacial de uso e ocupação do solo pelas chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, decorrente do processo de desenvolvimento do município e da dinâmica estabelecida a partir das relações de complementariedade e de interdependência entre o rural e o urbano. Relações advindas do movimento geral da urbanização contemporânea e da modificação das condições socioeconômicas dos indivíduos, que permitiram a revalorização das ruralidades.

Observou-se que a nova dinâmica urbana de Guarapuava está desencadeando no cidadão um desconforto, fazendo com que haja a procura por um lazer diferenciado no tempo do não-trabalho, nas ruralidades do município. O retorno frequente por parte dos cidadãos, nos fins de semanas, feriados e férias, para essas ruralidades contribui na decisão de adquirir e manter um imóvel que possa conciliar o lazer com as obrigações familiares e sociais, sem perder o vínculo com as atividades profissionais urbanas.

Nesse sentido, o resultado da pesquisa empírica indicou que os espaços que contemplam ruralidades, no entorno da área urbana e nos distritos administrativos do município, estão se tornando um espaço de consumo pelo lazer, em decorrência do resgate das ruralidades apresentadas nesses lugares.

O consumo do espaço pelo lazer em Guarapuava-PR, por meio das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, localizadas nas ruralidades de Guarapuava, estão distribuídas entre o distrito sede e os cinco distritos administrativos rurais, cabendo destaque para o distrito do Guará onde foi registrada maior incidência do fenômeno em estudo, com um crescimento de 310%, em dez anos (2000/2010), seguido pelo distrito de Atalaia, com um incremento de 115%, nesse mesmo período e pelo distrito sede, com uma expansão de 54,65%.

Com referência aos valores absolutos desse fenômeno, no ano de 2010, em sua ocorrência na área rural, registra-se em primeiro lugar o distrito sede com 283 domicílios, considerando os vários desdobramentos do perímetro urbano de Guarapuava que avançou

para a área rural. Essa verificação ressalta a irrelevância das demarcações de perímetros espaciais, considerando que a sociedade contemporânea vivencia uma dinâmica sociocultural e econômica que não apresenta ambiguidades entre os espaços rurais e urbanos, e cujos limites e as distâncias são insignificantes diante dos processos globalizados. Nesse processo, o que se distingue é o modo de vida e sua cultura, com seus costumes e hábitos.

A presente pesquisa revelou que esse tipo de lazer é praticado em Guarapuava-PR por pessoas que residem na área urbana do município, que possuem situação financeira definida e compatível com as exigências de estadia, locomoção, impostos e taxas públicas, além dos possíveis investimentos para a manutenção de duas propriedades (a principal e a de uso secundário).

Os proprietários desses imóveis estão, na maioria, acima dos 36 anos de idade, são casados, com família constituída e ativos no mercado de trabalho, atuando no setor de serviços.

As maiores frequências foram identificadas nas ocupações do funcionalismo público estadual e no empreendimento autônomo (empresários), cujas categorias profissionais apresentam remunerações acima da média, o que permite concluir que os proprietários pertencem à classe média e com boa qualificação profissional, fato que pode justificar a aquisição e manutenção das chácaras de lazer, bem como o ônus do tempo do não-trabalho direcionado ao lazer. Também possuem meios próprios de locomoção (veículos). Porém, confirmou-se, ainda, que o uso predominante das chácaras de lazer é no fim de semana.

Quanto ao uso, finalidade e ocupação das propriedades objeto de estudo, a amostragem permitiu identificar que, majoritariamente, são imóveis próprios, adquiridos por meio de compra, permuta ou outros, que possuem a finalidade primeira de lazer e recreação e são utilizados exclusivamente para uso privado e familiar, para tanto são personalizados de acordo com os predicados da família. As chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, estão localizadas nos espaços do município, não se restringindo somente ao espaço rural e para os cidadãos guarapuavanos os imóveis não assumem valor de investimento.

De acordo com a pesquisa empírica, foi revelado que o contato com a natureza é o fator que mais tem influenciado para definir a localização desse tipo de domicílio que, aliado à qualidade paisagística e ambiental das ruralidades do município, promove a promessa de fuga, mesmo que temporariamente, da agitação da área urbana nos fins de semana e no tempo do não-trabalho. Esse resultado indica que os cidadãos guarapuavanos estão preocupados com

a qualidade de vida da sua família e buscam a paisagem com ruralidades que também valorizam o meio ambiente.

Nessa perspectiva, o guarapuavano está valorizando o lazer, estreitando sua relação com a natureza, por meio do hábito da vivência nos espaços locais que apresentam ruralidades. Motivação que condiz com as razões que leva o cidadão guarapuavano à adquirir a chácara de lazer em um lugar tranquilo, com qualidade paisagística e ambiental para passar o tempo livre.

A partir desta pesquisa foi possível indicar um possível perfil para os proprietários das chácaras de lazer que estão preocupados, além do seu bem estar, com as questões ambientais, haja vista que estão alertas quanto à necessidade de conservação dos recursos naturais.

A consciência a respeito dos cuidados ambientais; a geração de emprego e renda, mesmo que tímida; são alguns dos impactos positivos identificados pelo estudo.

É importante ressaltar que também se observou impactos negativos a respeito do ambiente. A terra, antes com cobertura florestal ou com agricultura, dá lugar a construções diversas para satisfazer o deleite da família do proprietário da chácara de lazer.

Observou-se que os impactos ocasionados pelo fenômeno das chácaras de lazer, na condição de domicílios de uso ocasional, não são aparentemente significativos e muitas vezes não são percebidos no contexto geral da localidade. Dessa forma, as transformações decorrentes desse fenômeno devem ser melhor analisadas, haja vista a necessidade de planejamento para que os efeitos negativos não anulem os benefícios desse tipo de lazer.

As observações empíricas e experiências vividas levam a perceber que nas paisagens onde se instalam as chácaras de lazer existem impactos, alguns visíveis, outros ocultos, em decorrência da integração social, econômica e cultural, bem como por meio das trocas de experiências e serviços entre os moradores locais e as famílias dos proprietários das chácaras de lazer.

Quanto à atuação do poder público local na organização espacial das chácaras de lazer, constatou-se sua inércia, levando a considerar que o fenômeno é pouco conhecido pelo governo do município e não apresenta perspectivas de ações futuras.

Os reflexos e repercussões das chácaras de lazer, na condição de domicílio de uso ocasional, ainda estão encolhidos e não diagnosticados, porém, a expansão do fenômeno a partir de 2000 permite apontar para a necessidade de ações prognósticas a respeito dos impactos desse fenômeno no espaço local.

Em relação às hipóteses desta pesquisa, pode-se entender que estão elucidadas de acordo com as suposições e sinalizações reveladas pelas respondentes e pelas observações *in loco*, conforme já contextualizadas.

Acredita-se que este estudo não encerra as análises e as discussões que ainda restam serem levantadas acerca dessa temática, mas busca-se contribuir para reflexões sobre a nova dinâmica existente no espaço do município de Guarapuava-PR, cooperando para futuros estudos e para o esforço conjunto a outros pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. O que há de novo no rural brasileiro? In: Geografia, política e cidadania. **Revista Terra Livre**, v.2, n.15, p. 87-112, jul/ dez, 2000.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: TEDESCO, J. (Coord.) . **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo (RS): UPF, 2001. p.149-175.

\_\_\_\_\_. As relações cidade-campo no Brasil do século XXI. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.21, p.25-39, jul/dez., 2003.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989.

ALMEIDA, J. A. A função estética e recreativa da agricultura. In: OLIVEIRA, C. G. de S.; MOURA, J. C. de. O turismo rural como vetor do desenvolvimento sustentável. IN: 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. **Anais...** Piracicaba, FEALC, 2003, p. 449-457.

ALVES, Glória da A. Cidade, Cotidiano e TV. In: CARLOS, A. F.(org.) **A geografia na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1999.

ANDRADES, T. O. ; GANAMI, R. N. **Revolução Verde e a apropriação capitalista**. 2007. Disponível em: [http://intranet.catie.ac.cr/intranet/posgrado/BB507%20Cambio%20Global/Documentos/2009/literatura%20alimentos/En%20PortugesCapitalismoRevolução verde.Pdf](http://intranet.catie.ac.cr/intranet/posgrado/BB507%20Cambio%20Global/Documentos/2009/literatura%20alimentos/En%20PortugesCapitalismoRevolução%20verde.Pdf). Acesso em: 18 mar. 2012.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas (RS): EGUFPEL, 2003.

ANSARAH, Marília G. dos R. **Estudo comparativo e perfil do agente cultural no Brasil e no México**. Memorial da América Latina e Museo Nacional de Culturas Populares. Tese (Doutorado Cultura e Turismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1993.

ASSIS, Lenilton F. Análise geomorfológica: um aporte ao estudo da difusão do turismo de segunda residência nas paisagens do litoral sul da Ilha de Itamaracá-PE. **Revista de**



**Geografia [da] Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, v. 16, n. 2, p. 11-39, jul./dez.,2000.

\_\_\_\_\_. **A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá - PE**. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro: ano VII, n. 11, 12 e 13, p 107-122, set./out., 2003.

\_\_\_\_\_. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA, José B. da. et al (Orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 289-305

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA - ACIG. **Censo Sócio-Econômico do Município de Guarapuava 2000-2001**. Guarapuava: ACIG, 2001. Disponibilizado em CD-ROM.

BARBOSA, Cristina. Segunda Residência e Cidade Difusa. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA. **Atas...** Évora (Portugal), APG; Universidade de Évora, 2005.

BARROS, Nilson C. **Manual de geografia do turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BECKER, Bertha K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 1995.

BEDIM, Bruno P. Turismo, espaço e tempo social: acepções teóricas da modernidade em movimento. **Geografias**: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências. Belo Horizonte, UFMG, v. 4 n. 1, p. 7-22, jan../jul., 2008.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 10ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BERNARDES, Jamile R. **Chácaras para lazer**: uma expressão do “novo rural brasileiro”. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

BERNARDES, Jamile R.; ANTONELLO, Ideni T. A interface entre a implantação de chácaras para lazer e a constituição do “novo rural brasileiro”. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.4, n. 7, p. 112-139, fev. 2009.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio J.; PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). **Interações Geográficas**: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa.

Uberlândia (MG): Roma, 2007.

BIAZZO, Pedro Paulo. Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 18, v. 1, p. 111-126, 1º Sem, 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/16.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

BINDA, A. L.; BERTOTTI, L. G. **Mapeamento de características físicas do relevo do perímetro urbano da cidade de Guarapuava-PR utilizando técnicas de geoprocessamento**. Ra'ega, Curitiba: UFPR, v.16, 2008.

BRANDÃO, Carlos R. Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos (Orgs). **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS; Santa Cruz do Sul (RS): Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, 1995.

BRASIL. MEPF/INCRA/MA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília, 1999.

CALDEIRA, Maria José Boavida. **Residência Secundária na área metropolitana de Lisboa**: outros espaços, outras vivências. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planejamento Local e Regional), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa (Portugal), 1995.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro, 1999.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CORRÊA, W. Kruger. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 2, p. 265-280, 2004.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CORRÊA, W. Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território**: revista de geografia agrária. v.3, n. 5, p. 214-242, fev., 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 13, p. 179-187, 2003.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, out. 1998.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: I COLÓQUIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Anais...** Porto Alegre: GEPAD/PGDR/ UFRGS, 2005

CARNEIRO, M. J.. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In:

SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.165-185.

CASTRO, Iná E. de. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁSIGI, E (org). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p.121-140.

CORRÊA, Walquíria K. Desafios para a geografia rural na contemporaneidade: questões para o debate. In: 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, São Paulo, ENGRUP, p. 278-295, 2008.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado. Residência secundária e espaço rural - duas aldeias na serra da Lousã : Casal Novo e Talasnal. Coimbra: Faculdade de Letras, 1989.

CUNHA A. G. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. **Emancipação**. UEPG. Editora UEPG, v.1. n.1, p. 165-176, 2001.

DE MASI, Domenico. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: \_\_\_\_\_. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC; WWLR, 2000.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981- 95**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. In AGUIAR, D.; PINHO, J. B. (Eds.) **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**, Brasília: Sober, 1998. p. 635-646.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone Editora, 1983.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

\_\_\_\_\_. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

ELESBÃO, Ivo. O Espaço Rural Brasileiro em Transformação. In: Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia, v. 17, n. 84, p. 47-65, 2007.

ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 124, p.131-148, 30 Set. 2002. Disponível em: [https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:9YL9zACGQHoJ:www.journal.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13606/12472+ELIAS,+Denise.+Milton+Santos:+a+constru%C3%A7%C3%A3o+da+geografia+cidad%C3%A3+Scripta+Nova&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShFHeADiB73YZsz\\_FNE5VksmOd2Gr7f\\_FganFUDoXmvJ7-uLvIBGYHiMPkYT2XOHx-jb2O7zYgrFRZATC-gi0e5Lxsn\\_CfY7sQ35ESMAkgNJXPbTtaTis7qXmULkMlvHIqge\\_8&sig=AHIEtbTYuUdqdy5IH0pXFxnmBVCULXwbiw>](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:9YL9zACGQHoJ:www.journal.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13606/12472+ELIAS,+Denise.+Milton+Santos:+a+constru%C3%A7%C3%A3o+da+geografia+cidad%C3%A3+Scripta+Nova&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEShFHeADiB73YZsz_FNE5VksmOd2Gr7f_FganFUDoXmvJ7-uLvIBGYHiMPkYT2XOHx-jb2O7zYgrFRZATC-gi0e5Lxsn_CfY7sQ35ESMAkgNJXPbTtaTis7qXmULkMlvHIqge_8&sig=AHIEtbTYuUdqdy5IH0pXFxnmBVCULXwbiw>). Acesso em 18 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. de et al. (org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

\_\_\_\_\_. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. 10, n. 218 (03), 1 Ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

ERICSSON, B. Second homes in Norway: factors motivating for ownership and usage, with differing market perspectives and planning parameters. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 6, p. 147-162. 2006.

FAJARDO, Sérgio. Paisagem rural e território econômico: possibilidades de leitura do espaço geográfico. In: XIV SEMANA DE GEOGRAFIA: GEOGRAFIA E CINEMA: PODER, TERRITORIALIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS - Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Anais...** Guarapuava: Unicentro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2008.

FERREIRA, Angela D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-46, 2002.

FERREIRA, Sandra C.. **Rede urbana, cidades de porte médio e cidades médias: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná**. Presidente Prudente : [s.n], 2010.

\_\_\_\_\_. A formação socioespacial como orientação teórico-metodológica no estudo da rede urbana regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 1-7, mar, 2011. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

FONSECA, Jairo S.; MARTINS, Gilberto de A. **Curso de Estatística**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996

FONSECA, Maria Aparecida P. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

FRANÇA, Louvinho A. M. Morro do Chapéu e Serra da Esperança. In: PANORAMIO. Disponível em: < <http://www.panoramio.com/photo/20929245>>. Acesso em: 19 abr. 2012

GAELZER, Lenea. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.

GARCIA, Rita M. de P. **Análise da dinâmica sócio-espacial de uma área ribeirinha: um estudo das residências secundárias do rio Sucuriu em Três Lagoas-MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana (MS), 2007.

GASPAR, J. . Cidades médias e cidades intermédias. Novas funções territoriais e novas formas urbanas em Portugal. VII SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS - CIUDADES

INTERMÉDIAS. URBANIZACIÓN Y SOSTENTABILIDAD. **Colección Actas**. Leida (Portugal): Editorial Milénio, 1998

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, v. 14, ano 15, p. 59-67, 1990.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GOMES, Edvânia T. A. A Ressurgência do turismo nos anos 90: campo de possibilidades de revisitações da região, natureza e paisagem na geografia. In: CORIOLANO, Luzia N. M. T. **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998. p. 259-273.

GOMES, Pedro Henrique Oliveira. Urbanização Perimetropolitana e a Organização Espacial das Residências Secundárias no Estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVI, 2008, Caxambu - MG. **Anais eletrônicos...** Caxambu: instituição ou editora, 2008. Disponível em: < [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_990.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_990.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S. et al (orgs.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Cerrado Brasileiro**. Uberlândia (MG): Embrapa/ UFU; Campinas: Unicamp, 1997. p. 75-100.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo Rural Brasileiro. *Revista nova economia*. Belo horizonte. v. 7, n.1, p. 43-91. Maio. 1997.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998b, v.1, p.117-142.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001a. p. 5-52.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001b.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **O uso das PNADS para as áreas rurais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. A distribuição da população rural brasileira economicamente ativa 1981/1995. **Espaço e geografia**. Brasília: UNB/GEA, 1999. p.95-110. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban25.html>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil. In: V SIMPOSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS - IESA, 2002, Florianópolis. **Programação e Caderno de Resumos**. Florianópolis : EPAGRI, 2002. v. I. p. 83. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/evolucaorendas.html>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A. et al. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria (RS): Centro Gráfico, 1998.

GREMAUD, A P et al. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

GUARAPUAVA. Lei n ° 1.101/2001. **Plano Diretor da Municipal de Guarapuava**. Guarapuava: Câmara dos Vereadores de Guarapuava, 2001.

\_\_\_\_\_. **Refúgio para quem procura descanso e lazer**. Disponível em:<<http://www.grpceeparlindoribeiro.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/14/950/118/arquivos/File/ESTAGUARAPUAVA.pdf>>. Acesso em 19 abr. 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da des-territorialidade: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

HAGUETTE, T.M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 14.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOUAISS, Antonio; VILLA, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico. Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **Conceituação das Características Divulgadas na Contagem da População de 1996**. Rio de Janeiro, IBGE, 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/conceitos.shtm>>. Acesso em 15 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000



\_\_\_\_\_. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Página Principal do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais: Mesoregião Geográfica Centro-Sul Paranaense**. Curitiba: IPARDES, BRDE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2010. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/anoario\\_2010/5indicadores/tab5\\_1\\_2.xls](http://www.ipardes.pr.gov.br/anoario_2010/5indicadores/tab5_1_2.xls)>. Acesso em: mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Taxa Anual de Crescimento Populacional, segundo a situação de Domicílio – Paraná – 1940/2010**. Curitiba: IPARDES, 2011. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/crescimento\\_populacional\\_atualizado\\_maio\\_2011.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/crescimento_populacional_atualizado_maio_2011.pdf)>. Acesso em: abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Página principal do IPARDES**. Curitiba: IPARDES, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. [s.l.:s.n.], 2003.

LIMA, Eli Napoleão de. Novas ruralidades, novas identidades. In: MOREIRA, Roberto José. (Org.). **Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. V. 1. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LUNDGREN, J. O. J. On access to recreational lands in dynamic metropolitan hinterlands. **Tourist Review**, Montreal (Canadá), Universidade McGill, v. 29, n. 4, p.124-131,1974.

MAACK R. **Geografia Física do Paraná**. 3ªed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MALUF, R. S. **Planejamento, desenvolvimento e agricultura na América latina: um roteiro de temas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.

MARAFON, G. J. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev., 2006.

MARAFON, G. J. **Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil**. GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro. 1998.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e Educação**. 2ª ed. Campinas-SP: Editora Papyrus, 1990.

MARQUES, M. T. T. **De onça a Rouxinol: a favela e a cidade (1950-1999)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista/ Universidade Estadual do Centro Oeste, Assis/Guarapuava, 2000.

\_\_\_\_\_. O Conceito de Espaço Rural em Questão. **Terra Livre**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 95-112, jul. 2002.

MARTINEZ, F. J.; MONZONÍS, J. S. **Alojamiento Turístico Rural: gestión y comercialización**. Espanha: Editorial Síntesis, s/d.

MARTINS, Ana K. S. **As Intervenções Técnicas em Áreas de Reforma Agrária no Estado de Sergipe: possibilidades e desafios**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, UFS, 2011. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CIC6cXINIY4J:200.17.141.110/pos/prodema/files/diss2011/ANA\\_KARINA\\_SANTANA\\_MARTINS.pdf+%22As+Interven%C3%A7%C3%B5es+T%C3%A9cnicas+em+%C3%81reas+de+Reforma+Agr%C3%A1ria+no+Estado%22&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CIC6cXINIY4J:200.17.141.110/pos/prodema/files/diss2011/ANA_KARINA_SANTANA_MARTINS.pdf+%22As+Interven%C3%A7%C3%B5es+T%C3%A9cnicas+em+%C3%81reas+de+Reforma+Agr%C3%A1ria+no+Estado%22&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 13 fev. 2012.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio./ago. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: \_\_\_\_\_. **Cartas Filosóficas e O Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Editora Moraes, 1987. p.101-140.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Orgs.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

MENEGATI, R. A. Produção familiar e pluriatividade: reflexões sobre as transformações verificadas no espaço rural. In: VI SEMANA DE GEOGRAFIA - FCT/UNESP . **Anais...** Presidente Prudente, FCT/ UNESP, 2005. Disponível em: <[http://www2.prudente.unesp.br/eventos/semana\\_geo/regianeaparecidamenegati.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/eventos/semana_geo/regianeaparecidamenegati.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>> Acesso em: 10 fev. 2012.

MIRANDA, Carlos Luiz de. & ADIB, Alberto Renault. **Multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável**. Revista Marco Social. Ideias. S/a. Disponível em: [http://cursa.ihmc.us/rid=1188901314384\\_85339610\\_8439/MultifuncionalidadeDesenvolvimentoRuralSustentavel\\_ArtigoRevistaMarcoSocial.pdf](http://cursa.ihmc.us/rid=1188901314384_85339610_8439/MultifuncionalidadeDesenvolvimentoRuralSustentavel_ArtigoRevistaMarcoSocial.pdf)

MOREIRA SCHNEIDER, Michelle M. **O Parque Nacional De Ilha Grande, produção e consumo do território turístico**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal do Grande Dourados, Dourados (MS), 2009.

MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: COSTA, Luiz F. C.; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto J. **Mundo rural**



**e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 239-266.

MORETTI, E.C.; LOMBA, G. Precarização do trabalho e territorialidade turística em Bonito-MS. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, nº24, p. 61-75, jan./jun. 2005.

MORETTI, Silvana A. L. **Atividade Turística e Transformações territoriais no município de Jardim.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados (MS), 2002.

MOURA. R. Paraná: Meio século de urbanização, **R.RA E GA**, Curitiba, UFPR, n.8, p.33-44, 2004. Disponível em: <[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:kjZIPjdfaz8J:ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/ra%25EE%2580%2580e%25EE%2580%2581ga/article/download/3381/2710+MOURA.+R.+Paran%C3%A1:+Meio+s%C3%A9culo+de+urbaniza%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgEAWTTC6y04lxhm8HHkFn-JW27IoHxHxmKGBAQpsR72rHdTeOrU8cPKPhwCTmll8eiHIKxp62oRP7ydbKxoJQmEdV O\\_L0FEdk267WSRMDnPM2yBvx91iBPlkDsM-ApOrBekcyP&sig=AHIEtbSjSuCBrywhufUSIKpptoijtseiCg](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:kjZIPjdfaz8J:ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/ra%25EE%2580%2580e%25EE%2580%2581ga/article/download/3381/2710+MOURA.+R.+Paran%C3%A1:+Meio+s%C3%A9culo+de+urbaniza%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgEAWTTC6y04lxhm8HHkFn-JW27IoHxHxmKGBAQpsR72rHdTeOrU8cPKPhwCTmll8eiHIKxp62oRP7ydbKxoJQmEdV O_L0FEdk267WSRMDnPM2yBvx91iBPlkDsM-ApOrBekcyP&sig=AHIEtbSjSuCBrywhufUSIKpptoijtseiCg)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

MUNHOS, Paula D. **Sitiantes e chacareiros do Ribeirão Vermelho, Alvorada do Sul – PR:** sociabilidade, disputas e transformações de um bairro rural. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:j47vsmRzSm4J:rl.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/dissertacao\\_paula\\_daniela\\_munhos.pdf+MUNHOS,+Paula+D.+Sitiantes+e+chacareiros+do+Ribeir%C3%A3o+Vermelho,+Alvorada+do+Sul+%E2%80%93+PR&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjNALpKV-EOfAkohtt46xj-bkOw-99f9BBEAXWHgUl-Ldg7xZ\\_uAu84OCGmFYNcb3cO\\_WPuZcicMrmkOT8TxS5nlow35W0kbBAdW86i5Y0cZwe3uqqgo8ThEgm7Jtb1v2L17CvV&sig=AHIEtbR5Fb5T5qCtNAG8wLJFmB2-Bdhmuw](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:j47vsmRzSm4J:rl.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/dissertacao_paula_daniela_munhos.pdf+MUNHOS,+Paula+D.+Sitiantes+e+chacareiros+do+Ribeir%C3%A3o+Vermelho,+Alvorada+do+Sul+%E2%80%93+PR&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjNALpKV-EOfAkohtt46xj-bkOw-99f9BBEAXWHgUl-Ldg7xZ_uAu84OCGmFYNcb3cO_WPuZcicMrmkOT8TxS5nlow35W0kbBAdW86i5Y0cZwe3uqqgo8ThEgm7Jtb1v2L17CvV&sig=AHIEtbR5Fb5T5qCtNAG8wLJFmB2-Bdhmuw)>. Acesso em: 25 out. 2011.

OLIVEIRA, Anderson L.; VIANA, Giomar; MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1957. p. 47-68.

OLIVEIRA, Anderson L.; VIANA, Giomar. **Desenvolvimento Regional do Paraná sob a ótica da Urbanização.** Disponível em: <<http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/770-3057-1-pb.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2012.

OLIVEIRA. G. B.; LIMA. J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, p. 29-37, maio/dez., 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. **Cultural Heritage and Tourism Development:** A report on the international conference on Cultural Tourism. Madrid (Espanha): OMT, 2001. p. 85-102.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense.** Coleção clássicos da economia e sociedade paranaense. 2ª. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Biogeografia e Paisagem**. Mestrado (Dissertação em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, 1998.

PEARCE, Douglas. **Tourism today - a geographical analysis**. New York: Longman. 1991.

\_\_\_\_\_. Geografia do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. 1ª. ed. São Paulo: Manole, 2000, p. 90.

PREFEITURA DE GUARAPUAVA. **Fotos**. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/fotos/>>. Acesso em: 19 abr. 2012

\_\_\_\_\_. **História**. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/conheca/historia.php>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo Rural: Tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Ed. Da Unisc, 2002.

ROCA, Maria de Nazaré Oliveira. Segundas residências em meio rural: o caso da região oeste. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, XI, 1 a 4 de outubro de 2008, Alcalá de Henares, Portugal. **Actas...** Alcalá de Henares, 2008. Disponível em: <<http://tercud.ulusofona.pt/Publicacoes/2008/com-P2-07.pdf>>. Acesso em 2 dez. 2011.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**. São Paulo: Hucitec. 1997.

\_\_\_\_\_. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 111-126.

\_\_\_\_\_. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001b, p. 17-32.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Espaço: rumo ao conhecimento transdisciplinar**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2001a.

RUA, João. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2005.

\_\_\_\_\_. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Marta Foeppe (Orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ/CTC-IGEO-Depto. de Geografia, 2002, p. 27-42.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádya V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 186-212.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de Marketing**: conceitos e metodologia. 2ª. ed. ampliada e revisada. São Paulo: Atlas, 1997.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Studio Nobel, 1985

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, [1996]1997.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por Uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. **Brasil**: Sociedade e Território no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton et al. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Wagner Costa (org). **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **A (re) produção de um espaço desigual**: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR). Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009

SCHMIDT, L. P.; LOBODA, C. R. A cidade enquanto um espaço desigual: o caso de Guarapuava. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 39, p. 21-30, set., 2011.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SEABRA, Odette C. de Lima. **A muralha que cerca o mar**: uma modalidade de uso do solo

urbano. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1979.

SENA, M. de F. A. de.; QUEIROZ, O. T. M. M. Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: O caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 6, n. 04, p. 94-106, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=488&article=162&mode=pdf>>. Acesso em 8 set. 2011.

SILVA, Gislene. **O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

SILVA, José Borzachiello da. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J.B. Da; DANTAS, E.W.C.; ZANELLA, M.E.; MEIRELES, A.J.A. (Orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 45-55.

SILVA, J.B. Da; DANTAS, E.W.C.; ZANELLA, M.E.; MEIRELES, A.J.A. (Orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SILVA, Joseli M. **Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 1995.

\_\_\_\_\_. Processos Econômico-Sociais Regionais e seus Impactos sobre a Estrutura Urbana de Guarapuava-PR. **Revista de História Regional**, Guarapuava, v. 2, n.1, p. 9-42, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2024/1507>>. Acesso 20 out. 2011.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 14ª. ed.Contexto: São Paulo, 1998.

SOUZA, M.; ALMEIDA, J. A. Multifuncionalidade dos espaços rural e urbano: reflexões iniciais. In: VELA, Hugo (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no MERCOSUL**. Santa Maria (RS): UFSM, 2003.

SOUZA, Mariângela Alice Pieruccini; CORRÊA, Walquíria Krüger. Produtores rurais, atividades não-agrícolas e trabalho pluriativo no município de cascavel-pr: uma discussão sobre a ruralidade e o território. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP. **Anais...** São Paulo, ENGRUP, 2008. p. 656-684.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TULIK, Olga. **Residências Secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. Tese (Livre-docência) - Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Meios de Hospedagem: casa de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Editora da USP/Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura. Editora da UFRGS, Porto Alegre, RS. 2000.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001

\_\_\_\_\_. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, n.51, p. 51-67, maio/ago., 2004.

WAICHMAN, P. **Tempo Livre e Recreação**: um desafio pedagógico. Campinas: Papirus, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Recife, UFPE, v. 15, p. 87-145, mar., 2000.

\_\_\_\_\_. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. (Eds) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conflitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 39-52.

WANDSCHEER, E. A. R. Residências Secundárias: manifestações e dinâmicas dos fluxos de visitantes no espaço rural (estudo nos municípios de Itaara e Restinga Seca). Santa Maria: FACOS - UFSM, 2009.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; LINDNER, Michele; SOUZA, Marcelino de. Residências secundárias e o espaço rural: manifestações e dinâmicas na sociedade contemporânea. **Revista Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, 23, p. 32-64, 2011. Disponível em <<http://www.geografia.ufpr.br/raega>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

WANDSCHEER, E. A. R; e SOUZA, M. de. **Residência secundária e o espaço rural**: concepções dos impactos do fenômeno em distintos territórios turísticos. In: XIX ENGA. **Anais...** São Paulo, ENGA, 2009. p.1-15.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica**: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

## APÊNDICE A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO.  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu*  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Pesquisa:

**CHÁCARAS DE LAZER: UM ESTUDO SOBRE A VIVÊNCIA NAS RURALIDADES  
DE GUARAPUAVA -PR**

**Questionário aplicado aos cidadãos proprietários e/ou ocupantes de chácaras de lazer**

**ESCLARECIMENTOS INICIAIS A RESPEITO DA PESQUISA**

Senhor(a) Entrevistado(a):

Convidamos o(a) Senhor(a) para participar da pesquisa a respeito das novas ruralidades no espaço rural de Guarapuava – PR, que norteará as conclusões finais da dissertação de mestrado em Geografia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, mediante o preenchimento do questionário individual a seguir apresentado.

O principal objetivo da pesquisa é registrar a ocorrência das novas ruralidades do espaço rural de Guarapuava, a partir do estudo das **chácaras de lazer**, fenômeno definido pelo IBGE como *domicílio particular permanente que serve ocasionalmente de moradia de pessoas que possui sua residência principal em outro local e que são usadas para descanso de fins de semana, férias ou outro fim*, ou seja, são os **domicílios de uso ocasional**.

Sua identidade e informações serão mantidas em caráter confidencial. Fica assegurada também a sua liberdade de optar ou não pelo preenchimento e devolução do documento impresso, dando continuidade no estudo, bem como a opção pela desistência, a qualquer momento, sem que sua tomada de decisão incorra em prejuízo a sua pessoa.

Ressaltamos que sua resposta contribui para o enriquecimento da pesquisa a respeito do espaço rural de Guarapuava, buscando o dimensionamento de uma nova realidade, até então não referenciada no nosso município.

Antecipadamente, agradecemos a atenção e colaboração, que sobremaneira faz a diferença no desenvolvimento local, regional e até nacional.

Guarapuava, janeiro de 2012.

Roseli Nychai,  
Pesquisadora.

Prof. Dr. Sergio Fajardo,  
Orientador.

**I. IDENTIFICAÇÃO REFERENCIAL:**

1.1. Nome do entrevistado:.....

Data da realização da pesquisa: ...../...../.....

Endereço da realização desta pesquisa:.....

Telefones para contato:.....

Sexo:.....Idade:.....Estado Civil:..... N° de filhos:.....

Nível de Instrução:.....Profissão:.....

Ocupação:.....

Renda Bruta Familiar:.....

N° de Imóveis: .....

N° de veículos: [ ]de passeio; [ ]utilitários; [ ]caminhões; [ ]tratores;

[ ]maquinários;

1.2. Possui domicílio principal? (local onde reside o maior período do ano)

[ ] na área central urbana (centro de Guarapuava)

[ ] na área periférica urbana (bairros)

[ ] na área rural do município

[ ] em outros municípios

[ ] não possui domicílio principal

1.3. Possui chácara de lazer? (local onde se desloca nos finais de semana, feriados, férias e outros)

[ ] sim [ ] não

Caso sua resposta seja “NÃO” não há necessidade de responder o restante das perguntas, mas é importante que este questionário seja impresso e devolvido para que a pesquisa seja validada. Caso sua resposta seja “SIM” solicitamos que continue respondendo as seguintes perguntas:

1.4. Qual a localização da sua chácara de lazer?

[ ] na área rural de Guarapuava

[ ] na área urbana de Guarapuava

[ ] no litoral do Paraná

[ ] no litoral de Santa Catarina

[ ] em outro município.

Qual?.....

[ ] outros. Especifique:.....



Caso sua resposta seja “NA ÁREA RURAL DE GUARAPUAVA” solicitamos que continue respondendo as perguntas deste questionário e, caso sua opção seja qualquer das demais itens, então não há necessidade de continuar respondendo as perguntas que seguem, mas é importante que este documento seja impresso e devolvido para que a pesquisa seja validada. Lembre-se que sua identidade e informações são confidenciais.

1.5. Localização geográfica da chácara de lazer:

Distância em km do Centro de Guarapuava:.....,

No distrito de.....

Estrada rural:.....

Outros:.....

1.6. Quantos anos possui a chácara de lazer?

.....  
 .....

1.7. Tipo de uso da chácara de lazer:

sempre com essa função;

residência principal transformada em chácara de lazer

transformada em residência principal

sem utilização

vago

outros.

Especificar:.....

.....

1.8. Motivações relativas a escolha do local da chácara de lazer:

nasceu no local

perto da família/amigos

casa/terreno herdados

perto da residência principal

qualidade paisagística e ambiental

preços acessíveis

oportunidade de investimento

outros.

Especificar:.....

.....

1.9. O que significa, na sua opinião, a chácara de lazer?

.....

.....



## II. PERFIL SOCIOECONÔMICO DA FAMÍLIA DO PROPRIETÁRIO/ OCUPANTE/ VISITANTE DA CHÁCARA DE LAZER:

PRIMEIRO NOME OU APELIDO	MOTIVO DA VISITAÇÃO		IDADE	FREQUÊNCIA DE VISITAÇÃO			SEXO		ESTADO CIVIL	Nº FILHOS	LOCAL QUE RESIDE
	PARENTE	AMIGO		SEMANA	MENSAL	ANUAL	MAS	FEM			

## III. PERFIL FÍSICO/LEGAL DA CHÁCARA DE LAZER

3.1. Qual é a extensão da propriedade onde está localizada a chácara de lazer? Em *ha*:

.....

3.2. A chácara de lazer é:

- própria adquirida por herança  
 própria por meio de compra, permuta ou outros  
 emprestada para ..... anos ..... meses  
 alugada ou arrendada para ..... anos ..... meses  
 de parentes que residem no local. Qual

parentesco:.....

é partilhada por vários herdeiros.

Quantos?.....

é partilhada por vários proprietários em forma de parceria

outros.

Especificar:.....

.....

3.3. A chácara de lazer possui:

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> jardim. Quantas? .....           | <input type="checkbox"/> garagem. Quantas? .....    |
| <input type="checkbox"/> piscina. Quantas? .....          | <input type="checkbox"/> sauna. Quantas? .....      |
| <input type="checkbox"/> redário. Quantos? .....          | <input type="checkbox"/> vestiários. Quantos? ..... |
| <input type="checkbox"/> campos esportivos. Quais: .....  | <input type="checkbox"/> pomar. Quantos? .....      |
| <input type="checkbox"/> tanque de peixes. Quantos? ..... | <input type="checkbox"/> horta. Quantas? .....      |
| <input type="checkbox"/> Outros.                          |   |

Especificar:.....  
 .....

3.4. Desenvolve algum tipo de agricultura ou pecuária na chácara de lazer?

sim.

Qual?.....

não.

3.5. Qual o objetivo da atividade agrícola e/ou pecuária desenvolvida na chácara de lazer?

consumo próprio                       comercio local                       lazer/hobby

outros.

Especificar:.....  
 .....

#### **IV. PERFIL DE UTILIZAÇÃO DA CHÁCARA DE LAZER.**

4.1. Qual a finalidade da chácara de lazer?

exclusivamente para o lazer ou descanso;     investimento;                       mista (lazer e investimento);

outros.

Especificar:.....  
 .....

4.2. Regime de utilização da chácara de lazer?

apenas pelos proprietários;  familiares e amigos

Rendimento (arrendamento ou aluguel durante curtos períodos de tempo)

outros.

Especificar:.....  
 .....

4.3. Qual a frequência de utilização da chácara de lazer?

em alguns dias úteis                       feriados;                       finais-de-semana;                       férias

outros.

Especificar:.....  
 .....

4.4. Desde que ano utiliza regularmente a propriedade na condição de chácara de lazer?  
 .....

4.5. Quais são as principais ocupações durante a estadia na chácara de lazer?

trabalha na horta/quintal/pomar

passeia

descansa

vê TV

ouve música

lê

reúne-se com familiares/amigos

outros. Especificar:

.....  
 .....

#### **V. PERFIL DA RELAÇÃO DA CHÁCARA DE LAZER COM A COMUNIDADE LOCAL.**

5.1. Tem familiares que residem nas proximidades da chácara de lazer?

não       Sim.

Quem?.....

5.2. Tem o hábito de visitarem-se?

não       Sim.

Justifique.....

5.3. Tem amigos na comunidade próximo da chácara de lazer?

não       Sim. Como se conheceram:.....

5.4. Qual é a relação dos frequentadores da chácara de lazer com a população local:

isolamento ou segregação       interação reduzida

forte interação com a população local (participação associativa e nas atividades locais)

outros.

Especificar:.....

5.5. A compra de alimentos para o consumo na chácara de lazer é feita onde?

na área urbana do município       na localidade onde está a chácara de lazer

nas duas opções anteriores.

outros.

Especificar:.....

## VII. PERFIL QUANTO A GERAÇÃO DE EMPREGO.

7.1. Quando está ausente tem alguém que cuide da chácara de lazer?

não       sim.

Especificar:.....

7.2. A chácara de lazer tem empregados?

sim. Quantos?.....

não. (Se a resposta for não há necessidade de responder as perguntas “7.3” a “7.6”).

7.3. Qual o tipo de contrato?

temporário       permanente

7.4. As pessoas contratadas para trabalhar na chácara de lazer são?

da localidade       de outras localidades.

Porquê?.....

da área urbana.

Porquê?.....

7.5. Para que tipo de atividade/serviço contrata?

manutenção/conservação/reparo       limpeza       agricultura

horta       outros.

Especificar:.....

**APÊNDICE B****UNIVERSIDADE ESTDUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO.  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu*  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Pesquisa:

**CHÁCARAS DE LAZER: UM ESTUDO SOBRE A VIVÊNCIA NAS RURALIDADES  
DE GUARAPUAVA -PR****Roteiro da entrevista aplicado aos proprietários das chácaras de lazer**

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Endereço da primeira residência:
5. Escolaridade:
6. Profissão:
7. Ocupação:
8. Há quanto tempo possui a chácara de lazer?
9. Forma de aquisição da chácara de lazer? (permuta, herança, compra, arrendamento)
10. Características do imóvel (área, benfeitorias, empregados);
11. Atividade econômica desenvolvidas;
12. Memórias/história do lugar (costumes, cultura, atividades sociais, alimentação, produção, trabalho, plantio, acesso a bens e serviços);
13. Quanta pessoas usam a residência? Quem são? Em que frequência utilizam?
14. Utiliza mão de obra contratada? Qual a forma de contrato?
15. Utiliza a chácara de lazer para plantio ou somente lazer?
16. Possui Caseiro? Qual a forma de contrato?
17. Qual é o origem do caseiro? É da comunidade local?
18. Por que adquiriu a chácara de lazer?
19. Como é a relação social com os moradores locais?
20. Atividades praticadas nas chácaras de lazer pelos frequentadores?

**APÊNDICE C****UNIVERSIDADE ESTDUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO.  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu*  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Pesquisa:

**CHÁCARAS DE LAZER: UM ESTUDO SOBRE A VIVÊNCIA NAS RURALIDADES  
DE GUARAPUAVA -PR****Roteiro da entrevista aplicado aos trabalhadores/funcionários das chácaras de lazer**

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Escolaridade:
5. Profissão:
6. Ocupação:
7. Há quanto trabalha na chácara de lazer?
8. Quais as funções que desenvolve na chácara de lazer?
9. Memórias/história do lugar (costumes, cultura, atividades sociais, alimentação, produção, trabalho, plantio, acesso a bens e serviços);
10. Quais as dificuldades enfrentadas?
11. Como é a relação social com os frequentadores da chácara de lazer?

**APÊNDICE D****UNIVERSIDADE ESTDUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO.  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu*  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Pesquisa:

**CHÁCARAS DE LAZER: UM ESTUDO SOBRE A VIVÊNCIA NAS RURALIDADES  
DE GUARAPUAVA - PR****Roteiro da entrevista aplicado aos moradores das proximidades das chácaras de lazer**

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Escolaridade:
5. Profissão:
6. Ocupação:
7. Há quanto tempo possui a propriedade?
8. Forma de aquisição da propriedade? (permuta, herança, compra, arrendamento)
9. Características do imóvel (área, benfeitorias, empregados);
10. Atividade econômica desenvolvidas;
11. Memórias/história do lugar (costumes, cultura, atividades sociais, alimentação, produção, trabalho, plantio, acesso a bens e serviços);
12. Quais as dificuldades enfrentadas?
13. Como é a relação social com os frequentadores da chácara de lazer?

**APÊNDICE E**



OTOS DE CHÁCARAS DE LAZER LOCALIZADAS  
NO DISTRITO DE GUAIRACÁ  
FONTE: PESQUISA DE CAMPO (2012)

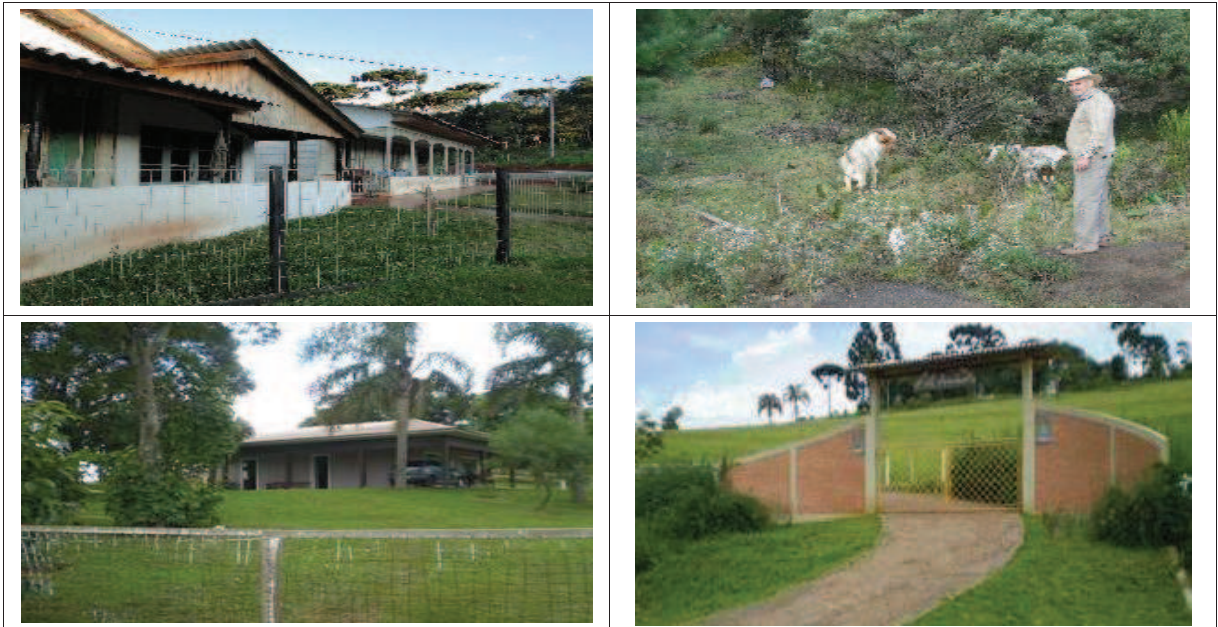




FOTOS DE CHÁCARAS DE LAZER LOCALIZADAS  
NO DISTRITO DO GUARÁ  
FONTE: ESTUDO DE CAMPO (2012)



FOTOS DE CHÁCARAS DE LAZER LOCALIZADAS  
NO DISTRITO DE PALMEIRINHA  
FONTE: ESTUDO DE CAMPO (2012)



FOTOS DE CHÁCARAS DE LAZER LOCALIZADAS  
NO DISTRITO SEDE  
FONTE: ESTUDO DE CAMPO (2012)



